

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
NA PERSPECTIVA DAS ORGANIZAÇÕES:
UM ESTUDO DE CASO NO SERIDÓ/RN**

TESE DE DOUTORADO

Vinícius Claudino de Sá

Santa Maria, RS, Brasil

2013

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NA
PERSPECTIVA DAS ORGANIZAÇÕES:
UM ESTUDO DE CASO NO SERIDÓ/RN**

Vinícius Claudino de Sá

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de
Doutor em Extensão Rural

Orientador: Prof. Dr. Renato Santos de Souza

Santa Maria, RS, Brasil

2013

Catálogo da Publicação na Fonte.

S111 Sá, Vinícius Claudino de

A institucionalização do desenvolvimento na perspectiva das organizações: um estudo de caso no Seridó/RN. / Vinícius Claudino de Sá. – Santa Maria, RS, 2012.

161 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Renato Santos de Souza

Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Programa de Pós-Graduação em Extensão

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado**

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NA
PERSPECTIVA DAS ORGANIZAÇÕES: UM ESTUDO DE CASO NO
SERIDÓ/RN**

elaborado por
Vinícius Claudino de Sá

como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA

Renato Santos de Souza, Dr.
(Presidente/Orientador)

José Geraldo Wizniewsky, Dr. (UFSM)

Emanoel Márcio Nunes, Dr. (UERN)

Aldenor Gomes da Silva, Dr. (UFMG)

Silvio César Arend, Dr. (Unisc)

Santa Maria, agosto de 2013.

Dedico à minha Mãe.

Agradecimentos

Agradeço à Deus.

À minha família, minha esposa, Aline, meus filhos, Artur e Guilherme, meus pais, João Bosco e Inez; ao meu irmão, Ivandro, à minha cunhada, Ana Paula, aos meus sogros, Severino e Maria de Fátima, aos meus cunhados, Vanessa e Chiquinho, Larissa e Jairo, muito obrigado pelo apoio e pela paciência.

Às Irmãs de Maria de Schoenstatt, pelo acolhimento nas minhas estadias em Santa Maria.

Ao meu orientador, Prof. Renato, agradeço pela dedicação e pela abertura que sempre tive para apresentar minhas ideias, sempre recebendo de volta contribuições valiosas para a elaboração da tese.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural.

Aos membros da banca por terem aceitado meu convite.

A Equipe de Secretaria do PPGExR, ao João (*in memorian*), Regina e Mariana, muito obrigado.

Agradeço aos participantes da pesquisa: ao STR de São João do Sabugi, STR de Ipueira, STR de Serra Negra do Norte; Loja Maçônica de Caicó, Casa da Amizade – Rotary Club, 70º Grupo Escoteiro Rio Piranhas, Casa do Empresário; Banco Nordeste do Brasil – Agência Caicó, Banco do Brasil – Agência Caicó; Faculdade Católica Santa Terezinha; Cooperativa das Bordadeiras e Artesãos do Seridó (Cobarts), Associação das Bordadeiras de Timbaúba dos Batistas, Associação dos Produtores Rurais de Umarizeiro, Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Serra Negra; Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas – Gabinete do Prefeito, Prefeitura Municipal de Ipueira – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Coordenadoria de Cultura e Articulação Selo Unicef, Prefeitura Municipal de São Fernando – Controladoria e Finanças, Prefeitura Municipal de São João do Sabugi – Secretaria de Ação Social; Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Sindicato Rural de Serra Negra do Norte; Agência Nacional de Águas (ANA); Fundação Joaquim Nabuco; Diaconia; Cáritas; Projeto Dom Helder Camara (PDHC); Articulação do Semiárido (ASA); Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (Seapac); e Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Seridó (Adese).

Agradeço aos colegas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e da Universidade Federal de Santa Maria.

Muito obrigado a todos que participaram desta etapa da minha vida!

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DAS ORGANIZAÇÕES: UM ESTUDO DE CASO NO SERIDÓ/RN

AUTOR: VINÍCIUS CLAUDINO DE SÁ
ORIENTADOR: RENATO SANTOS DE SOUZA
Data e Local da defesa: Santa Maria, 28 de agosto de 2013.

Esta tese tem como objetivo analisar o processo de institucionalização e a legitimação do desenvolvimento no Seridó Ocidental do Rio Grande do Norte. Para isso, foi necessário conhecer e analisar o campo organizacional, a legitimação e o processo de institucionalização nos sete municípios do Seridó Ocidental. Na metodologia, utilizou-se a pesquisa qualitativa e o estudo de caso. Como instrumentos de pesquisa, utilizaram-se o questionário semiestruturado e a entrevista. Também se fez uso da pesquisa bibliográfica e documental e da observação direta. Na definição das organizações a serem pesquisadas, buscou-se aquelas que tivessem uma significativa participação em ações de desenvolvimento ou que fizessem parte de algum fórum ou rede de organizações que articulassem as questões relativas ao desenvolvimento do semiárido. Uma das estratégias utilizadas para a definição das organizações participantes foi conseguir uma lista inicial com o Colegiado do Território da Cidadania do Seridó, que serviu de base para definir as organizações participantes. Nessa lista, percebeu-se que a maioria das organizações estava em Caicó, cidade polo regional. Entretanto, foi possível realizar a pesquisa com pelo menos dois líderes de organizações nas outras seis cidades que compõem o Seridó Ocidental. Para análise dos dados, foram definidas categorias de análise e, quando necessário, fez-se uso da análise de conteúdo. Entre os resultados, pôde-se observar que o Seridó Ocidental, mesmo estando localizado no semiárido brasileiro, uma região com graves problemas sociais, ambientais e econômicos, apresenta um bom desempenho em aspectos como saúde e educação, alcançando índices significativos no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). O indicador Emprego e Renda foi o de mais baixo índice em todos os municípios do Seridó Ocidental. No que se refere ao campo organizacional, nota-se que existem organizações internas (endógenas) e externas (exógenas) que participam desse campo, elas nem sempre se relacionam diretamente, e as organizações exógenas conseguem ter grande poder para influenciar políticas públicas e para conseguir recursos para a região, inclusive com organizações ligadas ao Governo Federal ou organizações estrangeiras. O isomorfismo coercitivo aparece através do poder econômico e do poder legal das organizações que controlam o uso de recursos, e a legalidade das organizações, o isomorfismo regulativo e o cognitivo estão relacionados com as instituições locais e com a identidade das pessoas que compõem as organizações. Nesse ponto, através dos questionários, ficou aparente uma disputa entre os grupos tradicionais locais, ligados aos ditos coronéis, e as novas organizações da sociedade civil. Com relação à legitimidade, nota-se que a identidade do seridoense é bem presente nas organizações, as instituições locais, através dos valores, das regras e dos mitos, ajudam a explicar o ponto de vista das pessoas sobre o desenvolvimento, e como elas percebem as organizações que trabalham com esse tema. A identidade do seridoense é marcada pela resistência às adversidades ambientais e pelo apego às coisas do lugar. Nota-se, nas respostas, que a legitimidade das organizações que trabalham com o desenvolvimento está muito associada à solução das questões mais urgentes e práticas da comunidade, como, por exemplo, as questões ligadas à saúde, à educação e ao emprego. Por fim, o termo “desenvolvimento” está em processo de institucionalização, inclusive com características de desinstitucionalização e de pré-institucionalização, pois da década de 70 até os dias de hoje o termo foi sendo reformulado e pode-se dizer que o Seridó passou por várias experiências, nem sempre exitosas, que acabaram contribuindo para não se ter uma definição comum do que seja desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Campo organizacional; Institucionalização, Legitimação

ABSTRACT

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

THE INSTITUCIONALIZATION OF DEVELOPMENT FROM THE POINT OF VIEW OF THE ORGANIZATIONS: A CASE STUDY IN SERIDÓ/RN

AUTHOR: VINÍCIUS CLAUDINO DE SÁ

ADVISER: RENATO SANTOS DE SOUZA

DATE AND LOCATION OF DEFENSE: Santa Maria, August, 28, 2013

The purpose of this thesis is to analyze the process of institutionalization and legitimization of development in Western Seridó (Rio Grande do Norte), and for that reason it was necessary to know and analyze the Organizational Field, the legitimation and the institutionalization process in the seven counties of Western Seridó. As far as methodology is concerned, we have used qualitative research and case study. The semistructured questionnaire and the interview were used as tools of research. Also, we have used research and documentary literature and direct observation. When defining the organizations to be researched, we sought those ones with a significant participation in development activities or being part of some forum or network of organizations dealing with the issues concerning the development in the semi-arid region. One approach used in order to define the participating organizations was to get an initial list from the Planning Board of Seridó region, which served as a basis to define the participating organizations. In this list, it was noticed that most organizations were in Caicó, an important town in that region. However, it was possible to do a research, at least on two leading organizations in the other six towns that make up the Western Seridó. As for data analysis, we have defined categories of analysis and, where necessary, we made use of content analysis. Among the results, it was noticed that West Seridó, despite being located in the Brazilian semi-arid region, a region with serious social, environmental and economic problems, has a good performance in areas such as health and education, reaching significant levels in FIRJAN rating of Municipal Development (IFDM). The employment and income rates were the lowest in every municipality in Western Seridó. Regarding the Organizational Field, it was noticed that there are internal (endogenous) and external (exogenous) organizations participating in this field. They are not always related directly, and the exogenous organizations manage to have great power to influence public policies and to achieve resources for the region, even with organizations linked to the federal government or foreign organizations. The coercitive Isomorphism appears with the economic power and the legal power of the organizations that control the use of resources, and the legality of organizations, the regulative and cognitive isomorphism are related to the local institutions and to the identity of the people who make up the organizations. At this point, by using the questionnaires, it became clear there was a dispute between the local traditional groups, connected to Colonels and the new organizations of civil society. Regarding the legitimacy, it was noticed that the identity of the people from Seridó is really present in organizations and local institutions, and places, values, rules and myths help to explain people's point of view about the development, and how they perceive the organizations working with this subject. The identity of the people from Seridó is characterized by resistance to environmental adversity and by affection to things from the region. Taking the answers, we notice that the legitimacy of the organizations working with development is much associated with solutions to the most pressing issues and practices of the community, such as the ones related to health, education and employment. Finally, the term development is in process of institutionalization, even with characteristics of deinstitutionalization and pre-institutionalization, because the term development from the 70s until the present day was being overhauled and we can say that Seridó has passed through several experiences, not always successful, which eventually contributed to lacking a common definition about the meaning of development.

Keywords: Development, Organizational Field; Institutionalization, Legitimation

RESUMEN

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

LA INSTITUCIONALIZACIÓN DEL DESARROLLO DESDE LA PERSPECTIVA DE LAS ORGANIZACIONES: UN ESTUDIO DE CASO EN SERIDÓ/RN

AUTOR: VINÍCIUS CLAUDINO DE SÁ
DIRECTOR: RENATO SANTOS DE SOUZA
Fecha y lugar de la defensa: Santa Maria, 28 de agosto de 2013

Esta tesis tiene como objetivo analizar el proceso de institucionalización y de legitimación del desarrollo en el Seridó Occidental (Rio Grande do Norte), y para eso fue necesario conocer y analizar el ámbito organizativo, la legitimación y el proceso de institucionalización en los siete municipios del Seridó occidental. En la metodología se utilizó la investigación cualitativa y también el estudio de caso. Las herramientas de investigación utilizadas fueron el cuestionario semiestructurado y la entrevista. También se hizo uso de la investigación bibliográfica y documental y de la observación directa. Al definir las organizaciones que habría que investigar, se buscó aquellas que tuvieran una participación importante en actividades de desarrollo o que formasen parte de un foro o red de organizaciones que articularasen las cuestiones relacionadas con el desarrollo de la región semiárida. Uno de los enfoques para definir las organizaciones participantes fue conseguir una lista inicial con la ayuda del Colegiado del Territorio de la Ciudadanía de Seridó, lo cual sirvió de base para definir las. En esta lista, quedó claro que la mayoría de las organizaciones estaban en Caicó, la ciudad más importante de la región. Pero fue posible realizar el estudio con al menos dos líderes de organizaciones en las otras seis ciudades que conforman el Seridó occidental. Para el análisis de los datos, se han definido categorías de análisis y, cuando es necesario, se ha utilizado el análisis de contenido. Teniendo en cuenta los resultados, se puede observar que el Seridó occidental, a pesar de estar localizado en la región semiárida de Brasil, una región con graves problemas sociales, ambientales y económicos, presenta buenos resultados en áreas como salud y educación, hasta alcanzar niveles significativos en el índice Firjan de Desarrollo Municipal - IFDM. El índice de empleo y de renta fue el más bajo en todos los municipios del Seridó occidental. En cuanto al aspecto organizativo, se advierte que hay organizaciones internas (endógenas) y externas (exógenas) que participan en este campo. No siempre se relacionan directamente, y las organizaciones exógenas consiguen tener un gran poder para influir en las políticas públicas y para lograr recursos para la región, incluyendo a las organizaciones vinculadas al gobierno federal u organizaciones extranjeras. El isomorfismo coercitivo aparece a través del poder económico y del poder legal de las organizaciones que controlan el uso de recursos, y la legalidad de las organizaciones, el isomorfismo regulativo y cognitivo, están relacionados con las instituciones locales y con la identidad de las personas que integran las organizaciones. En este punto, a través de cuestionarios, se ha hecho evidente un conflicto entre los grupos tradicionales locales, conectados a dichos coroneles, y las nuevas organizaciones de la sociedad civil. Con respecto a la legitimidad, se advierte que la identidad del seridoense está muy presente en las organizaciones y en las instituciones locales. Los valores, las normas y los mitos contribuyen a explicar el punto de vista de la gente sobre el desarrollo y la forma en que perciben las organizaciones que trabajan con este tema. La identidad del seridoense se caracteriza por la resistencia a las adversidades ambientales y por el apego a las cosas del lugar. Se advierte en las respuestas que la legitimidad de las organizaciones que trabajan con el desarrollo está muy asociada a la solución de las cuestiones más urgentes y prácticas de la comunidad, como por ejemplo todo lo relativo a la salud, a la educación y al empleo. Por último, el término desarrollo está en proceso de institucionalización, incluso con características de desinstitucionalización y de preinstitucionalización, pues el término desarrollo de la década de los 70 hasta el momento presente está siendo revisado, y se puede decir que el Seridó ha pasado por diversas experiencias, no siempre fructíferas, que han acabado por contribuir a que no haya una definición común de lo que significa el desarrollo.

Palabras clave: Desarrollo, campo organizativo, institucionalización, legitimación

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Processos inerentes à institucionalização.....	48
Figura 2 – Delimitação do semiárido brasileiro.....	61
Figura 3 – Localização do Seridó no Rio Grande do Norte.....	73
Figura 4 – A estrutura formada entre as organizações estudadas.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Os pilares da teoria institucional.....	42
Quadro 2 – Tipos de isomorfismo	43
Quadro 3 – Distribuição do semiárido nas Unidades da Federação.....	59
Quadro 4 – IFDM dos municípios do Seridó Ocidental	93
Quadro 5 – Comparativo entre o Ranking do IFDM e o da Educação	93
Quadro 6 – Comparativo entre o Ranking do IFDM e da Saúde.....	94
Quadro 7 – Comparativo entre o Ranking do IFDM e o de Emprego e Renda	95
Quadro 8 – Municípios do Seridó Ocidental, relação entre IFDM, Produto Interno Bruto <i>per capita</i> e Receita Orçamentária Municipal.....	97
Quadro 9 – Características da população e dos domicílios: Com base no Censo Demográfico 2010.....	99
Quadro 10 – Organizações que participaram das entrevistas	102
Quadro 11 – Organizações pesquisadas com sede e atuação no Seridó Ocidental – endógenas	103
Quadro 12 – Descritores apresentados sobre a legitimidade das organizações.....	115
Quadro 13 – Descritores apresentados sobre a identidade do seridoense.....	120
Quadro 14 – Descritores do desenvolvimento levantados na pesquisa.....	124
Quadro 15 – O processo de institucionalização.....	133
Quadro 16 – Projetos de desenvolvimento para o Nordeste nas décadas de 70 e 80.....	135
Quadro 17 – Projetos de desenvolvimento para o Nordeste na década de 90.....	137
Quadro 18 – Projetos de desenvolvimento para o Nordeste dos anos 2000 aos dias atuais.....	138

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 (QUESTIONÁRIO).....	162
ANEXO 2 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	167
ANEXO 3 DADOS DOS QUESTIONÁRIOS AGRUPADOS EM CATEGORIAS.....	168

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Esperança de vida ao nascer, Índice de Gini, IDH e Taxa de Mortalidade Infantil – Brasil e Nordeste.....	92
Tabela 2 – Produto Interno Bruto por Valor Adicionado Bruto – Brasil e Nordeste – 2007	96

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 OBJETIVOS	21
2.1 Objetivo geral	21
2.2 Objetivos específicos.....	21
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
3.1 Algumas reflexões sobre o desenvolvimento	22
3.1.1 O entendimento do termo desenvolvimento: A contribuição dos fóruns mundiais na construção do conceito.....	26
3.1.2 A perspectiva territorial do desenvolvimento e o capital social.....	31
3.2 Organizações e instituições no debate sobre o desenvolvimento	36
3.2.1 A organização e seu papel na sociedade atual	36
3.2.2 O campo organizacional	38
3.2.3 Conceituando instituições.....	40
3.2.4 A legitimidade em questão	45
3.2.5 O processo de institucionalização	47
3.3 Principais estudos e debates sobre instituições e desenvolvimento	50
4 METODO DE PESQUISA	55
4.1 Apresentando o semiárido brasileiro	57
4.1.1 Os programas de desenvolvimento do Nordeste brasileiro.....	63
4.1.2 Apresentando o Seridó.....	71
4.2 Lócus da pesquisa	80
4.3 População e amostra	81
4.4 Instrumentos de pesquisa	84
4.5 Análise dos dados	87
4.5.1 Categorias de análise.....	89
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	91
5.1 Indicadores do Seridó Ocidental	91
5.1.1 Dados dos municípios do Seridó Ocidental.....	97
5.2 O campo organizacional das organizações que trabalham com desenvolvimento no Seridó	100
5.2.1 As organizações estudadas no campo organizacional.....	100
5.2.2 O relacionamento entre as organizações no campo organizacional	108
5.3 A legitimidade do desenvolvimento no Seridó Ocidental	114
5.3.1 A legitimidade cognitiva do desenvolvimento no Seridó Ocidental.....	117
5.3.2 A legitimidade normativa do desenvolvimento no Seridó Ocidental	123
5.3.3 A legitimidade regulativa do desenvolvimento no Seridó Ocidental	127
5.4 O processo de institucionalização do desenvolvimento	132
5.4.1 O processo de institucionalização através dos projetos e ações de desenvolvimento	134
5.4.2 O desenvolvimento no Seridó Ocidental: uma instituição em construção	141
6 CONCLUSÕES	144
REFERÊNCIAS	155
ANEXOS	162

INTRODUÇÃO

As discussões sobre desenvolvimento são repletas de pontos de vista, de opiniões, de convicções políticas e ideológicas; dessa forma, ao discutir esse tema, principalmente no contexto das regiões com baixo dinamismo econômico, busca-se racionalizar as ações necessárias para que essas comunidades consigam alcançar uma melhoria na qualidade de vida das pessoas que ali habitam.

A própria associação do termo desenvolvimento com resultados que ultrapassem a dimensão econômica é recente. Durante muito tempo, o principal indicador de desempenho de uma sociedade era o Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, sua capacidade de crescer e adquirir riquezas. Entretanto, com o passar do tempo, outras dimensões foram agregadas, até que, no final dos anos 80, o relatório Brundtland passa a propor o conceito de desenvolvimento sustentável, ancorado no tripé eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social (BRITO; RIBEIRO, 2011).

Nessa perspectiva, ganha visibilidade o conceito de monitoramento conhecido como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da Organização das Nações Unidas (ONU). O IDH, através das suas dimensões, pode oferecer uma nova proposta de mensuração do nível de desenvolvimento de uma localidade. Destacam-se como principais indicadores o acesso à educação, saúde, emprego, saneamento básico, entre outros.

Entretanto, a experiência de criar indicadores para entender o estágio do desenvolvimento de uma localidade vem recebendo várias críticas. Acadêmicos, gestores de políticas públicas, e diversos atores da sociedade destacam que, apesar dos avanços na formalização de um índice, ainda é falha a tentativa de quantificar um conceito tão amplo como o desenvolvimento, pois as dimensões subjetivas são negligenciadas e fatores culturais e diversos outros aspectos que compõem as instituições¹ comuns a uma determinada comunidade são deixados em segundo plano.

¹ É importante destacar que as instituições são aqui entendidas como construções sociais que se manifestam através das normas, dos valores, dos costumes, dos códigos morais e demais constructos sociais capazes de delinear e dar sentido ao comportamento dos grupos (JEPPERSON, 1991).

Uma tentativa de reduzir essa disparidade é vista no texto *Desenvolvimento como liberdade*, de Amartya Sen (1999). Nesse trabalho, o termo “desenvolvimento” ganha uma perspectiva ampliada, consistindo, segundo o autor, na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer, ponderadamente, sua condição de agentes (SEN, 1999).

Sen (1999, p. 10) destaca que:

A importância intrínseca da liberdade humana em geral, como o objetivo supremo do desenvolvimento, é acentuadamente suplementada pela eficácia instrumental de liberdades específicas na promoção das liberdades de outros tipos. Os encadeamentos entre diferentes formas de liberdades são empíricos e causais, e não constitutivos e compositivos.

Entretanto, a força da definição apresentada por Sen (1999) esbarra em questões práticas e operacionais, pois os termos “desenvolvimento” e “liberdade” proporcionam conceitos ricos de interpretações e de nuances que se modificam dependendo do contexto, e, mesmo em um mundo dito globalizado, admite-se um fator de resistência local a alguns pressupostos globais. Dessa forma, as liberdades podem ser percebidas de diversas formas e, em alguns casos, podem, inclusive, ser contraditórias, ou seja, um tipo de liberdade defendido por um grupo humano pode chocar e ferir as instituições de outro grupo, e, conseqüentemente, as suas liberdades.

Cabe salientar também que, atrelada ao conceito de desenvolvimento, está uma disputa por poder e hegemonia, em que entrar no grupo das comunidades desenvolvidas garante uma série de privilégios e o dever de garantir que suas liberdades, ou modo de vida, não sejam afetadas. Sendo assim, é possível deduzir que comunidades desenvolvidas e subdesenvolvidas possuem liberdades e instituições próprias; entretanto, as comunidades desenvolvidas possuem o poder de garantir que as suas liberdades e instituições permanecerão, enquanto as subdesenvolvidas, mesmo tendo o poder de resistir, serão estimuladas a seguir o modelo e o estilo de vida das comunidades desenvolvidas.

Sardar (1996) critica o modelo de desenvolvimento proposto pelas nações ocidentais e afirma que os Estados desenvolvidos, com suas políticas industriais, economias de livre mercado e avanços tecnológicos, e suas instituições políticas, sociais e culturais determinam os melhores exemplos para todas as formas de

esforços humanos, enquanto as outras nações e culturas devem, simplesmente, seguir esses exemplos.

Segundo Sardar (1996) o tipo de desenvolvimento defendido pelos países ocidentais não leva em consideração a herança cultural/tradicional e os valores sagrados/religiosos das nações não ocidentais. O Ocidente define o que é ciência, racionalidade, religião, civilização, liberdade, democracia, direitos humanos, desenvolvimento e outros conceitos importantes; outras culturas têm que aceitar essas definições e a escravização e subserviência cultural que, inevitavelmente, seguem.

Essa crítica sobre a interferência dos países desenvolvidos na autonomia dos países subdesenvolvidos representa um aspecto importante nos estudos sobre o desenvolvimento, pois a diminuição da autonomia ameaça as liberdades e, segundo Froehlich (1999), a autonomia propicia uma base de respeito ao direito de cada coletividade estabelecer, segundo as especificidades de sua cultura, o conteúdo concreto e continuamente mutável do desenvolvimento.

Nessa perspectiva, o debate sobre o global e o local, e o poder das comunidades em tomar decisões que sejam importantes para o seu desenvolvimento, envolve uma série de reflexões mais amplas.

No entanto, Froehlich (1999) destaca que existem sérias desconfiâncias sobre o papel da descentralização como instrumento para melhorar a democracia social, a participação popular, a justiça social e o desenvolvimento regional, pois esse tipo de desenvolvimento local seria acusado de sinônimo de utopia iluminista que concebe a sociedade como harmônica e que menospreza a ideia de luta de classes como motor da história.

Certamente, esse embate teórico vem influenciando a geração de políticas públicas e, de forma direta, vem afetando a vida de muitas pessoas em suas comunidades. Desta forma, surge o desafio de entender esse processo através do estudo das organizações que existem no local e suas relações com outras organizações, tanto internas como externas à comunidade.

Na tentativa de estimular o desenvolvimento de uma região, diversas organizações se estruturam como formuladoras de políticas públicas ou operadoras de ações capazes de aplicar e controlar os recursos necessários para o bom desempenho dos projetos nas localidades.

Segundo Froehlich (1999, p. 2):

Com a crise do chamado regime de acumulação fordista, caracterizado por um processo de produção em massa em grandes unidades, concentradas espacialmente, e fomentado e apoiado por um sistema político Keynesiano, que se materializa na existência de um estado centralizado, intervencionista, planejador e outorgador de bem-estar, passa-se hoje a crer na aparição do regime de acumulação flexível, e, nesta transição, supõe-se abrir uma brecha para a possibilidade do desenvolvimento local.

Porém, alguns aspectos ainda são pouco estudados no que diz respeito ao relacionamento entre as organizações internas e externas (endógenas e exógenas) às comunidades e à forma como as instituições locais são afetadas pelas políticas públicas e ações promovidas pelas organizações fomentadoras das ações de desenvolvimento.

Nesta pesquisa, definiu-se como área de estudo, ou lócus da pesquisa, a região do Seridó Ocidental do Rio Grande do Norte, que, junto com o Seridó Oriental e as Serras de Santana, forma as três microrregiões definidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para o Território da Cidadania Seridó – RN. Esse território o qual abrange uma área de 10.954,50 km² e é composto por 25 municípios, sendo que sete compõem o Seridó Ocidental: Caicó, Ipueira, Jardim de Piranhas, São Fernando, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte e Timbaúba dos Batistas (MDA, 2011).

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a população total do território é de 289.866 habitantes, dos quais 74.381 vivem na área rural, o que corresponde a 25,66% do total. Possui 11.266 agricultores familiares, 1.007 famílias assentadas e três comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,69 (MDA, 2011).

Observa-se, então, que existem diversas organizações atuando no desenvolvimento do Seridó Ocidental. São organizações formais e informais endógenas (locais), tais como: órgãos governamentais (prefeituras, secretarias, escolas, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte [Emater-RN], promotoria, defensoria pública), órgãos privados (empresas) e órgãos não governamentais (ONGs, sindicatos, associações, clube de mulheres, associação de jovens, grêmios estudantis, entidades religiosas, conselhos). Entretanto, também se verifica a participação de inúmeras organizações exógenas

(nacionais e internacionais) que objetivam o desenvolvimento do Seridó. Fazem parte dessas organizações: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Banco Mundial, entidades religiosas como Cáritas e Misereor, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e universidades.

Nesse cenário de atuação de várias entidades pelo desenvolvimento, com características, percepções e regras múltiplas, nota-se uma disputa pela institucionalização de conceitos e pela legitimação dessas organizações.

Entretanto, percebe-se que existe um desequilíbrio de forças e que as entidades exógenas precisam de parcerias com as entidades locais para se legitimarem, mas forçam, através de várias estratégias, a institucionalização de seus valores e conceitos. Dessa forma, a perspectiva local esbarra no poder econômico e nas técnicas de planejamento e controle das organizações exógenas.

A consequência disto pode ser o desvio do objetivo principal dessas organizações. Neste sentido, situações artificiais são criadas, nas quais o planejamento, a ação e a avaliação se tornam atividades que se justificam apenas pela atenção à exigência de um órgão que detém mais poder, e não por uma constatação da utilidade de tais processos.

Diante desta constatação, imagina-se que uma situação conflitiva recai sobre as comunidades atendidas por essas organizações, que se tornam atores secundários e veem as organizações locais direcionarem seus esforços e disputarem a legitimação de suas ações, utilizando-se de todas as estratégias para fazerem prevalecer seus conceitos principais. Sendo assim, é possível afirmar que as organizações que atuam no desenvolvimento do Seridó Ocidental/RN disputam recursos e buscam legitimar-se perante a sociedade e as outras organizações, de modo a continuarem existindo e influenciando a realidade local de acordo com suas construções ideológicas, valores, normas e identidades.

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento está fortemente associado à textura do tecido institucional e organizacional e ao grau de cooperação institucional e organizacional existente em um determinado local, supõe-se que, para se alcançar melhores resultados no processo de desenvolvimento, devem existir organizações locais que sejam capazes de arregimentar esforços e que promovam as ações necessárias para o fortalecimento das instituições e da comunidade.

Nessa perspectiva, esta tese busca analisar como as organizações que atuam no desenvolvimento do Seridó se comportam em um ambiente complexo e de recursos escassos, onde os processos de institucionalização e de legitimação do conceito de desenvolvimento e das organizações podem gerar conflitos de legitimidade.

Nesse sentido, pergunta-se: *como se dá o processo de institucionalização e legitimação do desenvolvimento no Seridó do Rio Grande do Norte?*

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar o processo de institucionalização e a legitimação do desenvolvimento no Seridó Ocidental do Rio Grande do Norte

2.2 Objetivos Específicos

a) Descrever o campo organizacional do desenvolvimento na região do Seridó Ocidental;

b) Analisar o processo de institucionalização do desenvolvimento no Seridó Ocidental.

c) Analisar os fatores de legitimação do desenvolvimento neste processo de institucionalização;

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, serão abordados os principais conceitos norteadores deste estudo, sendo que as contribuições teóricas serão apresentadas de forma a construir uma base conceitual capaz de embasar as discussões sobre o tema do estudo.

Em uma primeira parte, serão apresentadas diversas abordagens que conceituam o termo desenvolvimento e as principais aproximações e divergências que contribuem para o alcance dos objetivos deste trabalho.

Logo após, serão feitas abordagens teóricas que possam referendar este trabalho científico, delineando aspectos teóricos, descrevendo correntes e espectros que possam fortalecer o elo entre os conceitos estudados e a pesquisa de campo.

Por fim, serão apresentados os levantamentos feitos em trabalhos científicos e demais fontes documentais e bibliográficas que descrevem o estado da arte dos estudos sobre o desenvolvimento e a institucionalização do desenvolvimento junto às organizações e à sociedade.

3.1 Algumas reflexões sobre o desenvolvimento

A busca das pessoas pelo desenvolvimento muitas vezes se confunde com um antigo sonho da sociedade de encontrar o paraíso perdido; é o sonho de chegar a um tipo de realidade em que todos os problemas sociais tenham sido resolvidos, um lugar onde possa haver paz e fartura para todos. Esse tipo de simbolismo é visto em várias culturas, ocidentais e não ocidentais.

Este parâmetro de desenvolvimento, apesar de estar há gerações em uma espécie de inconsciente coletivo das pessoas, ainda não conseguiu se materializar e, em alguns momentos, parece ficar cada vez mais distante, pois, se esse realmente é o sonho a ser perseguido, na prática, existem inúmeras dificuldades em se conciliar o modelo produtivo e econômico atual com um desenvolvimento igualitário para todos os povos e capaz de preservar os bens naturais e culturais.

Com a evolução atual, um modelo de sociedade ideal foi sendo construído, e, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, o *american way of life* (estilo de vida norte-americano) foi se tornando o padrão de vida moderna, no qual as pessoas

seriam capazes de realizar seus sonhos e ter oportunidades em um mundo de liberdade e democracia.

Esse estilo de vida tornou-se o modelo de desenvolvimento a ser perseguido, e nele a tecnologia, a indústria, a vida urbana e os hábitos de consumo tinham papel importante. Neste período, várias transformações tecnológicas aconteceram e, principalmente, o mundo rural foi se tornando cada vez mais um local que remete ao passado e a um tempo distante da modernidade. A população no meio rural norte-americano reduz-se drasticamente.

No Brasil, os efeitos também foram percebidos; mesmo tendo uma formação diferente da norte-americana, no decorrer do século XX, foi possível observar uma tendência de adequação a esse novo estilo de vida. Houve êxodo rural, o país buscou a industrialização, tornou-se urbano, passou a consumir e a produzir produtos modernos, mas não conseguiu resolver graves problemas. Algumas cidades e regiões brasileiras continuaram distantes do modelo ideal de desenvolvimento e permaneceram com as economias baseadas na agricultura e no extrativismo, pouco rentáveis e pouco competitivas, como são os casos das regiões Norte e Nordeste. Hoje, já no século XXI, apesar de muitos avanços, a situação ainda não está resolvida.

Morin (1984) afirma que a raiz do problema está no mito da sociedade industrial, que previa o crescimento industrial como o motor do desenvolvimento econômico, que, por sua vez, tornava-se o motor do desenvolvimento social, o qual se tornava o motor do desenvolvimento/bem-estar humano. Para o autor, esse modelo precisa ser repensado, pois está baseado no paradigma de que a ciência, a razão, a técnica e a indústria estão interassociados, cada uma desenvolvendo a outra e todas assegurando o desenvolvimento do homem.

Este é um mito neossaint-simoniano, segundo o qual as sociedades que atingirem o estágio industrial vão reduzir seus antagonismos, os seus conflitos e as suas desigualdades extremas, vão garantir aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode conceber. (MORIN, 1984, p. 347).

Como modelo alternativo, Morin (1984) sugere que o desenvolvimento deve ser o autodesenvolvimento, em uma recorrência sem fim em que o desenvolvimento se torna ao mesmo tempo meio e fim do sistema auto-organizador (sociedade e indivíduo). Nesta lógica, o ser humano deixaria de buscar o seu desenvolvimento em

coisas externas e passaria a buscar o seu crescimento interno, em que a conquista da felicidade não estaria na acumulação de bens de consumo e sim em um processo interno de autodesenvolvimento, e na medida que os indivíduos fossem se desenvolvendo, a sociedade também se desenvolveria.

Outra possibilidade é apresentada por Amartya Sen (1999) no texto *Desenvolvimento como liberdade*. O desenvolvimento, para o autor, é apresentado como a eliminação de privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer, ponderadamente, sua condição de agentes.

Em uma perspectiva holística e ecológica, Capra (1996) esboça o amplo contexto social e cultural da nova concepção de vida. O autor afirma que as preocupações com o meio ambiente adquirem suprema importância, e defronta-se com uma série de problemas globais que estão danificando a biosfera e a vida humana de uma maneira alarmante e que podem, logo, se tornarem irreversíveis. Quanto mais estudam-se os principais problemas desta época, mais se percebe que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes.

Para Capra (1996), há soluções para os principais problemas de nosso tempo, algumas delas até mesmo simples, mas que requerem uma mudança radical de percepções, pensamento e valores. Segundo o autor, o grande desafio deste tempo é criar comunidades sustentáveis, isto é, ambientes sociais e culturais onde seja possível satisfazer as necessidades e aspirações da sociedade sem diminuir as chances das gerações futuras.

No entanto, várias outras correntes teóricas refletem sobre a viabilidade do dito modelo de desenvolvimento capitalista. Furtado (1996) apresenta, no seu trabalho *O mito do desenvolvimento econômico*, a lógica do atual sistema, que reforça uma desigual relação entre países centrais e periféricos e na qual, para o autor, não há espaço para o desenvolvimento dos países periféricos, sendo inviável para a existência do nosso ecossistema a pressão do consumo e do modo de vida dos países centrais replicados pelos países periféricos.

A conclusão geral que surge é que a hipótese de extensão ao conjunto do sistema capitalista das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países cêntricos não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema. E é essa a razão pela qual uma ruptura cataclísmica, num horizonte previsível, carece de verossimilhança. O interesse principal do modelo que leva a essa previsão de ruptura

cataclísmica está em que ele proporciona uma demonstração cabal de que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda a tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana. (FURTADO, 1996, p. 88).

Diante disso, outro lado do conceito de desenvolvimento está sendo apresentado. O lado que indica um interesse dos países centrais em consolidar a sua hegemonia e, com isso, ditar regras, padrões, conceitos, que, em muitos casos, são antagônicos à muitas culturas no mundo. Essa forma de imperialismo avança, seja através de conflitos bélicos para assegurar recursos naturais justificados pela suposta defesa da democracia e da liberdade, seja pelos meios de comunicação de massa, que invadem os lares das pessoas e promovem produtos, serviços e modos de vida.

Dessa forma, o dilema passa a ser a redefinição do modelo de desenvolvimento, ou melhor, a aceitação de vários modelos de desenvolvimento, acreditando que as comunidades, em seus territórios, estarão aptas a alcançar melhorias que elevem a qualidade de vida dos seus cidadãos sem que haja uma “pasteurização cultural”.

Muitas vezes, a resistência a esses avanços não surte efeito, o poderio de algumas nações sobre as outras é evidente e o tipo de desenvolvimento que passa a ser perseguido é aquele que atende mais aos interesses dos países centrais do que aos interesses das comunidades dos países periféricos. Para Sardar (1996), estratégias de desenvolvimento têm devastado a agricultura de sociedades não ocidentais (mais aparente na Revolução Verde na Índia e Paquistão) e transformando países independentes em servos de bancos e corporações internacionais.

Para Tucker (1996), desenvolvimento é, simplesmente, um processo global de engenharia social no qual quem tem mais poder militar e econômico controla, domina e molda a vida de outros de acordo com o seu propósito. Em que as pessoas acreditam, ideias, pensamentos e sentimentos não são levados em consideração e respeitados quando se fala em desenvolvimento humano. Desenvolvimento não tem o mesmo significado para o diretor do Fundo Monetário Internacional, para um trabalhador da Zâmbia ou mesmo para um muçulmano

iraniano ou um empregado da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

O quadro que se apresenta é de dominação dos países periféricos pelos países centrais, que vêm assegurando uma hegemonia cultural, científica e tecnológica em um processo conhecido como globalização, o qual está baseado em uma sociedade de consumo que precisa, cada vez mais, de recursos naturais para atender aos seus anseios.

Historicamente, existem diversos registros de pesquisadores que buscaram entender os processos de desenvolvimento, citando Amartya Sen, Celso Furtado, Keynes, Ignacy Sachs. Entretanto, para este estudo, optou-se por um recorte de tempo mais atual, com destaque para os principais debates que aconteceram após a Segunda Guerra Mundial.

Desta forma, a seguir serão abordados alguns conceitos de desenvolvimento que foram sendo construídos a partir de discussões geradas em fóruns mundiais, e em diversos centros de pesquisa que foram se formando pelo mundo e que contribuíram para a construção do pensamento sobre desenvolvimento.

3.1.1 O entendimento do termo desenvolvimento: A contribuição dos fóruns mundiais na construção de um conceito

O termo “desenvolvimento” vem sendo amplamente discutido e, no decorrer da história, tem passado por uma série de revisões conceituais e ajustes teóricos. Mesmo assim, parece ainda não ter se formado um consenso sobre o que, de fato, significa ter desenvolvimento, estar desenvolvido ou ser desenvolvido. Inúmeras variáveis refletem-se na compreensão desse fenômeno, principalmente no que se refere aos valores culturais e aos interesses econômicos e políticos.

O que se pode afirmar é que, principalmente a partir das crises econômicas das décadas de 70 e 80 do Século XX, a não aceitação do paradigma de modelo único do desenvolvimento vem sendo construída através de diversas ações e formulações teóricas, de forma consciente ou inconsciente e muitas vezes contraditória (CAZELLA, 2012).

De início, observa-se que a mera medição do desempenho econômico de um local, através dos volumes de produção econômica e, principalmente, pelas variações do Produto Interno Bruto (PIB), já não são suficientes para explicar o

desenvolvimento, consolidando-se o conceito de crescimento para esse tipo de análise, que prima pelo desempenho econômico.

Nesse sentido, o desenvolvimento envolve dimensões mais amplas que o crescimento, com ênfase na redução das desigualdades socioeconômicas, na proteção ao meio ambiente e na satisfação das necessidades fundamentais das populações atual e futura.

As primeiras elaborações sobre essa perspectiva de desenvolvimento ganharam força após a Segunda Guerra Mundial, com proposições que valorizavam a solidariedade e as estruturas coletivas, de outro lado e de forma antagônica, está o modelo neoliberal que valoriza muito mais a lógica da concorrência pelas regras de mercado.

Com os processos de descolonização da África e da Ásia, vários debates promovidos pela ONU ajudaram a refletir sobre os problemas de crescimento e desenvolvimento dos países ditos “atrasados”.

Vale a pena ressaltar que, nos anos 70 e 80, também estava - se vivenciando uma disputa ideológica conhecida como Guerra Fria, em que o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco comunista, liderado pela União Soviética, tentavam aumentar suas áreas de influência e ganhar adeptos para seus sistemas econômicos.

Durante esse período, que foi do final dos anos 40 até o início dos anos 90, os defensores da proposta revolucionária dos comunistas não viam com bons olhos as propostas evolucionistas (crescimento e desenvolvimento) dos capitalistas. Para os comunistas, não havia possibilidade de suavizar o capitalismo e a saída era a mudança de sistema econômico, que se daria pela tomada do poder pelo proletariado, através da revolução.

Nesse entremeio, surgiu na América Latina, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão ligado à ONU que teve como principais nomes o argentino Raúl Prebisch e o brasileiro Celso Furtado. Dentre as inúmeras contribuições resultantes dessa comissão, destacam-se as teorias sobre a estrutura centro-periferia e sobre o subdesenvolvimento.

Nos trabalhos de Celso Furtado, é possível observar que “a concepção do desenvolvimento tem influências diretas sobre as instituições e os profissionais de mudança social, que constroem seus discursos e orientam suas ações contra as desigualdades sociais” (CAZELLA, 2012, p. 22), sendo que sua principal inovação

foi a introdução dos conceitos de cultura e de processo histórico no seio da problemática do desenvolvimento.

Uma nova transição na abordagem sobre o desenvolvimento ocorreu no final da década de 60, em meio à efervescência das inúmeras mobilizações sociais e de movimentos de contracultura gerados pelo movimento *hippie*, a favor da paz, contra a Guerra do Vietnã e a favor dos direitos civis nos Estados Unidos, dos direitos das mulheres, das mobilizações estudantis na França, entre outros tantos distúrbios sociais que forçaram a mudança de perspectiva em diversos aspectos da sociedade.

Com a fundação do Clube de Roma em 1968, o conceito de ecodesenvolvimento começa a surgir, pois traz à tona o risco de manter o modelo de desenvolvimento dos países ricos na esfera global, uma vez que a ideia de limitar o crescimento foi interpretada por muitos como uma apologia ao “crescimento zero”.

Esse conceito foi sendo aperfeiçoado, e convencionou-se dizer que um marco desse processo foi a década de 70, que teve como “pano de fundo” a crise do petróleo, na qual os países participantes da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) forçaram uma nova sistemática de preços e de exploração, gerando aumento do preço do barril do petróleo, o que levou a uma grave crise energética mundial.

No decorrer dos anos 70, passou a ser utilizado com maior frequência o termo “ecodesenvolvimento”. Entretanto, foi Ignacy Sachs quem formulou os princípios norteadores dessa nova visão de desenvolvimento, a saber:

a) A aceitação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito às culturas e f) programas de educação. (BRÚSEKE, 1995, p. 31).

Em 1974, aconteceu uma reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP). Desse encontro, foi elaborada a Declaração de Cocoyok, que inovou na discussão sobre desenvolvimento e meio ambiente e lançou as seguintes afirmações:

1) a explosão populacional é decorrente da absoluta falta de recursos em alguns países (quanto maior a pobreza, maior é o crescimento

demográfico); 2) a destruição ambiental também decorre da pobreza; 3) os países desenvolvidos têm uma parcela de culpa nos problemas globais uma vez que têm um elevado nível de consumo. (BELLEN, 2002, p. 3).

O Relatório Dag-Hammarskjöld, de 1975, representa um aprofundamento das ideias lançadas na Declaração de Cocoyok. Esse novo estudo contou com a participação de 48 países, juntamente com o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e outras 13 organizações da ONU. A base desse novo documento é a relação do poder com a degradação ambiental, destacando o papel de um novo desenvolvimento baseado na mobilização das forças capazes de alterar os sistemas vigentes (SÁ, 2004).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi elaborado em meados da década de 80, pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, chefiada por Gro Brundtland. No Brasil, esse relatório foi publicado em 1987, com o título “Nosso Futuro Comum”.

Segundo Drumond (2006), o relatório Brundtland conectou, com sucesso, dois conjuntos de problemas: (1) os propriamente ecológicos do mundo natural, decorrentes das ações humanas (uso ou escassez de recursos naturais, extinção de espécies, poluição, contaminação, aquecimento global, desertificação etc.), e (2) os propriamente sociais (doença, fome, pobreza, exclusão etc.).

A Comissão Brundtland lançou um dos conceitos mais conhecidos de desenvolvimento sustentável, como “aquele desenvolvimento que atende às necessidades das gerações presentes, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (BRÜSEKE, 1995, p. 33). Dessa forma, o relatório Brundtland defende o crescimento, tanto nos países já desenvolvidos como naqueles em fase de desenvolvimento.

Esse relatório ofereceu, em meados da década de 80, um conceito de desenvolvimento sustentável que vem chamando a atenção das pessoas sobre a importância de se alcançar também níveis de desenvolvimento nas dimensões sociais e ambientais, e não apenas no aspecto econômico, afirmando que o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem às suas próprias.

Utilizando uma linha de requalificação do conceito de desenvolvimento, em 1990, a ONU, através do PNUD, adotou o discurso do desenvolvimento humano, concebido como um processo econômico, social, cultural e político interligado em

prol da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população e de cada indivíduo, tornando claro que o desenvolvimento deveria ir além do crescimento econômico, envolvendo expectativa de vida, nível de escolaridade, poder de compra da moeda, liberdade e democracia (MOURA et al., 2002).

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (Cnumad), no Rio de Janeiro, em 1992, mais conhecida como Eco-92, foi aprovada a Agenda 21, um programa de orientação para o desenvolvimento sustentável. O evento contou com a participação de 178 países, e foram discutidas a interligação entre o desenvolvimento socioeconômico e as transformações do meio ambiente (SÁ, 2004).

Resultou da Eco-92, entre tantos documentos elaborados, uma nova compreensão, segundo a qual o meio ambiente e o desenvolvimento devem ser tratados conjuntamente, recomendando-se novas práticas sociais, políticas e econômicas. Nesse momento, fatores como a identidade, a cultura e os interesses das comunidades locais, além da participação direta, são valorizados e considerados ingredientes básicos na gestão do desenvolvimento sustentável, que passa a articular, mais claramente, as agendas ambientais e sociais, ganhando novos contornos, implicando a capacidade de os agrupamentos humanos garantirem a gestão do seu próprio desenvolvimento, em termos econômicos, políticos, culturais e institucionais, além da dimensão ecológica e ambiental (MOURA et al., 2002).

Outros eventos foram realizados para a discussão de problemas relacionados com o desenvolvimento sustentável, entre os quais estão a Conferência do Cairo sobre População em 1994, a Conferência de Copenhague sobre Pobreza e Desenvolvimento Social em 1995 e a Conferência de Istambul sobre Assentamentos Humanos em 1996.

Em 1997, a Rio+5 tentou avaliar os resultados acordados na Eco-92 e encaminhar novas propostas sobre as questões da ecologia e do desenvolvimento sustentável. Os documentos resultantes desse encontro enfatizavam o combate à pobreza e a efetivação da reforma agrária como um dos pontos que deveriam ser resolvidos para se alcançar um desenvolvimento sustentável.

Dez anos depois da Eco-92, foi realizada em Johannesburgo, na África do Sul, a Rio+10, encontro de líderes mundiais de 189 países na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável. Entre os objetivos do evento estava a criação de protocolos de emissão de gás carbônico, e a avaliação do que foi feito desde o

lançamento da Agenda 21, e o estabelecimento de meios para atingir as metas propostas (SÁ, 2004).

Recentemente, em julho de 2012, mais uma vez o Brasil recebeu a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável e dessa vez ficou nítida a frustração dos participantes com os avanços conseguidos. Notou-se uma série de dificuldades operacionais para as propostas, e os países ditos desenvolvidos, mais uma vez, negaram-se a aumentar seus investimentos ou diminuir seus ganhos para reduzir as distorções geradas pelo modelo de consumo atual.

Atualmente, a partir do conceito de valor de uso, é possível observar que, a sociedade vem tirando da natureza mais recursos naturais do que ela é capaz de regenerar, ou seja, ser desenvolvido hoje significa acessar produtos que consomem energia e recursos naturais de forma exagerada e capazes de influenciar de forma danosa o meio ambiente. Assim, o desenvolvimento sustentável é pressionado pelos consumidores, que, para satisfazerem seus desejos e necessidades, invadem o comércio na busca de novidades e de artigos que lhes ofereçam novas sensações.

3.1.2 A perspectiva territorial do desenvolvimento e o capital social

Evocar o território ou o local como espaço onde se concretiza o desenvolvimento tem se confirmado como uma temática produtiva no debate entre os conceitos de modernidade e pós-modernidade, incluindo sérias reflexões sobre os impactos da globalização e o papel do Estado-Nação no desenvolvimento de uma comunidade.

Para Saquet e Sposito (2008), além de área e formas espaciais, o território significa conexão, articulação, resultado e condição da dinâmica socioespacial.

Merece destaque a região conhecida como 'Terceira Itália' (região com larga tradição na produção artesanal e produtos feitos sob medida), localizada no centro e noroeste italiano, com seus distritos industriais, onde aglomerações de pequenas e médias empresas se destacaram pelo crescimento econômico e conquista de mercados internacionais – em contraste das outras regiões europeias de mesmos setores e atividades econômicas, baseados na grande indústria. (ROCHA, 2008, p. 31).

Atrelado a isso, existe a compreensão de que, no início da década de 70, os países centrais do capitalismo ocidental passaram por um processo de exaustão do

sistema fordista, e, nesse momento de crise, surge um novo regime de produção, baseado na acumulação flexível, conhecido como pós-fordista. A acumulação flexível, apesar de manter a concentração da produção em áreas específicas, permitiu o surgimento de novas áreas de produção especializada, ou seja, de territórios diferenciados (ROCHA, 2008).

Essa possibilidade de o local oferecer caminhos de flexibilidade que o modelo tradicional não permitia mostrou-se um aspecto relevante para aquele momento histórico. Foi surgindo, assim, uma série de posicionamentos que refletiam e relacionavam algumas características que dissociavam o desenvolvimento da dimensão temporal e acrescentavam o papel determinante das dimensões sociais, geográficas e territoriais.

Nesse sentido, entender o processo de desenvolvimento não se trata apenas de apontar vantagens ou obstáculos geográficos de localização, e sim de estudar a montagem das “redes”, das convenções, em suma, das instituições que permitem ações cooperativas – que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde e informação – capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade.

Nos estudos sobre o desenvolvimento de determinadas comunidades e territórios, são representativos os aspectos culturais e religiosos, de modo que esses aspectos presentes na subjetividade humana ajudam a compor um capital social que “corresponde ao *ethos* de certa sociedade. Complementa-se este conceito afirmando que o capital social corresponde a recursos cujo uso abre caminho para o estabelecimento de novas relações entre os habitantes de uma determinada região” (ABRAMOVAY, 2000).

Moncayo Jiménez (2002) destaca que a principal manifestação do compromisso cívico é a associação, ou seja, a propensão dos cidadãos em participar de associações que buscam o bem comum. Ele afirma, ainda, que o compromisso cívico consiste em um alto grau de identificação dos cidadãos com os interesses da comunidade em que vivem. Patriotismo, solidariedade, virtudes cidadãs são aqui conceitos centrais.

Dessa forma, o capital social é um conjunto de recursos, boa parte dos quais simbólicos, de cuja apropriação depende, em grande parte, o destino de uma certa comunidade. Então, para Abramovay (2003), a acumulação de capital social é um

processo de aquisição de poder e até de mudança na correlação de forças no plano local.

Em um trabalho sobre as perspectivas do neoinstitucionalismo e do capital social, Moncayo Jiménez (2002) apresenta a pesquisa de Putnam, na qual, o autor descreve o impacto do compromisso cívico no desenvolvimento socioeconômico e na efetividade institucional do Estado. Em outras palavras, uma sociedade forte gera tanto uma economia forte como um Estado forte.

Com base nessa análise, Franco (2004) explica que qualquer tentativa de pensar o desenvolvimento deve deixar bem claro que existem diferenças entre crescimento e desenvolvimento. Para o autor, o crescimento é um fenômeno típico da Revolução Industrial, uma invenção do século XVIII, com base na qual os economistas acreditavam que, através do crescimento do PIB, seria possível alcançar um desenvolvimento social. Esta afirmação vem se mostrando difícil de ser alcançada, e o exemplo brasileiro mostra bem isso. Nesta perspectiva, passou-se a perguntar para quem e para que servia o crescimento.

Dessa forma, cabe destacar os conceitos de desenvolvimento humano e social.

Quando os economistas falam em desenvolvimento social estão, em geral, pensando em desenvolvimento humano a partir de uma racionalidade econômica. E quando os *policymakers* (cuja consciência foi colonizada pelos economistas) falam em desenvolvimento social estão falando em usar superávits de crescimento (recolhidos em geral na forma de impostos) para fazer investimentos em saúde, educação, saneamento, habitação, alimentação e nutrição, transporte, segurança, emprego e renda e estão falando na perspectiva de que o Estado, ao fazer isso, estaria promovendo as condições necessárias e suficientes para que as pessoas pudessem ter acesso ao mundo do desenvolvimento econômico. Não estão tratando exatamente de desenvolvimento social, mas de igualdade de oportunidades para os indivíduos a partir de uma racionalidade econômica. (FRANCO, 2004, p. 5).

Para Franco (2004), em geral as pessoas confundem desenvolvimento humano com desenvolvimento social, pois, imagina-se que aquilo que é chamado de social seja apenas um sinônimo para “coletivo de gente”, denominação para um conjunto de indivíduos copresentes sobre um território por longo tempo. No entanto, não percebem que o conceito de “social” se aplica a um sistema complexo, que não significa apenas a reunião ou a soma dos indivíduos e cujas funções não podem ser derivadas daquelas que são desempenhadas pelos indivíduos.

Dessa forma, o desenvolvimento sofre, com certeza, a influência das decisões, seja dos agentes internos, seja dos agentes externos. Esse quadro que hoje é vivenciado no país é reflexo das decisões que foram tomadas no passado e que causaram saldos positivos e negativos. É importante destacar que, durante muito tempo, as principais decisões tomadas eram baseadas na perspectiva do crescimento e da aquisição de um padrão de vida de países ditos desenvolvidos e determinado como modelo de modernidade.

Do ponto de vista sistêmico, cada localidade é única, portanto cada local apresenta uma combinação particular de fatores do desenvolvimento, um arranjo próprio de diversos capitais; para usar uma linguagem metafórica: o capital físico-financeiro e o capital empresarial, ou seja, a propriedade produtiva. Além desses, soma-se o capital humano, o capital social e o capital natural. Assim, para caracterizar um lugar, desse ponto de vista, as configurações particulares dos fatores de desenvolvimento devem ter a durabilidade necessária para gerar um padrão capaz de replicar, ou seja, as variáveis devem flutuar, durante um tempo suficiente, em torno de certos valores relativos e, portanto, é isso o que caracteriza o desenvolvimento daquela localidade (FRANCO, 2004).

Sendo assim, o desenvolvimento deve levar em consideração as especificidades de cada localidade, sendo que o grupo de pessoas que ali habitam deve optar pelo tipo de futuro que melhor se encaixa nas suas perspectivas de vida e a partir daí escolher o tipo de desenvolvimento que deve ser perseguido.

Mas não se trata de multiplicar experiências de geração de trabalho e renda a partir de uma racionalidade exclusiva ou predominantemente econômica, como ocorreu nos anos 80 e em boa parte dos anos 90 do século passado. Como disse Caio Márcio Silveira, 'o grande diferencial das experiências de desenvolvimento local, iniciadas ao final da década [de 1990], é justamente constituir uma matriz de projetos no território (o que chamo de 'usina social de projetos'), onde se combinam articulação interinstitucional e participação social (ou novos 'arranjos socioinstitucionais' ou 'novas institucionalidades', vinculando ampliação da esfera pública e oferta de serviços territorializados). Como sabemos, este diferencial de ambiente não é apenas um 'aspecto contextual', mas é o núcleo do processo, é aí que se dá o salto do pontual para o sistêmico'. (FRANCO, 2004, p. 10).

O problema, então, passa a ser o processo de tomada de decisão, que é uma novidade para muitas comunidades rurais; ou seja, em muitos locais, o desafio não está só no fato de fazer a escolha certa ou errada; está na experiência de utilizar esse poder, pois a democracia e o poder de escolha foram confundidos, em algumas

regiões, com um tipo de democracia representativa, em que o papel do cidadão se restringe a eleger um representante que irá tomar decisões por ele, e isso gera um problema de falta de compromisso e de centralização de poder.

Um dos autores que defende a cultura local como peça-chave para o desenvolvimento é Jan Pieterse (1996), para quem a cultura local pode ser arena de lutas em termos de poder. Ele também destaca a importância de não ocorrer uma padronização das culturas nacionais. Esse tipo de dominação tenta apagar toda a história de um povo, as construções que levaram aquelas pessoas a se reunir e compreender o mundo.

Abramovay (2007, p. 5) apresenta, então, o conceito de cooperação social, que, para ele,

Envolve necessariamente a disposição desigual de recursos capazes de promover sua obtenção: a habilidade social capaz de construir os processos de cooperação abre um importante caminho para as iniciativas dos atores que não se dobram simplesmente a constrangimentos estruturais opressivos. Mas essa habilidade não é igualmente distribuída entre eles e o sucesso de seu exercício depende não tanto de boas políticas, mas sobretudo da capacidade de construir coalizões políticas que vão refletir a força de cada grupo social.

No entanto, não se deve esquecer que nem todas as comunidades têm o mesmo nível de participação dos atores locais, algumas estão muito longe dos grandes centros consumidores e produtores de inovações e tecnologia. Então, para essas comunidades, os resultados podem demorar um pouco mais e algumas ações diferenciadas podem ser necessárias, cabendo aos órgãos responsáveis pela coordenação das atividades de desenvolvimento um papel também de incentivador, para que fatores como baixa escolaridade, falta de alimentos, falta de crédito, falta de mercados e submissão a grupos políticos possam ser resolvidos, de modo que isso não se torne um obstáculo no caminho de desenvolvimento que passa a ser trilhado por essa comunidade.

Ao final deste capítulo, nota-se que o desenvolvimento é um tipo de conceito que ainda está longe de ser consenso. Para fins deste estudo, buscou-se um caminho que apresentasse de forma didática as várias interpretações que foram dadas para o termo desenvolvimento no decorrer da história recente.

Nesta escolha, priorizou-se a apresentação dos principais resultados dos fóruns e dos encontros multilaterais que foram promovidos por Organizações da

Sociedade Civil, ou por Organismos ligados às Nações Unidas. Cabe salientar que nestes encontros, os relatórios, muitas vezes, não eram consensuais e por diversas vezes os resultados ficaram aquém do esperado, recebendo fortes críticas de Grupos paralelos, e não alinhados aos organismos oficiais, sendo um exemplo importante o Fórum Social Mundial, que desde o seu início mostrou-se como uma alternativa, um contraponto, ao Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos na Suíça.

Sendo assim, percebe-se a importância de se conhecer o papel das organizações e das instituições no desenvolvimento, principalmente em um tipo de realidade em que os conceitos estão em processo de institucionalização. Buscar entender este processo é um dos desafios desta Tese.

3.2 Organizações e instituições no debate sobre o desenvolvimento

3.2.1 A organização e seu papel na sociedade atual

A discussão sobre a situação atual da sociedade, sobre como será possível resolver os problemas mais básicos da condição humana e como enfrentar os novos desafios gerados por um modelo altamente exigente de recursos naturais tem impulsionado muitos estudiosos a refletir sobre essa temática.

Nesse sentido, é possível afirmar que hoje existe uma aproximação maior entre os povos e que, através da evolução dos sistemas de comunicação e transportes, as distâncias foram reduzidas, o mundo está mais integrado e, nesse contexto, as organizações assumem um papel importante. Parafraseando Souza (2012, p.31), “em certo sentido, as organizações podem ser consideradas unidades básicas da sociedade contemporânea”.

Mesmo sendo unidades básicas da sociedade, deve-se ter em vista que a organização é composta por pessoas, que se relacionam e buscam alcançar objetivos comuns. Sendo assim, as organizações são, primordialmente, um local de ação social, e organizar é, fundamentalmente, um processo social (SOUZA, 2012).

As organizações são endêmicas nas sociedades modernas. Nos dias atuais, é possível observar uma complexa articulação dos grupos sociais em torno de organizações que possam atender às suas necessidades. Entretanto, atender aos interesses de certos grupos pode afetar diretamente os interesses de outros e,

nessa perspectiva, a busca pela hegemonia e pelo poder interfere diretamente no alcance dos resultados.

Ainda nessa perspectiva de buscar entender o significado das organizações para as sociedades contemporâneas, surgem as interações com os aspectos institucionais. Desta forma, as organizações são definidas em termos de estruturas e funções reconhecidas e aceitas, enquanto as instituições são definidas em termos de crenças, normas e regras que permitem o desenvolvimento das funções e estruturas (APPENDINI; NUIJTEN, 2008).

Para Meyer e Rowan (1991, p. 41), nas sociedades modernas, as estruturas das organizações formais estão em contextos altamente institucionalizados. Dessa forma, as organizações e as instituições aparecem como “corpo e alma”, em que os sentidos, os valores, os mitos, os conceitos e as crenças se complementam com a estrutura formal das organizações.

Dessa forma, as organizações, que são compostas por pessoas também se relacionam com outras pessoas em outras organizações e esse relacionamento se dá através das regras e significados comuns que constituem o campo organizacional.

No que se refere ao desenvolvimento, as organizações assumem papel importante, pois é através delas que as pessoas se organizam e conseguem se mobilizar para trazer benefícios para suas comunidades. Neste aspecto, o planejamento, a execução e o controle das ações de desenvolvimento também passam por organizações, sejam elas públicas, privadas, ou sem fins lucrativos.

Em todas as comunidades é possível observar a presença de algum tipo de organização, seja através dos grupos que se reúnem em Igrejas, seja nos clubes, nas associações, cooperativas, empresas, nas mais diversas atividades comerciais, públicas e industriais.

Neste sentido, pode-se afirmar, que as organizações constituem campos organizacionais, elas não existem sozinhas, elas compartilham com o ambiente externo crenças e valores e, como consequência, as regras e normas institucionalizadas (FERRO; GONÇALVES, 2010).

O campo organizacional é, então, um tipo de arranjo que acontece entre organizações em um contexto específico. Sendo assim, as instituições impactam diretamente nos processos e fazem com que um tema como o desenvolvimento seja compatível ou não com os valores, com as regras, com as crenças e com os mitos

de uma comunidade. No decorrer dos próximos capítulos serão melhor elucidados os conceitos de campo organizacional, de instituições e dos processos de institucionalização.

3.2.2 O campo organizacional

Um campo organizacional é uma comunidade de organizações que compartilham de um sistema de significados comum, cujas regras institucionalizadas são consideradas válidas e seus participantes interagem entre si com mais frequência do que com atores fora desse campo (SCOTT, 1991).

Na pesquisa sobre o ambiente como variável na análise organizacional, as contribuições de Hannan e Freeman (1977) supõem a ampliação do âmbito de alcance de uma organização singular para a diversidade organizacional que representa a “população organizacional” e os “campos interorganizacionais” (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999).

Por campo organizacional, entendem-se aquelas organizações que, em conjunto, constituem uma área reconhecida da vida institucional: fornecedores-chave, consumidores de recursos e produtos, agências regulatórias e outras organizações que produzam serviços e produtos similares. O valor dessa unidade de análise está no fato de que ela direciona nossa atenção não simplesmente para empresas concorrentes, como a abordagem populacional de Hannan e Freeman (1977), ou para redes de organizações que realmente interagem, como a abordagem de redes interorganizacionais de Laumann et al. (1978), mas para a totalidade de atores relevantes. Dessa maneira, a ideia de campo abrange a importância tanto da conectividade quanto da equivalência estrutural (DiMAGGIO; POWELL, 2005).

Segundo DiMaggio (1983 apud DiMAGGIO; POWELL, 1991), a existência dos campos ocorrerá na medida em que estes forem definidos institucionalmente. Esse processo de definição ou “estruturação” institucional consiste em quatro elementos: um aumento na extensão da interação entre as organizações no campo; o surgimento de estruturas de dominação e padrões de coalizões interorganizacionais claramente definidos; um aumento de carga de informação com a qual as organizações dentro de um campo devem lidar; e o desenvolvimento de uma

conscientização mútua entre os participantes de um grupo de organizações que estão envolvidos em um negócio.

Nos estágios iniciais do ciclo de vida dos campos, é possível observar uma alta diversidade, em termos de abordagens e formas. Porém, quando esse campo se torna bem estabelecido, há maior tendência à homogeneização. Assim, as organizações podem tentar mudar constantemente; mas, depois de certo ponto, na estruturação do campo organizacional, o efeito agregado de mudança individual é diminuir a extensão da diversidade dentro do campo (DiMAGGIO; POWELL, 1991).

Campos organizacionais altamente estruturados fornecem um contexto em que esforços individuais para lidar racionalmente com a incerteza e com restrições geralmente levam, de maneira conjunta, à homogeneidade em termos de estrutura, cultura e resultados (DiMAGGIO; POWELL, 1991).

Nesse sentido, o estudo das organizações e do campo organizacional permite aos pesquisadores conhecer melhor os desafios das relações entre um conjunto de atores que, em determinado momento, relacionam-se e respondem a determinadas instituições constituídas.

No caso específico do campo organizacional das organizações que trabalham com o desenvolvimento, verifica-se a existência de um grande número de organizações que trabalham com esta temática, pois qualquer tipo de organização, seja ela formal ou informal, interfere na comunidade, e o sucesso das suas atividades podem trazer resultados positivos para as pessoas que vivem naquela localidade.

Além disso, a heterogeneidade deste campo organizacional trás associadas várias compreensões, ideologias, conceitos, valores e regras. Fatores que, muitas vezes, são divergentes, e que podem influenciar a harmonia entre os participantes, principalmente pelas disputas por recursos ou por poder.

Este estudo das instituições que estão presentes em um campo organizacional pode oferecer mais argumentos para que os pesquisadores e as pessoas que trabalham com a temática do desenvolvimento se tornem mais aptas a interpretar os desafios que são determinados pelos arranjos organizacionais e institucionais nas comunidades estudadas.

3.2.3 Conceituando instituições

Nas sociedades modernas, estruturas organizacionais formais surgem em contextos altamente institucionalizados. Organizações são guiadas para incorporar práticas em procedimentos definidos, prevalecendo os conceitos racionalizados do trabalho organizacional e institucionalizados na sociedade (MEYER; ROWAN, 1991).

Estruturas formais não são somente criaturas de redes relacionais em uma organização social. Nas sociedades modernas, os elementos da estrutura formal racionalizada são profundamente engrenados, refletidos, difundidos no entendimento da realidade social. Muitas das posições, políticas, programas e procedimentos das organizações modernas são exigências vindas da opinião pública, pelo conhecimento legitimado através do sistema educacional, pelo prestígio social, pelas leis e pelas definições de negligência e prudência usadas nos tribunais (MEYER; ROWAN, 1991).

No trabalho do Selznick (1957 apud CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999), são apresentados vários conceitos que ajudam a entender como a perspectiva institucional colabora nas análises das organizações. Philip Selznick afirma serem as organizações uma expressão estrutural da ação racional que, ao longo do tempo, estão sujeitas às pressões do ambiente social e transformam-se em sistemas orgânicos. Essa evolução, que Selznick (1957) designa como “processo de institucionalização”, pode ser sintetizada em um aspecto: os valores substituem os fatores técnicos na determinação das tarefas organizativas.

As teorias neoinstitucionalistas são construções sociais no sentido de abordarem a criação de instituições como o resultado da interação social entre atores se confrontando em campos ou arenas. Mais importante, regras preexistentes de interação e distribuição de recursos agem como fontes de poder e, quando combinadas com um modelo de atores, servem como a base na qual as instituições são construídas e reproduzidas. (FLIGSTEIN, 2007, p. 63).

As instituições, quando existentes, tanto capacitam como coagem os atores sociais, e, nesse sentido, alguns atores privilegiados podem utilizar as instituições para reproduzir suas posições (FLIGSTEIN, 2007).

Um aspecto é evidente para a teoria institucional: não é nem o mercado nem o centralismo do Estado que permitem a manutenção das organizações na

sociedade, mas os mitos institucionalizados que criam e sustentam as diversas formas organizacionais (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999).

Para Fligstein (2007), as instituições são regras e significados compartilhados que definem as relações sociais, ajudam a definir quem ocupa qual posição nessas relações e orientam a interação, proporcionando aos atores quadros cognitivos ou conjuntos de significados para interpretar o comportamento dos outros. Vale salientar que isso implica que as pessoas estão conscientes das instituições ou que elas podem ser conscientemente conhecidas.

A proposta dos institucionalistas é de que a essa visão de ambiente formado em sua totalidade por fluxos e intercâmbios técnicos há que acrescentar um sistema de crenças e de normas institucionalizadas que, juntas, representem uma fonte independente de formas organizacionais racionais. Nesta abordagem, são descritos dois ambientes: o ambiente técnico, que é definido como domínio no qual “um produto ou serviço é trocado no mercado e as organizações são premiadas pelo controle eficiente e eficaz do processo de trabalho”. Por sua vez, o ambiente institucional é caracterizado “pela elaboração de normas e exigências a que as organizações se devem conformar se querem obter apoio e legitimidade do ambiente” (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999).

Dessa forma, existem diversos âmbitos do ambiente institucional que podem influir nas normas a que se expõem as organizações: as instituições religiosas, sociais, econômicas, governamentais, políticas e científicas formulam normas que se podem encontrar na sociedade.

Nessa perspectiva, as divergências mais frequentes e profundas de enfoques na teoria institucional encontram-se na ênfase atribuída aos elementos institucionais, que dividem essa perspectiva em três pilares: regulador, normativo e cognitivo (Quadro 1).

Pilar regulador	Os elementos de caráter regulador distinguem-se dos demais por sua ênfase na fixação de normas ou, dito de outro modo, no controle direto dos empregados e nas ações de sanção e de coerção: “força, temor e oportunismo são ingredientes centrais no pilar regulador, aperfeiçoados pela existência de normas, seja a modo de costumes informais ou de normas formais e leis” (SCOTT, 1995, p. 36). Para o autor, essa versão da teoria institucional, que dá prioridade a um processo estrito de regulamentação da ação nas organizações, é mais “convencional” no sentido de que, com mais moderação, aproxima-se de uma visão clássica da teoria das organizações, que defende a ideia de que “os atores têm interesses ‘naturais’ que perseguem racionalmente”.
Pilar normativo	O pilar normativo evidencia os valores e normas como elementos institucionais nos quais se apoia grande parte dos primeiros investigadores institucionalistas, como Parson, Durkheim e Selznick. A proposição normativa tenta desvendar de que modo as opções estruturais assumidas pelas organizações são derivadas da pressão exercida pelas normas e os valores. Os valores representam “concepções do preferível ou desejado junto com a construção de princípios com os quais estruturas e comportamentos existentes podem ser comparados e avaliados”. As normas, por outro lado, “especificam como deveriam ser realizadas as coisas; definem os meios legítimos para perseguir os fins desejados”.
Pilar cognitivo	O pilar cognitivo da teoria institucional propõe que, além das condições objetivas, sejam valorizadas também as interpretações subjetivas das ações, somando as representações que os indivíduos fazem de seus ambientes como materialização de suas ações. Diferente do pilar regulador, que dá prioridade a normas, leis e sanções, e do normativo, que indica a acreditação como mecanismo de funcionamento da organização, a versão cognitiva considera os indivíduos e as organizações como realidades socialmente construídas, com distintas capacidades e meios para a ação, e objetivos que variam de acordo com seu contexto institucional.

Quadro 1 – Os pilares da teoria institucional

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Scott (1995, p. 36).

As estruturas formais das organizações parecem surgir como reflexos de valores e normas institucionais em um processo no qual a pressão do ambiente institucional posiciona-se em uma atitude isomórfica em relação às instituições sociais. Diferentemente do isomorfismo do modelo populacional, o enfoque institucional supõe que as organizações são influenciadas por pressões normativas do Estado e de outros organismos reguladores. As organizações buscam, então, adaptar suas estruturas e procedimentos – ser isomórficas – às expectativas do contexto.

Uma explicação sobre isomorfismo é que organizações formais se tornam emparelhadas com os seus ambientes por técnicas e interdependências. Scott (1987) salienta também que, para um melhor entendimento do ambiente institucional, ele deve ser visto no seu nível geral. No nível mais amplo, prevalecem entendimentos e normas compartilhados, enquanto que, no ambiente institucional mais imediato, aparecem aspectos de dependência, poder e políticas. No primeiro nível, as variáveis institucionais são globais, afetando as organizações de maneiras

implícitas e difusas. Esses aspectos permitem operacionalizar o estudo do impacto do ambiente institucional sobre grupos de organizações.

O isomorfismo constitui um processo de restrição que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais. Na esfera populacional, tal abordagem sugere que as características organizacionais são modificadas na direção de uma compatibilidade crescente com as características do ambiente; o número de organizações em uma população é função da capacidade de sustentação do ambiente; e a diversidade de configurações organizacionais é isomórfica à diversidade ambiental. (DiMAGGIO; POWELL, 2005, p. 76).

O processo de isomorfismo pode ser desenvolvido através de mecanismos coercitivos, miméticos ou normativos (Quadro 2). No primeiro caso, segundo DiMaggio e Powell (1991), uma organização mais forte exerce pressões formais e informais sobre outra que lhe seja dependente. Esse fenômeno, que consiste na utilização dos mecanismos coercitivos, pode ocorrer na relação de uma subsidiária com sua matriz, por exemplo, quando a primeira é obrigada a adotar as medidas que sejam adequadas à política da segunda.

Isomorfismo coercitivo	O isomorfismo coercitivo resulta tanto de pressões formais quanto de pressões informais exercidas sobre as organizações por outras organizações das quais elas dependem, e pelas expectativas culturais da sociedade em que as organizações atuam. Tais pressões podem ser sentidas como coerção, como persuasão ou como um convite para se unirem em conluio.
Isomorfismo mimético	No isomorfismo mimético, tomar outras organizações como modelo, como se denomina, constitui uma resposta à incerteza. A organização imitada pode não estar consciente de que está sendo imitada ou pode não ter o desejo de ser imitada. As organizações tendem a tomar como modelo em seu campo outras organizações que elas percebem ser mais legítimas ou bem-sucedidas. A ubiquidade de determinados tipos de arranjos estruturais pode ser provavelmente mais creditada à universalidade de processos miméticos do que à concreta evidência de que os modelos adotados aumentam a eficiência.
Isomorfismo normativo	Uma terceira fonte de mudanças organizacionais isomórficas é a normativa e deriva principalmente da profissionalização, que é interpretada como a luta coletiva de membros de uma profissão para definir as condições e os métodos de seu trabalho, para controlar a produção dos produtores. Dois aspectos da profissionalização são fontes importantes de isomorfismo. Um deles é o apoio da educação formal e da legitimação em uma base cognitiva produzida por especialistas universitários. O segundo aspecto é o crescimento e a constituição de redes profissionais que perpassam as organizações e por meio das quais novos modelos são rapidamente difundidos. Outro importante mecanismo estimulador do isomorfismo normativo é a seleção de pessoal. Dentro de diversos campos organizacionais, a seleção ocorre por meio da contratação de indivíduos de empresas da mesma indústria, por meio da contratação de pessoal de alta <i>performance</i> de um grupo restrito de instituições de treinamento, por meio da promoção de práticas comuns com a constante contratação para cargos mais altos de pessoas oriundas de áreas financeiras e legais.

Quadro 2 – Tipos de isomorfismo

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de DiMaggio e Powell (2005, p. 77-79).

A mudança isomórfica através de mecanismos miméticos costuma produzir-se quando uma organização, em razão de seus temores tecnológicos, conflitividade em seus objetivos ou exigências institucionais, adota os procedimentos e práticas já desenvolvidos em outras organizações que pertencem a seu ambiente específico.

O isomorfismo por mecanismo normativo refere-se, principalmente, a formas comuns de interpretação e de ação diante dos problemas que se põem em evidência na vida organizacional. A profissionalização, ou seja, ter uma determinada ocupação que leve a compartilhar normas e conhecimentos com outros indivíduos é uma das formas mais frequentes de pressão normativa e implica uma certa tendência isomórfica das organizações.

Produtos institucionalizados, serviços, técnicas, políticas, e programas funcionam como mitos poderosos, e muitas organizações os adotam cerimonialmente. Para manter a conformidade cerimonial, organizações que refletem regras institucionais tendem a preservar suas estruturas formais diante de incertezas das atividades técnicas, construindo diferenças entre a estrutura formal e as atividades atuais de trabalho.

Este aporte teórico institucionalista oferece, através do conhecimento dos pilares cognitivo, normativo e regulativo, a possibilidade de se aprofundar em análises onde a subjetividade pode ser levada em conta, e assim, fatores que não estão tão aparentes podem servir de base para a compreensão de um fenômeno social.

Sendo assim, nos ambientes complexos das organizações, existe uma tendência a se buscar uma institucionalização, uma maior legitimidade, e possivelmente uma maior homogeneidade no campo organizacional. Neste caso, o isomorfismo ajuda a entender como se dão estes processos.

3.2.4 A legitimidade em questão

A opção entre as exigências da racionalidade técnica e a eficiência, por um lado, e a desejada legitimidade institucional, por outro, constitui uma fonte de conflito nas organizações. Em alguns momentos, a atividade organizacional baseada na necessária ação cerimonial e ritual que se realiza para sua legitimidade institucional vai contra as rígidas medidas de eficiência técnica. Essa situação pode provocar uma relação conflituosa entre a eficiência e a legitimidade.

Não obstante, diferentes aproximações à perspectiva institucional podem significar, igualmente, conceitos variados de legitimidade. A legitimidade aparece, na literatura, fortemente relacionada com o grau de apoio cultural que obtém a organização. Assim, para a versão regulacionista, a legitimidade organizacional surge pelo estabelecimento e a adoção dos requisitos legais, enquanto a versão normativa dá prioridade à base moral para obter legitimidade (SCOTT, 1995).

O processo de definição ou estruturação institucional consiste em quatro elementos: um aumento na amplitude da interação entre as organizações no campo; o surgimento de estruturas de dominação e padrões de coalizões interorganizacionais claramente definidos; um aumento na carga de informação com a qual as organizações, dentro de um campo, devem lidar; e o desenvolvimento de uma conscientização mútua entre os participantes de um grupo de organizações que estão envolvidos em um negócio comum (DiMAGGIO, 1982).

Nesse cenário, Bourdieu (2005) levanta algumas questões importantes sobre o campo onde acontecem essas disputas, que, para o autor, demonstram relações de força entre atores em um cenário específico.

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, e explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (BOURDIEU, 2005, p. 36, grifo do autor).

As organizações não competem somente por recursos e clientes, mas por poder político e legitimação institucional, por adequação social, assim como por adequação econômica. O conceito de isomorfismo institucional se apresenta como uma ferramenta útil para se interpretar as relações sociais, a política e o cerimonial

que permeiam parte considerável da vida nas organizações modernas (DiMAGGIO; POWELL, 2005).

Para Dijk (2008), assim como é o caso de todas as normas, os valores e os conhecimentos, também os padrões de legitimidade são relativos e, mesmo afirmando que são universais, eles mudam no decorrer da história e variam através das culturas.

Partindo dessas questões, sugere-se que as formas estruturais adotadas pelas organizações não são determinadas somente pelas demandas do ambiente em seus respectivos níveis de exigência tecnológica, senão pela legitimidade com que transferem às organizações os costumes e as normas aceitas coletivamente.

Para Tolbert e Zucker (1999, p. 197), “as organizações são levadas a incorporar as práticas e os procedimentos definidos por conceitos racionalizados de trabalho organizacional prevaletentes e institucionalizados na sociedade”. Essa passagem retirada de um trabalho de Meyer e Rowan reforça que, ao sinalizar para a sociedade o comprometimento da organização com padrões aceitos de eficiência e de racionalidade, ela aumenta suas chances de atingir uma aceitação social geral. Os autores acima citados concluem: “as organizações que fazem isto aumentam sua legitimidade e suas perspectivas de sobrevivência, independentemente da eficácia imediata das práticas e procedimentos adquiridos”.

Essas afirmações trazem à tona a importância de fatores externos, tais como mudanças na legislação e o desenvolvimento de normas sociais sólidas dentro da rede organizacional, o que levantou uma série de questionamentos a respeito da importância relativa do tamanho, tecnologias e outras características organizacionais internas. Nesse sentido, as organizações, em um ambiente institucional altamente elaborado, alcançariam o sucesso e a legitimidade e garantiriam os recursos necessários às suas sobrevivências, ao conseguirem se tornar isomórficas no ambiente (TOLBERT; ZUCKER, 1999).

Sendo assim, a institucionalização oferece uma explicação consistente sobre como as organizações e os grupos sociais se perpetuam e se tornam duradouros. O entendimento desse processo pode ajudar a fomentar mudanças por parte de governos e demais grupos da sociedade civil. Um exemplo disso pode ser a implantação de grandes projetos estruturantes ao desenvolvimento econômico e social de uma comunidade.

3.2.5 O processo de institucionalização

Neste tópico, parte-se do princípio de que a instituição é o estágio final ou o resultado do processo de institucionalização, em que os atores tornam habituais algumas ações ou conceitos através de uma tipificação.

Para Tolbert e Zucker (1999, p. 204), “a tipificação envolve o desenvolvimento recíproco de definições compartilhadas ou significados que estão ligados a estes comportamentos habituais”. Sendo assim, no seu dia a dia, os atores passam a utilizar construções mentais e comportamentos criados através de experiências empíricas para resolver problemas e realizar suas atividades. Esses comportamentos tornados habituais envolvem o desenvolvimento recíproco de significados e definições compartilhadas.

A institucionalização também pode ser observada em graus diferentes, e a forma de observar isso é através da conformidade dos indivíduos ao comportamento de outros. Neste sentido, quando uma institucionalização é alta, a transmissão da ação, a manutenção dessa ação e sua resistência à mudança também são altas.

Tolbert e Zucker (1999, p. 205) também levantam a questão da exterioridade, que “se refere ao grau em que as tipificações são vivenciadas como possuindo uma realidade própria, uma realidade que confronta o indivíduo como um fator externo e coercitivo”. Nessa perspectiva, os autores complementam afirmando que, “ao enfatizar a exterioridade de um conjunto de comportamentos, a transmissão aumenta o grau de institucionalização desses comportamentos; a institucionalização, por outro lado, afeta a facilidade de transmissões subsequentes” (TOLBERT, ZUCKER, 1999, p.205).

Porém, os padrões comportamentais podem variar em relação ao grau em que estão imbricados no sistema social, sugerindo uma variabilidade dos níveis de institucionalização, podendo estes variar em termos de sua estabilidade e de seu poder de determinar comportamentos, inclusive estando mais sujeitos à avaliação crítica, à modificação ou mesmo à eliminação.

Os estágios da institucionalização podem ser descritos através dos processos de habitualização, objetivação e sedimentação, conforme demonstra a figura 1.

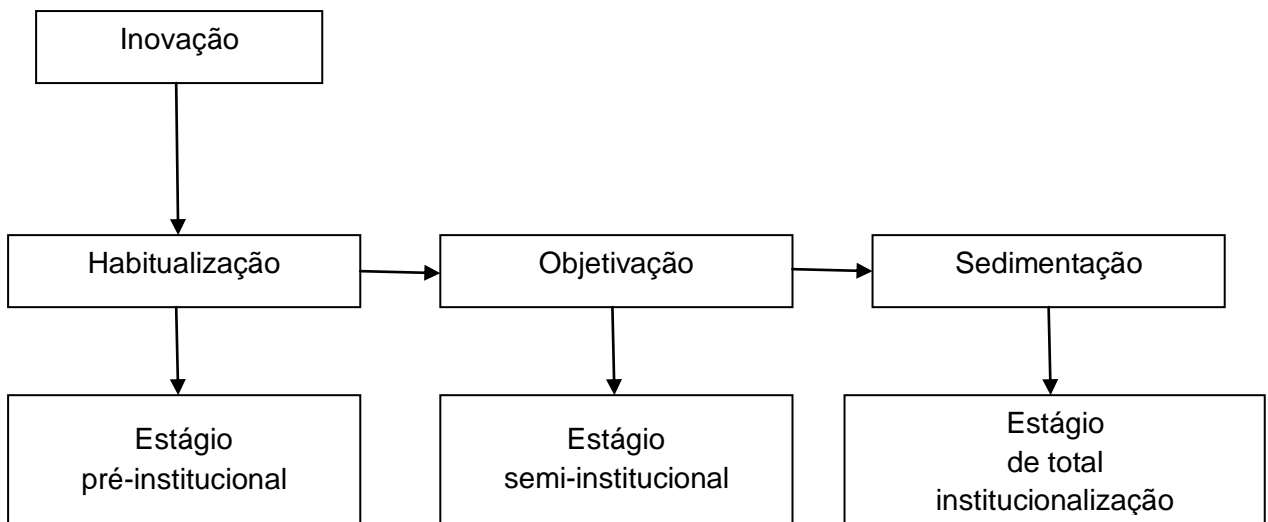


Figura 1 – Processos inerentes à institucionalização
 Fonte: adaptada de Tolbert e Zucker (1999, p. 207).

O processo de *habitualização* resulta em estruturas que podem ser classificadas como um estágio de pré-institucionalização. Nesse estágio, o processo envolve a geração de novos arranjos estruturais em resposta a problemas ou conjuntos de problemas. Geralmente, esse estágio advém de inovações ou de mudanças, tais como: mudanças tecnológicas, forças de mercado, legislação, entre outras.

No estágio de pré-institucionalização, o número de organizações que adotarão uma dada estrutura ou comportamento será limitado a um conjunto circunscrito de organizações similares, possivelmente organizações interconectadas, que enfrentam circunstâncias similares e que variam consideravelmente em termos de forma de implementação (TOLBERT; ZUCKER, 1999).

O segundo estágio seria a *objetivação*. Essa etapa, “envolve o desenvolvimento de certo grau de consenso social entre os decisores da organização a respeito do valor da estrutura, e a crescente adoção pelas organizações com base nesse consenso” (TOLBERT; ZUCKER, 1999, p. 207). Para os autores, a objetivação da estrutura é, em parte, consequência do monitoramento que a organização faz dos competidores e de seus esforços para aumentar sua competitividade relativa.

As estruturas que se objetificaram e foram amplamente disseminadas podem ser descritas como estando no estágio de semi-institucionalização.

Nesse estágio, é típico que os adotantes sejam bastante heterogêneos; conseqüentemente, determinadas características organizacionais anteriormente identificadas com a adoção terão poder preditivo relativamente limitado. O ímpeto da difusão deixa de ser simples imitação para adquirir uma base mais normativa, refletindo a teorização implícita ou explícita da estrutura. (TOLBERT; ZUCKER, 1999, p. 209).

Para chegar à institucionalização total, percebe-se a necessidade de *sedimentação*. Neste estágio, verifica-se que as estruturas se apoiam em uma continuidade histórica, e que este modelo obteve êxito e sobrevivência durante várias gerações organizacionais, perpetuando-se por muito tempo com uma propagação das estruturas por todo o grupo de atores teorizados como adotantes adequados. Nota-se que, no estágio de total institucionalização, a estrutura depende de uma relativa baixa resistência de grupos de oposição, da promoção e apoio cultural continuado por grupos defensores; e da correlação positiva com resultados desejados.

Para reversão do processo de institucionalização, ou desinstitucionalização será necessária uma grande mudança no ambiente, que poderá permitir a um grupo de atores sociais, cujos interesses estejam em oposição à estrutura, opor-se-lhe conscientemente ou explorar suas fraquezas. É possível que, nesse processo de desinstitucionalização, outro processo de institucionalização esteja acontecendo, como se houvesse uma renovação das ideias através do choque entre perspectivas estabilizadas e outras entrantes.

Neste estudo, o processo de institucionalização é analisado em um campo organizacional específico, o das organizações que trabalham com a temática do desenvolvimento, e neste sentido, percebe-se que o aporte teórico institucionalista pode oferecer um caminho capaz de esclarecer melhor como as organizações interagem e convivem em um espaço nem sempre harmônico.

Neste cenário, os processos de institucionalização nas organizações ocorrem quando as pessoas que ali trabalham passam a receber influências de outras organizações, que levam aos isomorfismos mimético, coercitivo e cognitivo.

No campo organizacional do desenvolvimento, em especial na região estudada, os processos de institucionalização e de desinstitucionalização de conceitos e de formas de agir vêm ocorrendo frequentemente a cada mudança de gestão, refletindo, na maioria das vezes, a ideologia ou uma proposta de gestão com maior ou menor intervenção dos entes públicos.

3.3 Principais estudos e debates sobre instituições e desenvolvimento

A abordagem que está sendo descrita neste estudo advém de leituras que tentam interpretar os aspectos que colaboram para o debate sobre as dimensões institucionais e organizacionais no processo de desenvolvimento. Nesse sentido, é importante verificar as dimensões institucionais como componentes importantes e relevantes para compreender os principais aspectos que constituem as conexões sociais e suas implicações nos resultados das ações promovidas pelas organizações nas comunidades locais.

Dessa forma, o debate que é gerado sobre o local *versus* global pode resultar em um aspecto relevante no entendimento sobre as consequências das interferências externas nas instituições tradicionais locais, e seus riscos para o desenvolvimento.

Popov (2009), na sua avaliação sobre os processos de mudança nos sistemas políticos, afirma que os países e as regiões que preservaram as instituições tradicionais durante os tempos difíceis do colonialismo e da imposição dos valores ocidentais, tiveram uma chance melhor de recuperar seu crescimento do que as regiões menos afortunadas na periferia do mundo, onde a continuidade das estruturas tradicionais foi interrompida pela chegada de padrões e modelos dos colonizadores.

Para ilustrar essa proposição, Popov (2009) lembra o exemplo da experiência chinesa e russa. Esses dois casos são representativos e demonstram que, no caso russo, o fim do comunismo gerou sérios problemas sociais, com aumento de criminalidade, corrupção e diversos outros distúrbios, que, segundo o autor, estão associados ao desmantelamento das instituições.

No caso chinês, houve a preservação dos valores asiáticos, manteve-se um ritmo de desenvolvimento diferente, um crescimento da produtividade que acompanhou o crescimento da população (POPOV, 2009).

A Libertação Chinesa de 1949 foi semelhante à Revolução Russa de 1917, não somente porque os comunistas assumiram o poder em ambos os países, mas também porque as instituições coletivistas tradicionais, arruinadas pela ocidentalização anterior, foram reestabelecidas e fortalecidas. Entretanto, na Rússia, no período 1917-1991, o regime comunista apenas interrompeu o processo de transplante das instituições ocidentais que vinha ocorrendo desde o século XVII, ao passo que na China, a Libertação de 1949, apenas retornou o país à trajetória institucional

de longo prazo que havia sido momentaneamente – e somente em parte – interrompida após as guerras do ópio. (POPOV, 2009, p. 154).

No decorrer das leituras preliminares, utilizaram-se documentos gerados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e pôde-se verificar que é bem marcante o debate sobre qual deve ser o papel do Estado e qual deve ser o papel da sociedade nas questões relacionadas com o desenvolvimento. Com base nestes estudos verifica-se que na década de 90, o consenso de Washington serviu de base para uma agenda de desenvolvimento no Brasil, o qual propugnava um conjunto de reformas, consistindo de disciplina fiscal, aumento dos gastos públicos em educação e saúde, reforma tributária, taxas de juros determinadas pelo mercado, taxas de câmbio competitivas, abertura comercial e ao investimento direto externo, privatização, desregulamentação e respeito aos direitos de propriedade (SICSU; CASTELAR, 2009).

Cardoso Jr. e Siqueira (2009) afirmam que, diante do malogro do projeto macroeconômico neoliberal, através das baixas e instáveis taxas de crescimento, além de um aumento das desigualdades e da pobreza e o enfraquecimento dos mecanismos democráticos, questões que reforçam as consequências negativas nos planos social e político evidenciados já na primeira década do século XXI deram uma base para a mudança de opinião a respeito das novas atribuições dos Estados nacionais.

A contraproposta a esse modelo de Estado mínimo seria um governo que atuasse de forma mais presente na sociedade e que defendesse o interesse de todos os cidadãos. Como exemplo dessa proposta, é possível destacar os países que defendem o Estado de bem-estar social, como é o caso da França, Noruega, Finlândia e Suécia.

Para Sicsu e Castelar (2009), o Estado de bem-estar social é a maior conquista da civilização ocidental ao longo do século XX. Para o autor, esse modelo de Estado levou a uma conjugação única de fatores sociais, políticos e econômicos, que conformou um ambiente institucional que valoriza a liberdade, a individualidade, o trabalho, a atividade empresarial, a gestão republicana do Estado, a justiça e o bem-estar.

Trabalhar com essas características, que fazem do local um espaço único, constitui-se um dos grandes desafios para os Estados nacionais, ou seja, como

garantir que uma nação ofereça a todos os cidadãos os mesmos serviços e, caso opte pelo Estado de bem-estar social, que sejam garantidas a mesma qualidade e eficiência dos serviços.

Com essa perspectiva, reforça-se a natureza única de cada agrupamento humano, considerando seu histórico, suas crenças e os arranjos construídos no decorrer das gerações. Nesse sentido, Saquet e Sposito (2008) explicam que o desenvolvimento deriva de uma combinação de fatores favoráveis à algumas atividades específicas, em um determinado tempo e em um determinado território, ou seja, os sucessos alcançados em um determinado território não podem ser reproduzidos pelas políticas de desenvolvimento.

Na tentativa de aprofundar os conceitos sobre como alcançar esse patamar de justiça social, é possível verificar alguns trabalhos interessantes que levam em consideração o papel das organizações e das instituições nesse processo. No trabalho da Rocha (2008, p. 293) verifica-se que

A constituição e/ou o fortalecimento de instituições e organizações, em escala territorial, que exerçam as funções de regulação, concertação e apoio, é um elemento essencial na viabilidade dos sistemas de produção contemporâneos. Nessa linha de pensamento, a hipótese desta tese partiu da afirmação de que o ambiente institucional (que constitui o chamado 'capital institucional') é fator determinante na capacidade de resposta dos territórios às estratégias de desenvolvimento.

Dentre os resultados encontrados por Rocha (2008), verificou-se que, realmente, existe uma importância significativa das instituições. O autor destaca a necessidade de participação de todos os atores envolvidos no processo de tomada de decisão, evitando o "participacionismo".

No trabalho de Duncan Green (2009), o autor descreve uma série de experiências em comunidades pobres do mundo que ajudam a entender a importância da participação das pessoas no processo de desenvolvimento. O título da obra, "Da pobreza ao poder: como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo", indica claramente o enfoque dado às pessoas e ao Estado no desenvolvimento.

Para Green (2009), o desenvolvimento diz respeito à transformação da vida e das expectativas dos habitantes de uma nação, uma ambição que vai muito além de simplesmente aumentar a renda monetária. O autor complementa, afirmando que

pessoas afetadas pela pobreza devem tomar ou criar poder para conduzir suas vidas e destinos.

Entretanto, segundo o autor, as elites dos países em desenvolvimento têm frequentemente sido lacaias das potências coloniais, enfraquecendo sua função no desenvolvimento das identidades nacionais. Dessa forma, a chave do desenvolvimento caracteriza-se por uma política de desenvolvimento baseada em cidadãos ativos e na inclusão política e econômica para a construção de estados efetivos (GREEN, 2009).

Gilberto Dupas (2005) faz uma crítica à prática da participação política que está se formando através das ONGs e das associações e está redefinindo um novo modelo de sociedade civil. Para o autor, essas organizações formam grupos de interesse e não se dirigem mais à sociedade como um todo, mas a diversas instâncias de decisão especializadas.

Os novos movimentos sociais são orientados para uma dinâmica de identidade e autonomia e buscam legitimidade diante da opinião pública e da sociedade civil. Além disso, Dupas (2005) afirma que essas organizações, mesmo com as influências positivas que possam ter para a definição de pautas públicas, não podem pleitear o monopólio da sociedade civil e a substituição da ação pública e muito menos apoderar-se de processos de legitimação que só o exercício democrático pode oferecer.

No trabalho da Carvalho e Sachs (2001, p. 16), é descrita a relação entre as ONGs locais e as Organizações Não Governamentais Internacionais (ONGIs), sendo possível observar a seguinte situação:

Os financiadores internacionais, antes mais flexíveis, exigem agora instrumentos de controle – registros contábeis, contrapartida financeira da ONG, relatórios de atividades, retorno de investimento e auditorias – mais rígidos. Uma cultura e um novo arranjo estrutural, com poderosas âncoras na racionalidade formal, toma corpo e forja, progressivamente, um novo contexto institucional de referência para as organizações não governamentais, que hoje podem ser percebidas como as versões modernizadas das tradicionais organizações da sociedade civil.

O estudo realizado pela Carvalho e Sachs (2001) destaca a realidade das ONGs que atuam no Nordeste brasileiro e descreve, em especial, o caso de Alagoas. Nesse contexto, é possível observar como se processam as relações entre as organizações sem fins lucrativos, ou não governamentais (ONG's), demonstrando uma perspectiva interessante para a análise da problemática do desenvolvimento.

Já o trabalho de Bursztyn (2008), relatando a experiência do autor na década de 80, destaca que, seja por meio das agências de assistência técnica, seja pelo sistema de crédito oficial, seja pelo encorajamento de uma reestruturação da organização social da produção, ou mesmo pelas obras públicas (hidráulicas ou de instalações de infraestrutura em geral), a ação direta e indireta do Estado leva, quase que invariavelmente, a consequências políticas e se concretiza, frequentemente, por intermédio do bloco hegemônico tradicional da região. Tal mecanismo apresenta-se como uma reprodução moderna do esquema histórico de reciprocidade de legitimação entre os poderes central e local.

As análises feitas por Bursztyn (2008) em meados dos anos 80 já descreviam uma superposição de diferentes políticas e agências na região, inclusive com a necessidade de legitimação das ações promovidas, com ênfase na utilização do clientelismo e paternalismo pelo poder central junto às comunidades locais e através dos “coronéis”, que representariam o poder local.

Outra referência importante é o trabalho de Apendini e Nuijten (2008), intitulado *O papel das instituições nos contextos locais*. Nele são examinadas algumas questões metodológicas que enfrentam as investigações sobre o desenvolvimento e as instituições locais. Esse estudo foi aplicado em comunidades do México e da Índia, e foi possível sistematizar uma proposta metodológica capaz de auxiliar nas pesquisas que são desenvolvidas nessa área do conhecimento. Segundo as autoras,

as instituições estão vinculadas a configurações de poder e dominação mais amplas e podem reproduzir as obrigações ideológicas e políticas às quais estão atadas... deve-se reconhecer que as realidades institucionais e organizacionais são construídas, mantidas e modificadas por processos de criação e promulgação cultural. (APENDINI; NUIJTEN, 2008, p. 257).

Ao término do trabalho, Apendini e Nuijten (2008) concluem que é necessário um marco conceitual e metodológico, multidisciplinar e flexível que permita entender as dinâmicas e os processos institucionais, desde as regras e normas estabelecidas até as práticas organizativas das pessoas. Além dos aspectos metodológicos, também é possível perceber a tentativa das autoras de tentar compreender como estão se concretizando os trabalhos que envolvem organizações, instituições e desenvolvimento.

4 METODO DE PESQUISA

Na elaboração de um trabalho científico, é premente o planejamento de uma metodologia adequada e capaz de auxiliar no alcance dos objetivos almejados, nesse sentido, é algo complexo, que merece grande atenção por parte dos pesquisadores.

No entanto, a metodologia também deve garantir o rigor científico nos métodos e nas técnicas de pesquisa, pois, como afirma Gil (1999, p. 26),

Para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Nesta perspectiva, pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.

Na pesquisa científica, o método, em sentido genérico, significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos. Assim, o trabalho de pesquisa deve ser planejado e executado de acordo com normas requeridas por cada método de investigação (RICHARDSON, 1999).

Para Richardson (1999), de um modo geral, existem dois grandes métodos de pesquisa. O método quantitativo, que se caracteriza pelo emprego da quantificação tanto na modalidade de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas; e o método qualitativo, que representa a possibilidade de analisar com precisão de resultados, evitando a distorção de resultados em estudos descritivos, naqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como nos que investigam a relação de causalidade entre fenômenos.

Para este estudo, buscou-se conhecer algumas dimensões específicas da temática do desenvolvimento, em especial no que se refere à formação, institucionalização e legitimação desse conceito em um espaço geográfico. Neste estudo, desde o momento de delimitação do tema, já foi possível observar que seria um estudo qualitativo, pois grande parte das questões de pesquisa relaciona-se com dados e informações que precisam de tratamento mais qualitativo do que quantitativo para se alcançar as respostas de pesquisa.

Segundo Godoy (1995a) a pesquisa qualitativa pode contribuir em uma melhor compreensão do fenômeno no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado em uma perspectiva integrada.

No momento da definição do local da pesquisa, percebeu-se a oportunidade de se estudar um espaço geográfico chamado Seridó, uma microrregião do estado do Rio Grande do Norte com características bem definidas, tanto geográficas como climáticas, de relevo, vegetação e formação humana. Contando também com um número representativo de organizações que trabalhavam com o desenvolvimento, esse local se mostrou apropriado para o estudo de caso a ser trabalhado nesta pesquisa.

Nesse sentido, observou-se que o estudo de caso se adaptaria bem à estratégia de pesquisa elaborada, pois, segundo Gil (1999), permite o conhecimento amplo e detalhado do mesmo, algo que nem sempre é possível em outros delineamentos.

Para Godoy (1995b), o estudo de caso tem o propósito fundamental de analisar intensivamente uma dada unidade social. Além disso, ele tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder como e por que certos fenômenos ocorrem. Na utilização do estudo de caso, é importante manter-se aberto às descobertas, pois, no decorrer do trabalho, novos elementos e novas dimensões poderão surgir.

No que se refere à utilização do estudo de caso, Becker (1997) afirma que já foram realizados estudos de caso em fenômenos amplamente variados, como em cidades industriais, bairros urbanos, fábricas, hospitais mentais, comunidades, entre outros. Mas, para cada objetivo de estudo e para cada tipo de problema, são necessárias técnicas específicas de coleta e análise dos dados, variando de caso a caso.

Nesse sentido, os tópicos a seguir irão demonstrar e justificar algumas escolhas metodológicas que foram feitas neste trabalho científico e que se encaixam no roteiro proposto por Eisenhardt (1989) para pesquisas com estudo de caso. Segundo a autora, deve-se, inicialmente, definir as questões de pesquisa, depois selecionar os casos a serem estudados, criar os instrumentos e protocolos de pesquisa, aplicar esses instrumentos em campo, analisar os dados coletados, avaliar as hipóteses, ver as possíveis implicações dos resultados e, por fim, buscar uma saturação teórica dos resultados da pesquisa.

4.1 Apresentando o semiárido brasileiro

O semiárido brasileiro, historicamente, tem se caracterizado como sendo uma região com graves indicadores sociais, onde permanece, até hoje, a pobreza extrema, com um número ainda grande de pessoas que têm seus direitos básicos e suas liberdades restritas. Torna-se, assim, urgente entender a complexidade desse espaço no que se refere aos desafios ambientais, socioculturais, políticos e econômicos, de modo que seja superada a vulnerabilidade às secas, e que a sociedade que habita essa complexa região possa encontrar um caminho viável e sustentável de desenvolvimento.

Em um contexto mundial, conforme Hare et al. (1992), as regiões áridas e semiáridas apresentam a seguinte distribuição nos continentes:

- a) uma área no México ao norte, de 16° N, fundindo-se com os planaltos secos, bacias e planícies do Oeste dos Estados Unidos. Os núcleos secos estão no interior da Califórnia, Arizona e partes adjacentes do México;
- b) uma faixa estreita da costa da América do Sul, desde o Equador até 35°S, a oeste das vertentes dos Andes, e uma faixa mais larga a leste dos Andes, de 18° S até a Patagônia Meridional, conjuntamente com pequenas áreas no leste do Brasil, Colômbia e Venezuela;
- c) a vasta faixa Asiático-Norte-Africana, que se estende desde a costa Atlântica da África a norte, de 16°N em direção a leste, até o vale do Nilo, a Península Arábica e desta para o interior da Ásia. A faixa inclui as planícies dos mares Cáspio e Aral, a maior parte do planalto e bacias de Sinkiang e da Mongólia e a parte inferior da faixa do Indus – Rajasthan da Índia –, Paquistão. Terrenos secos estendem-se até os distritos do norte da China;
- d) uma faixa menor na África Austral a sul, de 6° de latitude sul, e a norte da Província do Cabo e Natal. Inclui não só o deserto do Kalahari, mas também muitos dos planaltos do interior;
- e) todo o continente australiano, à exceção do sudoeste da Austrália Ocidental e da Austrália Meridional e as áreas montanhosas orientais e setentrionais de Victoria e da Tasmânia até Queensland e as grandes penínsulas tropicais.

Nessa perspectiva, o semiárido brasileiro está localizado na América do Sul, junto com a região Guajira, na Venezuela e Colômbia, e a diagonal seca do Cone Sul, que envolve muitas nuances de aridez ao longo da Argentina, Chile e Equador.

De acordo com Ab'Saber (1992), o que torna as regiões semiáridas parecidas são sempre características de origem climática, hídrica e fitogeográfica. É possível afirmar que baixos níveis de umidade, escassez de chuvas anuais, irregularidade no ritmo de precipitações ao longo dos anos, prolongamento dos períodos de carência hídrica, solos problemáticos tanto do ponto de vista físico quanto do geoquímico (solos salinos, solos carbonáticos) e ausência de rios perenes, sobretudo no que se refere às drenagens autóctones, são fatores que costumam ser percebidos.

A região Nordeste do Brasil, com 1,56 milhão de km² (18,2% do território nacional), comporta a maior parte do semiárido brasileiro, apresentando precipitação anual máxima de 800 mm, insolação média de 2.800 h/ano, temperaturas médias anuais de 23 a 27°C, evaporação média de 2.000 mm/ano e umidade relativa do ar média em torno de 50% (SILVA et al., 2010).

Corroborando os dados acima destacados, segundo o Grupo de Trabalho Interministerial, formado em 2004 pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelo Ministério da Integração Nacional (MI), atualmente o semiárido brasileiro compreende 969.589,4 km², 1.133 municípios e uma população de 20.858.264 pessoas (SILVA et al., 2010).

Esse grupo baseou-se em três critérios técnicos para formalizar essa delimitação: a) precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm; b) índice de aridez de até 0,5, calculado pelo balanço hídrico, que relaciona a precipitação e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e c) risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990 (SANTANA, 2007).

No trabalho de Melo, Pereira e Neto (2008), ressalta-se que o semiárido brasileiro é uma das regiões semiáridas mais povoadas entre todas as terras secas existentes nos trópicos ou entre os trópicos, sendo a sua população superior a vários países da América Latina e seu território superando, em quilômetros quadrados, vários países da Europa. Esses números reforçam a complexidade geopolítica da região e o desafio de conviver com as peculiaridades climáticas desse local.

Os dados constantes no quadro 3 apresentam, numericamente, a quantidade de municípios que estão localizados no semiárido brasileiro e que percentual ela representa na área de cada Unidade da Federação (UF). Destaca-se, aqui, a

realidade do Rio Grande do Norte, que tem 93,4% do seu território inserido nesse contexto climático. Essa distribuição também pode ser visualizada na figura 2.

No tocante aos recursos hídricos, a irregularidade e os baixos valores das precipitações concorrem para as baixas taxas de escoamento superficial, tornando essenciais a construção de açudes e a perfuração de poços, a fim de possibilitar a utilização da água para consumo humano e animal, bem como para a produção de alimentos. Entretanto, as águas subterrâneas são limitadas, devido ao fato de 70% do semiárido estar localizado sobre embasamento geológico cristalino, fazendo com que os solos apresentem pequena espessura e, portanto, baixo potencial de armazenamento de recursos hídricos (SILVA et al., 2010).

Unidade da Federação	Número de municípios no semiárido	Percentual de área do semiárido na UF
Piauí	127	59,9
Ceará	150	86,8
Rio Grande do Norte	147	93,4
Paraíba	170	86,6
Pernambuco	122	88,0
Alagoas	38	45,6
Sergipe	29	50,9
Bahia	265	69,7
Minas Gerais	85	17,7
Total de municípios no semiárido	1.133	

Quadro 3 – Distribuição do semiárido nas Unidades da Federação

Fonte: adaptado de Silva et al. (2010).

Reforçando a questão da água no semiárido brasileiro, para Vieira (2000), as principais características inerentes ao Nordeste semiárido são:

- rios intermitentes;
- secas periódicas e cheias frequentes;
- uso predominantemente da água para abastecimento humano e agropecuário;
- águas subterrâneas limitadas, em razão da formação cristalina, que abrange cerca de 70% do semiárido;
- precipitação e escoamento superficial pequenos, se comparados ao restante do Brasil; enquanto em todo o país o escoamento específico é de 21 L/s/km², no nordeste é de apenas 4 L/s/km²;
- eficiência hidrológica dos reservatórios extremamente baixa, em função das altas taxas de evaporação; a disponibilidade efetiva anual, oriunda de reservatórios, é de cerca de 1/5 de sua capacidade de acumulação;

- conflitos de domínio, entre União e estados, em trechos de rios perenizados por reservatórios públicos;
- necessidade do uso conjunto de águas superficiais e subterrâneas, nas aluviões que se estendem ao longo de rios providos de reservatórios de montante;
- existência de ampla, embora insuficiente, infraestrutura hídrica construída ao longo dos anos, com reservatórios de todos os tamanhos, públicos e privados, e poços perfurados no sedimento e no cristalino; há problemas de segurança, manutenção e operação.

Na descrição das condições climáticas encontradas na região Nordeste, em especial no semiárido, Silva et al. (2010) afirmam que a variabilidade interanual da precipitação é, em muitos casos, decorrente de fenômenos meteorológicos de grande escala, como o *El Niño*. No entanto, há anos em que se verifica a ocorrência de secas sem que se tenha o registro desse fenômeno. Podem, assim, estar associadas também aos padrões de Temperatura da Superfície do Mar (TSM) sobre os oceanos tropicais, os quais afetam a posição e a intensidade da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) sobre o Oceano Atlântico, que influencia na ocorrência das precipitações, em sua quantidade, intensidade e frequência.

Entretanto, o peso da falta de chuvas nessa parte do Brasil é acentuado não por razões físicas, mas sim por questões socioeconômicas e políticas, as quais não se alteraram. Em virtude disso, as secas continuam representando um dos desastres de maior proporção em escala mundial, já que geram crises econômicas e produzem calamidades sociais, concretizadas nos milhões de alistados nos programas emergenciais, o que vem se repetindo continuamente ao longo da história dessa parte do país (MELO; PEREIRA; NETO, 2008).

Reforçando a ideia anteriormente mencionada, estudos da Embrapa Semiárido indicam que o maior desafio a ser enfrentado com relação à água para consumo das famílias e dos animais e para a produção de alimentos talvez não seja a escassez de chuva, mas uma gestão integrada e compartilhada com os diferentes usuários dos recursos hídricos. Não é a falta de chuva a responsável pela oferta insuficiente de água na região, mas a má distribuição, associada a uma alta taxa de evapotranspiração, que resulta no fenômeno da seca (SÁ; SILVA, 2010).



Figura 2 – Delimitação do semiárido brasileiro

Fonte: Ministério da Integração Nacional (apud MELO; PEREIRA; NETO, 2008).

Do ponto de vista histórico, desde o período imperial brasileiro, o fenômeno das secas vem sendo discutido, havendo relatos de que a seca de 1877 ensejou medidas oficiais emergenciais por parte do Estado brasileiro, pois nesse ano o número de mortos chegou a 500 mil pessoas. Em Fortaleza, capital do Ceará, houve uma perda de metade dos seus 120 mil habitantes. Este caso se mostrou grave, e o Imperador, “sensibilizado” com a situação, prometeu que utilizaria até a última joia da Coroa para resolver o problema, de modo que nenhum nordestino morresse mais de fome. Pode-se perceber que as palavras foram mais fortes que as ações, e as tais joias prometidas permanecem intocadas em museus (MELO; PEREIRA; NETO, 2008).

A seca, no entanto, continuou com suas consequências. Com o passar do tempo, outros agravantes, fizeram com que aumentasse o número dos atingidos em escala regional, e milhares de sertanejos continuam sem acesso às fontes de água e a uma política de desenvolvimento capaz de superar os abismos sociais ainda existentes.

Diante do que foi exposto, o desafio de reduzir a vulnerabilidade das pessoas que habitam o semiárido, é algo que se mostrou, no decorrer da história, como um problema complexo que merece atenção e seriedade, para conduzir as verdadeiras mudanças na qualidade de vida do ser humano que habita essas regiões.

Nesse sentido, a expressão “conviver com o semiárido”, em contraposição ao “enfrentamento à seca”, tem significado uma mudança de abordagem do problema, com força suficiente para impulsionar programas, projetos e ações, com medidas aparentemente simples, mas de grande impacto no alcance de melhores resultados nos indicadores da região.

4.1.1 Os programas de desenvolvimento do Nordeste

Nos últimos anos, vários estudos sobre o Nordeste brasileiro destacam que aconteceram grandes avanços no que se refere às melhorias dos indicadores sociais e econômicos, refletindo principalmente na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Entretanto, alguns problemas ainda persistem, e nos sertões mais “profundos”, é alarmante o quadro de abandono em que algumas comunidades sobrevivem.

Holanda (1974) afirma que, até 1955, a região Nordeste viveu praticamente trezentos anos de estagnação econômica, o que levou essa região a se configurar, na década de 70, como a mais vasta e populosa região subdesenvolvida do Ocidente. Para ilustrar melhor, naquela época, apenas o México tinha uma população superior à do Nordeste na América Latina. Diante disso, a melhoria da situação da região tinha caráter de urgência e alguns programas foram implantados para tentar dinamizar a economia regional.

As políticas de desenvolvimento para o Nordeste em vigor na década de 70 tinham como principal objetivo a obtenção de articulação estreita entre os mecanismos de política econômica de nível global ou nacional e os instrumentos e instituições relacionados com o desenvolvimento regional. Para tanto, seria necessário um fortalecimento da cooperação e articulação entre os órgãos que definiam as políticas nacionais, como: o Conselho Monetário Nacional, o Conselho Interministerial de Preços, o Conselho de Desenvolvimento Industrial, o Banco Central e os órgãos regionais, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), por exemplo, sendo esta responsável por traduzir para o governo o impacto de determinadas medidas para o desenvolvimento da região (HOLANDA, 1974).

Com relação às políticas setoriais de desenvolvimento, Holanda (1974) destaca como objetivos básicos a expansão e modernização do setor agropecuário e a intensificação do programa de industrialização. Além disso, estavam sendo propostas linhas de ação que promovessem o desenvolvimento rural integrado, programas de agroindústrias, apoio a pesquisas científicas e tecnológicas e promoção das exportações e de investimentos.

Nesses projetos de desenvolvimento, o foco era o crescimento econômico; ainda eram incipientes as discussões que traziam para o desenvolvimento as dimensões sociais, culturais, institucionais, ambientais e ecológicas.

No II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), surge o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (PoloNordeste), criado por decreto pelo presidente Geisel em 30 de outubro de 1974, que tinha como diferencial o grande alcance socioeconômico, destacando-se, nos seus objetivos, a melhoria do bem-estar das comunidades. Como descreve Holanda (1974, p. 108):

Trata-se de conceber e executar, durante a vigência do II PND, uma nova estratégia de desenvolvimento para a agropecuária regional, que considera o conhecimento acumulado nas últimas décadas, pela atuação dos diversos organismos governamentais, regionais e setoriais, bem como o atual estágio do processo de evolução do meio rural do Nordeste. Estratégia capaz de, capitalizando o que já foi ali empreendido nos últimos anos, transformar efetivamente as condições de bem-estar no campo em áreas selecionadas em função de suas potencialidades de resposta a programas de desenvolvimento integrado, de sua importância demográfica ou da natureza peculiar de suas condições edafoclimáticas.

O PoloNordeste, além de buscar coordenar várias iniciativas que já existiam e de aumentar a atuação nas questões sociais, também foi inovador porque não considerava o Nordeste rural como um todo homogêneo, considerando que a diversidade sub-regional e mesmo microrregional tornava inadequados programas uniformes e padronizados.

Esse tipo de abordagem também demonstra um interesse do PoloNordeste em observar as questões ambientais para implantação dos Polos Rurais de Desenvolvimento, pois a seleção das áreas integradas obedecia a critérios que levavam em consideração a dotação relativa de recursos de solo e água, o clima etc. Além disso, eram avaliadas as potencialidades de desenvolvimento rápido e efetivo, o estado e a importância das populações e o volume de investimentos públicos já realizados e a complementar.

As origens do PoloNordeste datam de 1973, quando o Banco Mundial resolveu investir na multiplicação de um projeto piloto que tinha sido testado, inicialmente, no Rio Grande do Norte. Esse tipo de abordagem foi utilizado em vários países ditos “atrasados”, privilegiando a irrigação, o crédito, a revolução verde e a pecuária (BURSZTYN, 2008).

Dentre as críticas que foram feitas ao PoloNordeste, Bursztyn (2008) afirma que a concentração de recursos pelo Estado com o intuito de criar certos núcleos de prosperidade material só pôde ser concebida em um regime autoritário, em que o planejamento serve para implantar uma situação caracterizada pela concentração-segregação, em vez de orientar para a democratização do desenvolvimento nos níveis espacial e social.

Além disso, complementa Bursztyn (2008), o Programa serviu ao mesmo tempo para valorizar discursos demagógicos e para manipular a economia por parte dos grupos sociais que se apropriaram localmente de seus benefícios, fato que conduziu a um distanciamento dos objetivos iniciais propostos.

No II Plano Nacional de Desenvolvimento, também havia uma proposta para o fortalecimento industrial do Nordeste. O Plano de Desenvolvimento Industrial do Nordeste era apoiado por mecanismos de incentivos fiscais e financeiros administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

A ênfase do Plano de Desenvolvimento Industrial era a formação de complexos industriais integrados, envolvendo o conjunto de unidades produtivas tecnologicamente interdependentes e especialmente concentradas, a integração entre a transformação industrial e a agropecuária e a ampliação do processo de diversificação e complementaridade industrial (HOLANDA, 1974).

Os resultados do Plano de Desenvolvimento Industrial foram bem diversos, pois, foram implantadas grandes fábricas e consolidaram-se bases industriais importantes na região. Entretanto, muitos negócios se mostraram pouco eficientes e, com a retirada dos incentivos e dos benefícios que eram dados aos empresários e com as crises econômicas que se seguiram, muitas indústrias fecharam as portas.

Além disso, esse processo foi concentrador e acabou criando, nas cidades de Recife, Fortaleza e Salvador, parques industriais importantes, em detrimento de outras cidades e estados da região. Essa característica concentradora também fez com que aumentassem as migrações internas no Nordeste, mantendo a transferência intensa de trabalhadores do campo para as grandes cidades.

Na década de 80, o modelo desenvolvimentista mostrava sinais de esgotamento. A crise do petróleo e a conseqüente crise da dívida externa, decorrente das altas taxas de juros internacionais, somadas, internamente, à crise de legitimidade do Estado autoritário. Isso fez com que mudanças ocorressem e

abriu espaço, nos anos 80 e 90, para que as propostas neoliberais ganhassem força e reivindicassem a retirada do Estado da economia e o retorno aos princípios do mercado livre e autorregulado.

Nesse período, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), condicionavam o crédito e a ajuda econômica internacional ao cumprimento dos pressupostos básicos propostos no Consenso de Washington, dos quais podem ser citados: a) disciplina fiscal; b) priorização dos gastos públicos em áreas de alto retorno econômico; c) reforma tributária; d) altas taxas de juros fixadas pelo mercado; e) liberação do câmbio; f) abertura ao capital internacional; g) políticas comerciais não protecionistas; h) privatização de empresas estatais; i) desregulamentação da economia, em especial das relações trabalhistas; e j) proteção à propriedade privada (CARDOSO, 2007).

Além disso, nos anos 80, o algodão já não tinha a mesma rentabilidade de antes, devido aos altos custos, ao aumento de pragas, à entrada dos produtos sintéticos e ao baixo valor pago pelo mercado internacional. Somados a isso, grandes secas aconteceram, e graves problemas sociais tornaram-se aparentes nas perdas de vidas humanas e dos meios de produção, nos saques, e nas ondas de retirantes que foram verificadas nesse período.

Várias medidas paliativas foram tomadas, como as frentes de emergência, que se constituíam em frentes de trabalho para abertura e conservação de estradas, açudes e poços. Nesse período, surgiram possibilidades de maior participação da sociedade, com a Constituição de 1988, e vários conselhos foram propostos e passaram a ser fóruns básicos nas discussões dos problemas dos municípios.

O Nordeste, nesse período, também sentiu os efeitos dessa prática neoliberal, e as formas de promoção do desenvolvimento passaram a ser divididas com a sociedade civil. Assim, várias organizações sem fins lucrativos surgiram, aproveitando a oportunidade de atuar nas principais questões sociais regionais, já que o Estado se redefinia e agora se dizia mínimo. Nesse período, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) também passaram por reestruturação.

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com a participação de organismos internacionais como o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), assumiu a missão de impulsionar, como instituição financeira, o desenvolvimento sustentável

do Nordeste do Brasil, através do suprimento de recursos financeiros e de suporte à capacitação técnica, dos empreendimentos da região (CARDOSO, 2007).

Com os governos de Fernando Henrique Cardoso, muitos dos preceitos neoliberais foram seguidos e a economia passou por um momento de estabilidade inflacionária, mas, o Brasil continuava com graves problemas sociais, com baixos índices de desenvolvimento e elevada concentração de renda e de diferenças regionais.

Dentre as estratégias utilizadas naquele período, destaca-se o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) do Programa Comunidade Ativa, um programa da Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária, do Governo Federal, criado em julho de 1999 e atuou até o ano de 2002, em mais de seiscentos municípios brasileiros (ROCHA, 2008).

O ponto fundamental desse programa estava na *articulação* com os parceiros dos governos federal, estaduais e municipais e iniciativa privada para garantir a execução da Agenda de Desenvolvimento Local, que deveria conter as prioridades do município, e também a formação do Pacto de Desenvolvimento Local, que descrevia as responsabilidades de cada um dos parceiros.

Os principais passos da metodologia do Programa Comunidade Ativa são: (i) mobilização e convocação dos atores locais para a sensibilização; (ii) capacitação local e sensibilização; (iii) celebração do termo de parceria inicial; (iv) constituição e capacitação do Conselho ou 'Fórum Local de Desenvolvimento'; (v) constituição e capacitação da equipe gestora local; (vi) elaboração do diagnóstico participativo local; (vii) elaboração do Plano de Desenvolvimento Local; (viii) elaboração da agenda local; (ix) articulação da oferta de programas e ações governamentais e não governamentais com a demanda pública expressa na agenda local; (x) celebração do Pacto de Desenvolvimento Local; (xi) implementação da Agenda Local; (xii) capacitação para o trabalho de implementação da Agenda Local; (xiii) avaliação do desempenho; premiação ou descredenciamento do município. (ROCHA, 2008, p. 169).

O Programa Farol do Desenvolvimento é outro exemplo que também segue a lógica do desenvolvimento sustentável e da Agenda 21. Criado e implantado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), esse programa surgiu a partir da experiência obtida com a atuação dos Agentes de Desenvolvimento e chegou a atuar, em mil novecentos e cinquenta municípios do Nordeste. Neste programa, os agentes de desenvolvimento são técnicos do banco que têm a função de articular e mobilizar as comunidades em torno de suas *vocações econômicas*.

O Programa funcionava mediante reuniões que se realizavam em cada município atendido, normalmente de dois em dois meses, sob a coordenação do Banco do Nordeste com a participação do governo municipal, instituições públicas, empresários, organizações da sociedade, lideranças comunitárias e representantes de todos os segmentos da sociedade local. Paralelamente, eram discutidos, nessas oficinas, conteúdos técnicos relacionados com a capacitação dos participantes, cadeias produtivas, alianças estratégicas, desenvolvimento social e vocações econômicas locais. Ao fim, eram selados compromissos para serem monitorados pelos sistemas gerenciais do Farol do Desenvolvimento (ROCHA, 2008).

Nos anos de 1995 a 1999, o Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (Pronager), ligado à Comunidade Solidária, foi outro programa federal que atuou em quase metade dos municípios brasileiros. A partir de 2004, o Programa foi reformulado e passou a se chamar Programa de Organização Produtiva de Comunidades (Produzir), com nova metodologia, duração de nove meses e maior foco na gestão do negócio, incluindo elaboração de planos de negócio e apoio à comercialização, o que o aproximou mais da realidade empresarial (ROCHA, 2008).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) também atuou nos projetos de desenvolvimento através do Programa Sebrae de Desenvolvimento Local, cujo principal objetivo era promover o protagonismo local. A metodologia utilizada iniciava-se com a constituição de um fórum de desenvolvimento local reunindo as principais lideranças de todos os segmentos sociais da localidade, depois fazia-se capacitações em planejamento participativo e em gestão compartilhada do desenvolvimento local. Definidas as prioridades, o Sebrae apoiava os pequenos empreendimentos existentes e a criação de novos, com foco na geração de oportunidades de ocupação e renda (ROCHA, 2008).

Dessa forma, nota-se que os Projetos de desenvolvimento que foram sendo implantados no Brasil seguiam algumas características e influências internacionais. Os primeiros grandes projetos tinham uma lógica mais produtiva e visavam ao crescimento econômico. No pós-guerra, e, principalmente no período da Guerra Fria, esses projetos passaram a ter um componente ideológico, em que se buscava aumentar a área de influência das nações capitalistas ou socialistas. Essa lógica foi muito comum até os anos 80 e, com as crises do petróleo e a queda do bloco soviético, surgiu uma proposta de minimização do Estado, conhecida por neoliberalismo.

Durante os anos 90 e início dos anos 2000, o Brasil ainda recebia grande influência das propostas neoliberais e os conceitos de desenvolvimento sustentável se tornavam mais fortes, inclusive com o aumento do protagonismo da sociedade civil e das comunidades locais, conforme eram defendidos pela Agenda 21, um dos resultados da Rio 92.

No início dos anos 2000, a partir do governo Lula, os projetos de desenvolvimento tornam a ter uma maior participação do Estado como indutor das políticas públicas. Nesse período, buscou-se reduzir a concentração de renda, por meio da ampliação das políticas compensatórias, da implantação do Programa Fome Zero e da ampliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Bolsa Família. Além disso, novos projetos estruturantes foram propostos, pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) I e II.

Os programas de crédito e de financiamento público para as pessoas físicas e para as atividades produtivas foram aprimorados e reforçados, aumentando, assim, a demanda por diversos bens, como a aquisição de tratores, caminhões, máquinas, além de imóveis, carros e utensílios domésticos.

Na educação, o Governo Federal criou e interiorizou muitas universidades e institutos tecnológicos, aumentando a penetração dessas instituições de ensino técnico e superior nos municípios do interior. Paralelamente a isso, foram criadas e ampliadas as bolsas em instituições de ensino superior privadas, gerando um aumento significativo no número vagas para os jovens que antes não teriam acesso a esse tipo de educação formal.

Ressalta-se que a educação básica ainda não recebeu o apoio necessário para formar uma base educacional forte para os jovens brasileiros, e, apesar dos avanços, em 2013, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em algumas regiões, ainda baixo aprendizado dos estudantes das escolas públicas.

Na saúde, os dados ainda estão aquém do esperado, mas a criação dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMUs) e das Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs) e o fornecimento de medicamentos gratuitos para doentes crônicos, como hipertensos e diabéticos, têm se mostrado exitosos e já se notam resultados positivos no aumento da expectativa de vida e na redução da mortalidade infantil.

Atualmente, o Governo brasileiro têm vários programas para estimular o desenvolvimento, que são gerenciados por vários ministérios e têm, em suas

definições, conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, local ou territorial, dependendo do tipo do plano, tais como: o Programa Territórios da Cidadania, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); o Programa Brasil sem Miséria, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do Ministério da Integração. A seguir, a descrição de cada um deles:

- *Programa Territórios da Cidadania*: lançado em 2008, tem como objetivos principais a promoção do desenvolvimento econômico e a universalização de programas básicos de cidadania, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia (MDA, 2011);

- *Programa Brasil Sem Miséria*: destaca que terá ações nacionais e regionais baseadas em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e serviços públicos. No meio rural, o objetivo central será aumentar a produção dos agricultores, enquanto que na cidade, objetiva-se qualificar mão de obra e identificar oportunidades e emprego para os mais pobres. Programas públicos, como o Bolsa Família, a Previdência Rural, o Brasil Alfabetizado, o Saúde da Família, o Brasil Sorridente, o Mais Educação e a Rede Cegonha, vão ser ampliados e aperfeiçoados em todo o país, assim como as ações destinadas a ampliar o acesso dos mais pobres a bens e serviços públicos, incluindo água, luz e moradia (MDS, 2011);

- *Política Nacional de Desenvolvimento Regional*: tem o duplo propósito de reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras, explorando a grande diversidade que se observa no país. O foco das preocupações incide, portanto, sobre a dinamização das regiões e a melhor distribuição das atividades produtivas no território (MI, 2013).

Outro projeto gerenciado pelo Ministério da Integração é o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, que tem como objetivo assegurar a oferta de água para 12 milhões de habitantes de 391 municípios do Agreste e do Sertão dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte (MI, 2013).

Esses são exemplos de algumas políticas, programas e projetos que estão sendo promovidos pelo Governo Federal e que influenciam diretamente no desenvolvimento do Nordeste.

Outro programa importante para o semiárido que vem sendo desenvolvido é o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), que é uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido da Articulação do Semiárido (ASA). Ele é destinado às famílias com renda de até meio salário-mínimo por membro da família, que estejam incluídas no Cadastro Único do Governo Federal e que residam permanentemente na área rural e não tenham acesso ao sistema público de abastecimento de água (ASABRASIL, 2013).

Segundo a ASA, esse projeto conta com a parceria de pessoas físicas, empresas privadas, agências de cooperação e Governo Federal. Desde 2003, o P1MC já construiu mais de 300 mil cisternas, beneficiando mais de 1,5 milhão de pessoas, e tem como meta beneficiar cerca de 5 milhões de pessoas em toda a região semiárida, com água potável para beber e cozinhar, coletada através das cisternas de placas. Juntas, elas formam uma infraestrutura descentralizada de abastecimento com capacidade para 16 bilhões de litros de água.

Dessa forma, nota-se que o desenvolvimento, atualmente, não tem uma só concepção, e vem assumindo diversas nuances. Além disso, pode-se perceber que a Sociedade Civil está participando mais da elaboração e da execução das políticas e dos programas de desenvolvimento, uma evolução conquistada no decorrer dos anos que vem estimulando o maior protagonismo das comunidades.

4.1.2 Apresentando o Seridó

O Seridó está localizado no semiárido brasileiro e abrange algumas cidades do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Para Duque (1973), também é possível observar características do Seridó no estado do Ceará, entretanto essa ampliação do Seridó não é consenso entre os especialistas. O mais comum é identificar o Seridó como um espaço característico dentro do Rio Grande do Norte e da Paraíba.

Com relação ao clima, Duque (1973) descreve o Seridó paraibano e rio-grandense-do-norte com chuvas variáveis de 127 a 916 mm por ano, com a média anual de 497 mm. A insolação é de 2.988 horas por ano, e a média das máximas da temperatura é de 33°C e das mínimas de 22°C.

A vegetação da região é baixa, composta de cactos espinhentos e agressivos, agarrados ao solo, de arbustos espaçados, com capins de permeio e manchas desnudas. O relevo apresenta terra procedente do Arqueano, muito erodida e

áspera; os seixos rolados existem por toda a parte e as massas de granito redondo sobressaem, demonstrando vestígios ciclópicos através dos séculos, pela erosão lenta (DUQUE, 1973).

A vegetação espontânea é composta, na estação chuvosa, de capins e ervas anuais, com arbustos e árvores de pequeno porte, esparsos em largos intervalos. O terreno, muito erodido, ondulado e pedregoso, não permite o adensamento vegetativo. No verão (estação seca), as plantas efêmeras desaparecem, restando os arbustos e as árvores sem folhas. As espécies anuais que cobrem o solo, na época chuvosa, são o capim-panasco (*Aristida adscensionis*, Linn), o capim mimoso (*Antephora hemaphrodita*, Kuntze), a malva (*Pavonia cancellata*, Cav), a cebola brava (*Amaryllis belladonna*, Linn) e outras. Dos arbustos e árvores, podem ser citados a jurema (*Mimosasa verrucosa*, Benth), o pinhão bravo (*Jatropha pobliana*, Muell), o pereiro (*Aspidosperma erifolium*), o faveleiro (*Cnidoscolus phyllacanthus*, Pax e Koff), o angico (*Piptadenia columbrina*, Benth), o pau-branco (*Auxemma onocalyx*, Taub), o xiquexique (*Cereus Gounelli*, K. Shum), o marmeleiro (*Croton hemyargyreus*, Muell), o mata-pasto (*Cassia uniflora*, Mill) e outros (DUQUE, 1973).

No aspecto geopolítico, o Território da Cidadania Seridó – RN, definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, abrange uma área de 10.954,50 km² e é composto por 25 municípios: Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Matos, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas (MDA, 2011).

A população total do território é de 289.866 habitantes, dos quais 74.381 vivem na área rural, o que corresponde a 25,66% do total. Possui 11.266 agricultores familiares, 1.007 famílias assentadas e três comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,69 (MDA, 2011).

Para fins deste estudo, delimitou-se dentro do Seridó o espaço conhecido como Seridó Ocidental (Figura 3), que tem como cidades constituintes: Caicó, Serra Negra do Norte, Ipueira, Timbaúba dos Batistas, São Fernando, Jardim de Piranhas e São João do Sabugi. Nesse microespaço, destaca-se Caicó como principal centro urbano.



Figura 3 – Localização do Seridó no Rio Grande do Norte
 Fonte: adaptada de MDA (2011).

Os primeiros habitantes do Sertão do Seridó foram os índios Tapuia, cujas principais tribos eram as do jenipapo, canindé, sucuru e ariú ou pega – da nação Tarairiú ou Janduí – e os cariris – da nação Cariri. Vivendo da caça, pesca e agricultura, os silvícolas trafegavam pelos sertões, respeitando apenas a territorialidade das próprias tribos até a chegada do europeu (MORAIS, 2005).

Historicamente, a fixação do colonizador no semiárido brasileiro e sua estrutura agrária têm início em meados do século XVII, com a expulsão e extermínio dos índios, impulsionados pela criação de gado, que avançou nos sertões para fornecer alimentos e animais de trabalho aos empreendimentos de cana-de-açúcar do litoral. Mais tarde, com a cultura do algodão, houve a consolidação dos espaços e concretizou-se a colonização do sertão.

No Rio Grande do Norte, a primeira sesmaria concedida data de 9 de janeiro de 1600 e, de 1676, data a primeira concessão em território seridoense, em Acauã, entretanto, as primeiras famílias instaladas com perpetuação genealógica regular datam apenas do período pós-1720. Antes dessa data, as rústicas condições ambientais reinantes somente permitiam a fixação de homens desacompanhados de

família – vaqueiros solitários, foragidos da justiça, caboclos mansos e negros cativos (DINIZ, 2008).

A investigação referente à origem da primeira povoação do Seridó remete à construção da antiga casa forte do Cuó e do Arraial do Acauã. A edificação da antiga casa forte do Cuó, do Acauã ou do Seridó teria ocorrido no ano de 1683, com o objetivo de alojar as tropas envolvidas no combate aos Tapuia, no decorrer da guerra dos Bárbaros. Entre 1687 e 1690, serviu de quartel para as tropas no comando do mestre de campo Antônio de Albuquerque da Câmara, que havia tomado a iniciativa de construí-la. Localizava-se em um ponto estratégico com visibilidade privilegiada, abaixo da confluência dos rios Acauã e Seridó, em terras do Sítio Penedo, nas proximidades do Poço da Casa Forte do Cuó, hoje nomeado Poço de Sant'anna, situado no leito do Rio Seridó (MORAIS, 2005, p. 76).

Ainda segundo Diniz (2008), somente a partir de 1760 é que os aldeamentos rio-grandenses-do-norte foram elevados à condição de vila. Foram sete as vilas fundadas no século XVIII: Estremoz (1755), Arez (1758), Portalegre (1761), São José (1762), Vila Flor (17?), Assu (1788) e Caicó (1787).

Para Moraes (2005), no período de ocupação inicial, o sertão parecia inóspito. O calor torrencial, a espinhenta caatinga, os solos pedregosos e a água nem sempre farta eram obstáculos que se interpunham à defesa do gado e da própria vida ante os ataques dos índios. A ocupação exigia, antes de tudo, coragem e ousadia.

O povoamento do interior, via criação de gado, foi crucial para que, através da Carta Régia de 1699, fosse determinada a criação de freguesias no Sertão, com capitães-mores, cabos de milícia e juizes. Não era apenas o pasto espiritual que chegava com as freguesias. Outras formas de manifestação de poder (civil, judiciária, militar e fazendária) estavam a ela imbricadas e se difundiam pelas amplas escalas territoriais que compreendiam (MORAIS, 2005, p. 68).

Para fixação dos homens e dos animais, os poços d'água, logo se caracterizaram como locais propícios para o estabelecimento de sítios, onde era introduzida uma semente de gado, que, na maioria das vezes, era constituída por um touro e três vacas. Após os primeiros estágios do uso da terra, depois de ter levantado o rancho e a caiçara, o empreendimento passava de sítio a fazenda, caso se confirmasse a sua viabilidade econômica (MORAIS, 2005).

Segundo Diniz (2008), as rotas de gado, que eram estradas que serviam de caminho para a circulação dos animais foram preponderantes para a formação das vilas e, posteriormente, das cidades. O processo se dava da seguinte forma: o

seridoense abastecia-se de garrotes no Piauí, engordava-os no Seridó e revendia-os nas feiras de gado na Paraíba e Pernambuco.

Essas estradas em pleno sertão, logo fizeram surgir feiras rápidas de suprimentos ligeiros e pousos para descanso. Assim, foram levantadas casas, capelas foram erguidas, as fazendas aproximaram-se, e, com o passar do tempo, muitos desses povoados foram elevados à condição de freguesia e vila, tornando-se sedes municipais (DINIZ, 2008).

Em 7 de julho de 1735, o Arraial de Acauã foi solenemente elevado à categoria de povoação, passando a chamar-se Povoação do Caicó. Em decorrência da natureza da ocupação implementada com base na criação de gado, em 1775, das 308 fazendas do Rio Grande do Norte, setenta estavam localizadas na Ribeira do Seridó, Freguesia de Caicó. Em 1748, foi desmembrada a Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso e deu-se origem à freguesia da Gloriosa Sant'Anna do Seridó. Com relação ao contingente populacional, no ano de 1782, totalizava 5.548 pessoas (MORAIS, 2005).

A emancipação administrativa do Seridó foi feita em 31 de julho de 1788, por meio de um alvará que criou o município com a denominação de Vila Nova do Príncipe. Este documento também estabeleceu os municípios de Vila Nova da Princesa, que, mais tarde, daria origem ao município de Açú, e Vila Nova da Rainha, atual cidade de Campina Grande, na Paraíba (AUGUSTO, 1954).

Em 1890, a designação de Cidade do Príncipe foi alterada para Seridó. Entretanto, após seis meses, o governador do estado, Joaquim Xavier da Silveira Júnior, determinou que a cidade designada Seridó chamar-se-ia “d’ora em diante cidade de Caicó” (MORAIS, 2005, p. 112).

A caracterização da região e dos limites do Seridó foi sendo construída lentamente, mas de forma consistente; as pessoas que ali se instalaram e passaram a habitar essa área de caatinga foram descobrindo alternativas econômicas e desenvolvendo, no transcorrer da história, estruturas de poder e políticas capazes de expressar territorialmente as especificidades institucionais baseadas na relação entre o ser humano e o meio.

A definição dos limites do Seridó se deu em 9 de setembro de 1835, após acaloradas discussões entre os deputados Francisco de Brito Guerra, figura mais importante da política potiguar no Império, e Veiga Pessoa, deputado que representava a Paraíba, a outra província interessada na questão. Após estudos

feitos pela Comissão de Estatística da Câmara, encarregada de analisar as representações impetradas pelas províncias litigantes, a mesma emitiu parecer considerando que “à vista das razões expedidas, não é necessária a revogação da resolução em questão, e que neste sentido se responda às sobreditas resoluções provinciais” (MORAIS, 2005, p. 99). Com essa decisão estavam ratificados os limites entre as províncias, mantendo-se o Seridó no espaço geográfico do Rio Grande do Norte.

Na dimensão da produção e da economia local, com o passar do tempo o Seridó foi se destacando com as práticas agropecuárias. Inicialmente, mostrou-se um local de grandes resultados na pecuária e, em um segundo momento, teve a produção do algodão, na variedade mocó, como motor da economia local.

Nesse período, dentre as atividades agrícolas de proeminência no tecido econômico do Rio Grande do Norte, constavam a cana-de-açúcar e o algodão. O primeiro, pelas exigências em termos de solo e clima, encontrou na Zona da Mata as condições favoráveis ao seu desenvolvimento. O segundo, considerado mais adequado ao ambiente semiárido, difundiu-se pelo Sertão e, no decorrer do século XX, teve considerável participação na projeção econômica e política do Seridó, em nível estadual e nacional. [...] A passagem da cotonicultura do estatuto de produção de autossustentância para o de agricultura mercantil teve sua origem na Revolução Industrial Inglesa, que criou demandas efetivas por essa matéria-prima, tendo nos EUA o seu principal mercado fornecedor. As crises políticas em que este país se envolveu entre 1776/1783 (Guerra da Independência) e 1860/1865 (Guerra da Secessão) representaram duas excelentes oportunidades de mercado para espaços produtores de algodão, entre eles o Brasil. Deste modo, o algodão demarcou uma importante fase da inserção do país na dinâmica do capitalismo industrial, no papel de fornecedor de matéria-prima. (MORAIS, 2005, p. 122).

Nos dias atuais, o algodão saiu quase que completamente de cena, tendo tido importante papel na economia regional até meados dos anos 80. As possíveis explicações para o declínio desta cultura no Nordeste são várias, e, apesar da falta de consenso, pode-se dizer que os custos de produção gerados pela disseminação da praga do bicudo, a entrada dos tecidos sintéticos à base de poliéster no mercado e a concorrência com o algodão mais barato oriundos da Ásia e da África são alguns dos fatores que sempre aparecem como causas desse processo, em especial no Seridó.

O fim do ciclo do algodão deixou marcas. A caatinga, antes devastada para o plantio do algodão, já apresenta sinais de recuperação em vários locais, sendo esse um aspecto positivo. Entretanto, os negativos também são bem representativos,

pois, passados vários anos da crise do algodão, ainda não apareceu uma cultura que oferecesse retorno econômico tão positivo para os produtores rurais do semiárido. Além disso, um dos coprodutos mais importantes da industrialização do algodão era o óleo, que gerava outra oportunidade de negócio, e o resíduo que era componente importante na “torta”, elemento importantíssimo para a complementação da alimentação animal, dando alternativas de alimentos para o gado no período da seca.

Com a pecuária e agricultura em crise, muitos migraram, e para os que permaneceram nas pequenas cidades do interior, foi necessário buscar alternativas viáveis e sustentáveis. Com isso, o mundo urbano inchou e as principais alternativas de emprego e renda nas cidades do semiárido passaram a ser aquelas que tinham como base a prestação de serviço, o comércio, o turismo de eventos e, em menor escala, a indústria.

No Seridó, ganharam força as ações empreendedoras da indústria têxtil, com a produção de bonés, bordados, redes, panos de prato, confecções em geral, e a indústria de alimentos regionais, como, por exemplo, derivados de leite, biscoitos, carne de sol e outros produtos típicos regionais, itens que têm grande aceitação, principalmente pela qualidade associada aos alimentos produzidos no Seridó.

A seca é, com certeza, um item negativo para o morador do semiárido, que ainda precisa ser mais bem trabalhado. Mesmo com toda a discussão e com todos os avanços tecnológicos, ainda é possível afirmar que o cidadão que mora no semiárido, em localidades afastadas dos centros urbanos, continua muito vulnerável às intempéries climáticas.

Com a grande seca de 1877, a vulnerabilidade às intempéries climáticas ficou aparente, pois, até aquela data, as agruras da seca não haviam atingido tão diretamente a elite. “[...], jogando alguns de seus membros na miséria ... assumiu dimensões mais amplas, por conter nos meandros de sua tessitura questionamentos que remetiam à natureza das relações e à estrutura da sociedade” (MORAIS, 2005, p. 124).

Outrossim, a leitura da seca de 1877 permite a emergência de outros vieses interpretativos. Tendo-a ‘assistido do começo ao fim’. Dantas (2001, p.119-124) afirma que esta ‘marca um ponto de partida de um ciclo diferente’. Dentre os aspectos que denotam este diferencial relaciona: a venda de escravos e de joias por parte das famílias mais abastadas para se aprovisionarem; o uso do burro, animal até então desprezado, tornou-se

uma verdadeira providência para o transporte de cereais; o aparecimento dos socorros públicos aos flagelados; a utilização de capim seco, xiquexique, caroço de algodão, etc. como alimento para a criação. De acordo com o autor, 'tudo isso levou o espírito do sertanejo à convicção de ser possível resistir à seca e serem profícuos os meios para tal fim empregados. De então para cá mudaram costumes e modos de vida'. (MORAIS, 2005, p. 127).

Os conceitos de convivência com a seca hoje trabalhados são, com certeza, avanços que mudam o entendimento e a ação das pessoas para com os grandes períodos de estiagem, e tem como principais efeitos a destruição da produção, a destruição da economia e um ataque violento à autoestima da população.

Um agravante da seca é a desertificação, que tem sido mais um fator de preocupação no Seridó, sendo essa região considerada a mais vulnerável à desertificação no Rio Grande do Norte e uma das mais afetadas no Brasil. O uso da caatinga e do solo de forma descontrolada tem agravado este processo.

Modernamente, o problema da desertificação, muitas vezes resultado da seca, vem ganhando espaço nos debates sobre os principais desafios do semiárido. Entretanto, fazendo uma diferenciação entre esses dois fenômenos, Mainguet (1995) afirma que é pela escala do tempo que a desertificação e seus efeitos se diferenciam dos efeitos engendrados pelas crises da seca. Nesse sentido, a seca e seus efeitos são problemas recorrentes e de curto prazo, enquanto a desertificação é um mal crônico e de longo prazo.

A maioria dos países do mundo, signatários da Convenção das Nações Unidas de Luta contra a Desertificação, apoia a definição segundo a qual esse fenômeno representa a degradação das terras nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, sendo esse o resultado da interação de diferentes e complexos fatores derivados das atividades humanas e das variações climáticas (SÁ; SILVA, 2010).

Para Mendes (1994), a retirada da cobertura vegetal pode eliminar quase que totalmente a diversidade vegetal e reduzir a animal pela alteração do *habitat*. Como resultado, tem-se o aumento do albedo, que é a capacidade de refletir a radiação solar, o que propicia a elevação da temperatura atmosférica, alterando os microclimas locais. Além disso, o solo desnudo e desprotegido fica exposto às erosões eólica e hídrica, tornando-se menos fértil e tendo menor capacidade de armazenamento de água. Dessa forma, a derrubada da caatinga, geralmente

acompanhada pela destoca e queima dos restos da vegetação, é uma das principais causas da desertificação.

As informações disponíveis tornam possível observar que, nas áreas em processo de desertificação, a incidência da pobreza e indigência atinge proporções significativamente maiores que as da média nacional. Do mesmo modo, os estudos também indicam que a pobreza e a indigência geralmente afetam a população rural em maior proporção que a população urbana, mesmo que, em números absolutos, existam mais pobres nas cidades (SÁ; SILVA, 2010).

Dessa forma, a desertificação, ao mesmo tempo que é provocada pela pobreza, caracterizada pela falta de alternativas de sobrevivência sustentável da população que habita as terras secas, acaba agravando-a.

O Seridó, junto com Gilbués no Piauí, Irauçuba no Ceará e Cabrobó em Pernambuco, totalizando uma área de 18.743,5 km², é considerada área de intensa degradação, tendo sido chamado de núcleo de desertificação pelo Ministério do Meio Ambiente. Os estudos disponíveis indicam que a área afetada de forma Muito Grave é de 98.595 km², ou 10% do semiárido, e as áreas afetadas de forma Grave atingem 81.870 km², ou seja 8% do território. Deve-se acrescentar que as demais áreas sujeitas ao antropismo, 393.897 km², sofrem degradação Moderada (IICADESERTIFICATION, 2012).

Neste sentido, mesmo com toda discussão e com todos os avanços tecnológicos, ainda é possível afirmar que o cidadão que mora no semiárido, em localidades afastadas dos centros urbanos, continua muito vulnerável às intempéries climáticas. A questão da seca é, com certeza, um desafio para o morador do semiárido, que ainda precisa ser mais bem compreendido e abordado.

4.2 Lócus da pesquisa

Esta pesquisa tem como delimitação espacial a microrregião do Seridó Ocidental do estado do Rio Grande do Norte. Essa microrregião está localizada na divisa com o estado da Paraíba e abrange sete municípios: Jardim de Piranhas, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte, Caicó, Timbaúba dos Batistas, São Fernando e Ipueira.

As características geográficas do Seridó Ocidental são típicas do semiárido, mas, nos últimos anos, devido principalmente à ação humana, tem aumentado o risco de desertificação da região, já se caracterizando como uma das cinco áreas brasileiras em estágio mais avançado de degradação ambiental.

Na formação humana, existe um grande senso de pertencimento das pessoas ao Seridó. Elas valorizam os produtos locais, as expressões culturais, como festas, artesanato e comidas típicas, e vêm buscando aumentar a qualidade desses produtos, de modo que os “produtos” do Seridó, em especial de Caicó, já são reconhecidos até mesmo fora do estado.

O estabelecimento da população, porém, não foi muita tranquila; ali se encontrou grande resistência dos índios, que foram mortos ou expulsos para o estabelecimento de algumas fazendas para a criação de gado bovino. Além disso, há relatos de que essa região também serviu de abrigo para algumas famílias de holandeses e judeus que fugiram do litoral após a expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro. Para Glasman (2013), um estudioso da presença judaica no Brasil, o nome Seridó teria origem na palavra hebraica *Sarid*, que significa refúgio e que, com o passar do tempo, viria a se transformar na palavra Seridó.

Outra característica do local da pesquisa é a quantidade e a qualidade das organizações que trabalham com o desenvolvimento. Ali, existe um grande número de associações, de cooperativas, de grupos de pessoas que se juntaram para melhor desenvolver suas atividades e que, nos últimos anos, vêm sendo chamadas para participar de fóruns e de outros espaços que estão sendo criados para discutir o desenvolvimento do Seridó.

4.3 População e amostra

No Seridó Ocidental, é possível observar que o tema “desenvolvimento” é um conceito que vem sendo discutido e trabalhado por diversas organizações presentes nos sete municípios que compõem essa microrregião do estado do Rio Grande do Norte. Destaca-se, entretanto, que existe uma grande heterogeneidade entre os municípios no que se refere à quantidade, ao tipo e ao profissionalismo das organizações que discutem a temática do desenvolvimento.

Como estratégia para identificar as organizações que fariam parte desta pesquisa, buscou-se, nos bancos de dados da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó (ADESE), uma relação de organizações no Seridó Ocidental que tivessem as características determinadas para esta pesquisa, como, por exemplo, ser uma organização que represente um grupo de pessoas na discussão e implementação de ações para o desenvolvimento, podendo ser do setor público, da sociedade civil ou entidades que representassem a iniciativa privada.

É importante destacar que a ADESE tem um papel muito importante na articulação das organizações que compõem o Território da Cidadania do Seridó. Dessa forma, foi possível acessar uma base de dados atualizada que atendia, em grande parte, ao que havia sido pensado para a definição dos grupos a serem investigados nesta pesquisa. Assim, gerou-se uma lista composta por trinta e nove organizações ligadas ao poder público e trinta ligadas à sociedade civil organizada. Vale destacar que muitas das organizações listadas não pertenciam à área definida para esta pesquisa, pois, o Seridó é dividido em três microrregiões: Seridó Ocidental, Seridó Oriental e Serra de Santana. Nesta perspectiva, buscou-se trabalhar apenas com aquelas que atuavam diretamente com as questões do Seridó Ocidental.

A escolha dessas organizações levou em conta a lista inicial e, quando não havia organizações listadas, a visita começava pelo representante do poder público municipal, e pelos sindicatos rurais. Em alguns municípios, devido à ausência do representante da organização no momento da pesquisa, não se obedecia a essa ordem e realizava-se a pesquisa com as outras organizações identificadas. A dinâmica da pesquisa de campo demonstrou que, em alguns municípios, não existem organizações atuantes da sociedade civil que trabalhem diretamente com o desenvolvimento, mas haviam ali, outras organizações, às vezes, informais, com

trabalhos importantes para a sociedade local e, de certa forma, tinham legitimidade e agiam proativamente para o bem-estar das pessoas.

Um exemplo disso é o 70º Grupo de Escoteiros de Jardim de Piranhas, que, mesmo não tendo sido formado com o intuito de trabalhar com o desenvolvimento, promove ações com os jovens que os estimulam a discutir e realizar ações que contribuam com a cidade. O representante da organização, em entrevista, cita o exemplo do trabalho de plantio de mudas de árvores para revitalização das matas ciliares do rio que corta a cidade. O grupo de escoteiros vem conseguindo fazer trabalhos importantes e com reconhecimento da sociedade, motivando, inclusive, outros grupos locais a contribuírem e também participar das atividades.

Verificou-se, também, que muitas das organizações listadas estavam sediadas em Caicó, a cidade polo da microrregião, e que poucas estavam nas pequenas cidades. Esta constatação teve o efeito positivo de facilitar a logística de deslocamento para as organizações listadas, mas, por outro lado, aumentou o desafio de tentar encontrar organizações representativas nas demais cidades do Seridó Ocidental.

Sendo assim, nos pequenos municípios, o trabalho de pesquisa começava com aquelas organizações listadas, que, geralmente, eram: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), Prefeitura Municipal, associações e cooperativas. Assim, foram feitas entrevistas semiestruturadas em todos os sete municípios, totalizando 24 entrevistas, e tendo pelo menos duas organizações pesquisadas em cada município.

As organizações endógenas ao Seridó que participaram da pesquisa foram:

- Sindicatos dos trabalhadores rurais: STR de São João do Sabugi, STR de Ipueira, STR de Serra Negra do Norte;
- Clubes de Serviços e entidades de classe: Loja Maçônica de Caicó, Casa da Amizade – Rotary Club, 70º Grupo Escoteiro Rio Piranhas, Casa do Empresário;
- Agências bancárias: Banco Nordeste do Brasil – Agência Caicó, Banco do Brasil – Agência Caicó;
- Instituições de Ensino: Faculdade Católica Santa Terezinha;
- Cooperativas e Associações: Cooperativa das Bordadeiras e Artesãos do Seridó (Cobarts), Associação das Bordadeiras de Timbaúba dos Batistas, Associação dos Produtores Rurais de Umarizeiro, Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Serra Negra;

- Órgãos públicos vinculados ao poder executivo municipal: Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas – Gabinete do Prefeito, Prefeitura Municipal de Ipueira – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Coordenadoria de Cultura e Articulação Selo Unicef, Prefeitura Municipal de São Fernando – Controladoria e Finanças, Prefeitura Municipal de São João do Sabugi – Secretaria de Ação Social;

- Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS);
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE);
- Sindicato Rural de Serra Negra do Norte.

Nesse processo de identificação das organizações que atuam no desenvolvimento do Seridó Ocidental, foi possível verificar que algumas assumiam um papel de articulação para mobilização e difusão de informações entre outras organizações. Além disso, agiam como intermediárias para a obtenção de recursos e na representação das outras organizações em fóruns e junto a organizações nacionais e internacionais que atuam com temáticas semelhantes.

Com essas características, foi possível pesquisar sete organizações, duas delas localizadas no Seridó, na cidade de Caicó, e as outras cinco sediadas em Recife, no estado de Pernambuco. Cabe salientar que as organizações sediadas em Recife têm uma grande influência no meio acadêmico e na realização de ações no semiárido brasileiro. Elas fomentam discussões, mobilizam as comunidades na conquista de políticas públicas e buscam recursos com diversos parceiros nacionais e internacionais para a realização de projetos específicos.

Outra característica marcante é a raiz formadora de cada uma dessas organizações, sendo que três delas têm um forte vínculo religioso, como o Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC) e Cáritas vinculadas à religião Católica, e a Diaconia, vinculada às religiões Protestantes (Luterana e mais dez ramos evangélicos). Das outras quatro, o Projeto Dom Helder Camara (PDHC) é vinculado ao poder público federal através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Fundação Joaquim Nabuco é vinculada ao governo do estado do Pernambuco, enquanto a Agência de Desenvolvimento do Seridó (ADESE) e a Articulação do Semiárido (ASA) são organizações da sociedade civil organizada.

É importante destacar que a Articulação do Semiárido (ASA) não é uma organização formalizada; ela é uma reunião de várias outras organizações que trabalham com o semiárido e, para operacionalizar algumas ações práticas, ela

formalizou o Projeto Um Milhão de Cisternas (P1MC), e é através dessa entidade jurídica que são realizadas as parcerias e a operacionalização dos projetos.

As organizações Fundação Joaquim Nabuco, Diaconia e PDHC não trabalham diretamente com projetos no Seridó Ocidental, mas são centros reconhecidos de qualificação e de transmissão de conhecimentos sobre tecnologias sociais, geração de conhecimentos sobre o semiárido e convivência com as secas, e isso acaba influenciando as discussões no meio acadêmico e, como consequência, influenciam na formação do pessoal que irá trabalhar nas organizações que discutem e promovem o desenvolvimento do Seridó.

4.4 Instrumentos de pesquisa

Os dados utilizados nesta pesquisa foram coletados em fontes primárias e secundárias. Para isso, foram aplicados questionários, entrevistas estruturadas e não estruturadas; também foram utilizados diários de campo para registro das observações, assim como registro fotográfico e da gravação de conversas e entrevistas.

O uso desses instrumentos de pesquisa atende à ordem da busca das informações, ou seja, inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica, que teve como objetivo fornecer parâmetros teóricos e ajustar a pesquisa a ser realizada a um “estado da arte” já estabelecido. Destaca-se, aqui a importância da pesquisa bibliográfica e documental para o dimensionamento da amostra, pois a pesquisa nos registros governamentais deu todo o suporte para estabelecer o número inicial de organizações pesquisadas.

Com relação à pesquisa documental, Gil (1999, p. 66) afirma que ela:

Assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa.

Para se ter bons resultados em uma pesquisa documental, devem ser observadas as seguintes questões: a) muitos dos documentos não foram produzidos com o propósito de fornecer informações com vistas à investigação social, e, sendo

assim, deve-se ter muito cuidado para evitar possíveis vieses; e b) nem sempre os documentos constituem amostras representativas do fenômeno em estudo (GODOY, 1995).

Nesse sentido, cabe ao pesquisador fazer uma boa triagem do material que vai ser utilizado na pesquisa documental, para que não ocorram distorções e problemas nas análises. Para fins desta Tese, deu-se prioridade aos documentos oficiais vindos de organizações públicas, de órgãos de pesquisa e de instituições reconhecidas pela credibilidade das informações fornecidas, tais como: órgãos públicos, universidades, representações de classes e sociedades científicas, das quais podem ser citadas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Fundação Joaquim Nabuco, entre outras.

Para a obtenção dos dados primários, utilizaram-se questionários e entrevistas. Os questionários foram limitados pelo texto escrito, enquanto as entrevistas ofereciam maior flexibilidade e davam ao pesquisador a oportunidade de ter um contato maior com o sujeito investigado.

Na elaboração dos questionários, levaram-se em consideração as observações feitas por Richardson (1999), que afirma que todo questionário deve ter uma extensão e um escopo limitado, inclusive observando o tempo máximo de trinta minutos para o preenchimento, de modo, a não cansar o pesquisado.

Outros pontos levantados por Richardson (1999) e que foram considerados na elaboração do questionário dizem respeito à necessidade de se determinar os aspectos de interesse da pesquisa, relacionando as questões com os objetivos propostos, sem direcionar a posição do pesquisador em relação à determinado assunto. O autor também afirma que, na hora da aplicação do questionário, faz-se necessário apresentar o instrumento de pesquisa ao pesquisado, oferecendo as instruções necessárias, solicitando e agradecendo a participação, e garantindo o bom uso dos dados, e preservando a identidade do pesquisado caso seja necessário.

Após a elaboração do questionário e do roteiro de entrevista, foram realizados pré-testes, para avaliar a eficiência e a eficácia desses instrumentos de pesquisa. Nessa etapa, foram aplicados dois questionários e uma entrevista com respondentes qualificados. Neste caso, foram aplicados dois questionários, um com o

representante do SEBRAE e o outro com o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Sabugi, e uma entrevista com o representante da ADESE.

Na aplicação do pré-teste, verificou-se a validade do instrumento de pesquisa; foram feitos apenas alguns ajustes na construção de algumas perguntas e foram eliminadas questões que se mostraram redundantes. A pesquisa, então, foi realizada, e os dados foram utilizados para a análise e interpretação dos resultados.

Concomitante à aplicação dos instrumentos de pesquisa, também foi feita a observação sistemática, na qual o pesquisador esteve atento às informações vindas do ambiente, pois, o cenário visto e as sensações coletadas auxiliam no entendimento e na contextualização das respostas dadas.

Na observação sistemática, antes da coleta dos dados, o pesquisador, elabora um plano específico para a organização e o registro das informações. Isso implica estabelecer, antecipadamente, as categorias necessárias à análise da situação (GIL, 1999).

Segundo Becker (1997), o observador enfrenta o problema de ver apenas as coisas que estão de acordo com suas hipóteses implícitas ou explícitas. Para evitar esse problema, o autor sugere que seja feito um relato cuidadoso e completo de todos os eventos através de algum mecanismo de amostragem primitiva, seja alternando os dias das observações, ou procurando por outros membros da organização ou da comunidade, de modo a evitar, assim, um tipo de viés que ocorre ao se deter apenas à superficialidade dos fatos.

O observador se coloca na vida da comunidade de modo a poder ver, ao longo de um certo período de tempo, o que as pessoas normalmente fazem enquanto realizam seu conjunto diário de atividades. Ele registra suas observações o mais breve possível depois de fazê-las. Ele repara nos tipos de pessoas que interagem umas com as outras, o conteúdo e as consequências da interação, e como ela é discutida e avaliada pelos participantes e outros depois do evento. (BECKER, 1997, p. 120).

Os cuidados para a obtenção dos dados devem levar em consideração a relação entre observador e observado, sendo necessário convencer os observados de que o comportamento dos observadores não representa qualquer ameaça ao grupo (GIL, 1999).

Nesta pesquisa, levaram-se em consideração essas proposições e foram utilizados como instrumentos para a coleta de dados na observação sistemática o diário de campo, que foi preenchido após as atividades junto às organizações estudadas, e a visita às comunidades. Este instrumento ajudou na estruturação e guarda das informações percebidas. Para melhor registro, utilizou-se também a máquina fotográfica, que capturou imagens de apoio na interpretação dos dados, principalmente dos espaços e da geografia do local, evitando o registro de pessoas sem a prévia autorização.

4.5 Análise dos dados

Nesta etapa da pesquisa, os dados coletados pelos instrumentos de pesquisa precisam ser traduzidos e trabalhados. Como afirma Gibbs (2009), a própria ideia de análise sugere algum tipo de transformação, em que os pesquisadores, por meios analíticos, transformam os volumes de dados em uma análise clara, compreensível, criteriosa, confiável e até original.

Como foi visto anteriormente, na elaboração do roteiro de entrevista, seguiram-se, basicamente, as mesmas orientações do questionário. Porém, para facilitar a análise dos dados coletados, foi pensado um roteiro de transcrição das gravações em que o pesquisador pudesse reconhecer as falas dos entrevistados mediante o nome do arquivo salvo. Desta forma, ao escutar as gravações, seria mais fácil associar as respostas aos objetivos da pesquisa. Transcreveu-se, assim, apenas parte das gravações, codificando e analisando o resto do conteúdo, de modo a se concentrar apenas nas passagens realmente relevantes da gravação.

Essa opção de não transcrever totalmente as gravações leva em consideração o fato, de que, o ato de colocar a linguagem falada em um formato textual, para esta pesquisa em especial, não garantiria a eficácia da análise dos dados, pelo contrário, para esta pesquisa, o contexto geral se mostra mais interessante. As falas dos entrevistados, com suas colocações dispersas no decorrer da entrevista, mostraram-se ricas e, assim, somente, alguns trechos-chave foram transcritos.

Nesse sentido, Gibbs (2009, p. 31) comenta:

Não é necessário transcrever toda e qualquer informação coletada no projeto para analisá-la. Alguns níveis e formas de análise podem ser realizados de forma bastante produtiva sem qualquer cópia das entrevistas, dos textos e observações coletados ou gravados. Na verdade, alguns pesquisadores defendem a análise direta de uma gravação em vídeo ou áudio, pois assim há mais probabilidade de olhar o todo e não se prender a detalhes do que foi dito.

A análise dos dados foi feita através da sistematização dos dados coletados, na qual as informações retiradas dos questionários, entrevistas e diários de campo foram agrupadas de acordo com o item estudado, ou a área de interesse. Logo após essa etapa, quando necessário, os dados foram analisados utilizando técnicas da análise de conteúdo.

Definindo análise de conteúdo, Campos (2004) afirma que se trata de um conjunto de técnicas de análise de comunicações; assim sendo, é destacada nesse campo a importância da semântica, ou seja, da pesquisa do sentido de um texto para o desenvolvimento do método.

Para Richardson (1999), a análise de conteúdo é utilizada, particularmente, para estudar material de tipo qualitativo. Pela sua natureza científica, deve ser eficaz, rigorosa e precisa. De modo prático, deve-se, primeiro fazer uma leitura, organizar as ideias e, assim, tentar compreender melhor um discurso, de modo a extrair os momentos mais importantes. Ao final, de uma maneira transmissível, o pesquisador deve estruturar suas percepções em teorias relevantes que sirvam de marco de explicação para suas descobertas.

Para os outros dados encontrados, foram utilizadas planilhas eletrônicas, bancos de dados e demais ferramentas computacionais de apoio ao recolhimento, guarda, sistematização e análise dos dados.

4.5.1 Categorias de análise

De modo a apresentar mais claramente os resultados desta pesquisa, percebeu-se a necessidade de estruturar algumas categorias de análise. Nessa perspectiva, retiraram-se da revisão bibliográfica os mais adequados e representativos conceitos que pudessem contribuir no entendimento do fenômeno estudado.

A estratégia utilizada para elaboração das categorias neste trabalho levou em conta “a necessidade de se afastar das descrições, principalmente com os termos dos entrevistados, e passar para um nível mais categórico, analítico e teórico de codificação” (GIBBS, 2009, p. 64).

Desta forma, como sugere Richardson (1999), após determinar quais serão os fatos estudados, deve-se procurar a pertinência de um elemento ao modelo em construção e, através da relação e das regras de associação entre as menores unidades do fenômeno estudado, deve-se compor uma estrutura do fenômeno, tendo em consideração suas manifestações empíricas visíveis e suas relações teoricamente estabelecidas.

As categorias de análise levantadas nos aportes teóricos serão descritas a seguir. Vale ressaltar que se utilizou como principal base teórica a teoria neoinstitucional das organizações, mas proposições teóricas também deram suporte à elaboração desse modelo, das quais podem ser citados os estudos da teoria dos campos, a corrente estruturalista das teorias organizacionais, assim como os estudiosos que debatem a dependência de recursos.

Entre os estudos sobre desenvolvimento, foram levantadas algumas bases teóricas que surgiram no decorrer da história, com destaque para o Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Territorial, Local e Endógeno. Neste sentido, utilizaram-se as categorias de análise a seguir:

- campo organizacional, utilizando a definição Scott (1991), é uma comunidade de organizações que compartilham de um sistema de significados comum, cujas regras institucionalizadas são consideradas válidas e seus participantes interagem entre si com mais frequência do que com atores fora desse campo. Nesta pesquisa, o campo organizacional configura-se pela comunidade de organizações que trabalham com o desenvolvimento no Seridó Ocidental do Rio Grande do Norte;

- instituições são regras e significados, normas e valores que definem as relações sociais, ajudam a definir quem ocupa qual posição nessas relações e orientam a interação, ao proporcionar aos atores quadros cognitivos ou conjuntos de significados para interpretar o comportamento dos outros (FLIGSTEIN, 2007). Nesta pesquisa, as organizações estão em um campo organizacional que sofre a influência de muitas instituições, sendo inclusive o desenvolvimento um aspecto que compõe esse campo e está influenciando no processo de institucionalização;

- desenvolvimento tem vários conceitos em disputa no local da pesquisa, e aqui se buscou compreender o processo de institucionalização desse termo;

- isomorfismo constitui um processo de restrição que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais (DiMAGGIO; POWELL, 2005);

- legitimidade aparece, na literatura, fortemente relacionada com o grau de apoio cultural que obtém a organização (SCOTT, 1995). Os resultados, muitas vezes, são observados não só pelo alcance das metas planejadas, mas também pela forma como foram feitas e que impactos geraram.

No momento da análise dos dados, também foram identificadas categorias de análise que corroboraram para a melhor compreensão do Campo Organizacional, do processo de legitimação e de institucionalização, são elas: o poder e a identidade.

- identidade é definido como um processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado (CASTELLS, 2010).

- poder, utilizando uma abordagem proposta por Bordieu (2004), as relações objetivas de poder tendem a se reproduzir nas relações de poder simbólico. Ainda segundo o autor, a percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação, um lado objetivo onde se pode agir através de ações de representação, individuais ou coletivas, destinadas a mostrar e a fazer valerem determinadas realidades. No lado subjetivo, pode-se agir tentando mudar as categorias de percepção e apreciação do mundo social, as estruturas cognitivas e avaliatórias.

Estas categorias de análise foram aparecendo no decorrer deste estudo e com elas foram sendo construídas as possíveis respostas aos problemas de pesquisa, demonstrando inclusive as limitações de uso para esta tese.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

5.1 Indicadores do Seridó Ocidental

Constantemente, são levantadas estatísticas e indicadores sobre os mais diversos aspectos da sociedade brasileira. Com esses dados em mãos, torna-se possível compreender melhor as realidades locais e criar planejamentos e políticas públicas capazes de agir positivamente na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Entre os órgãos que contribuem com a coleta, preparação e divulgação de dados representativos da sociedade brasileira, podem-se destacar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Serviço de Dados e Informações do Ministério da Saúde (Datasus), o Serviço de Dados e Informações do Ministério da Educação, entre outros. Com base nesses dados, organismos como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) desenvolveram ferramentas próprias para tentar compreender as realidades locais, o primeiro com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹, e a segunda com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Nessa perspectiva, a tabela 1, elaborada pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), apresenta alguns dados estatísticos sobre a região Nordeste e seus estados em comparação com o Brasil e, dessa forma, permite constatar a complexidade da região, demonstrando através de números, que em várias dimensões, os indicadores utilizados se apresentam abaixo da média nacional.

Um dos indicadores utilizados é o índice de Gini, que foi criado para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Este índice aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza (IPEA, 2013).

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi um elemento estratégico na nova abordagem. Ele simboliza a mudança no pensamento, ainda que não capture plenamente a riqueza do desenvolvimento humano. Como medida composta da saúde, da educação e do rendimento, o IDH avalia os níveis e o progresso, usando um conceito de desenvolvimento muito mais amplo do que o permitido pelo rendimento por si só (PNUD, 2010).

Segundo dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2013), em 2004, o Brasil tinha um índice de Gini de 0,591, em 2008 o índice melhorou e já estava em 0,548, como pode ser visto na Tabela 1, porém, ainda distante da situação ideal que seria um indicador próximo ao zero, ou seja, uma menor concentração de renda.

Unidade geográfica	Esperança de vida ao nascer 2008 (anos)	Índice de Gini do rendimento das pessoas ocupadas 2008	IDH 2007 (estimativa)	Taxa de Mortalidade Infantil 2008 (‰)
Maranhão	68,0	0,521	0,724	37,9
Piauí	69,3	0,574	0,740	27,2
Ceará	70,6	0,539	0,749	28,6
Rio Grande do Norte	70,8	0,551	0,753	33,5
Paraíba	69,4	0,587	0,752	36,5
Pernambuco	68,7	0,566	0,742	37,1
Alagoas	67,2	0,583	0,722	48,2
Sergipe	71,3	0,539	0,770	32,6
Bahia	72,3	0,560	0,767	32,4
Nordeste	70,1	0,558	0,749	34,4
Brasil	73,0	0,548	0,816	23,6

Tabela 1 – Esperança de vida ao nascer, índice de Gini, IDH e Taxa de Mortalidade Infantil – Brasil e Nordeste

Fonte: BNB (2010, p. 39).

A taxa de mortalidade infantil é outro indicador importante demonstrado na tabela 1, esta taxa, expressa em relação a cada mil crianças nascidas vivas é definida como “a frequência com que ocorrem os óbitos infantis (menores de um ano) em uma população, em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil”. Em 2011, o Brasil teve uma taxa de 16,1 para cada mil nascidos vivos, inferior ao que foi apresentado na Tabela 1, de 23,6 para cada mil nascidos vivos em 2008 (IBGE, 2013).

Estes dados demonstram indicadores sociais graves, e mesmo tendo melhorado muito na última década, ainda estão distantes do que seria considerado ideal.

O quadro 4 apresenta a variação do IFDM nos municípios do Seridó Ocidental do Rio Grande do Norte. Nesse quadro, é possível observar em todos os sete municípios uma variação positiva nos indicadores de 2009 em comparação com 2000, sendo que a maior variação ocorreu no município de São Fernando, com

68,7%, e a menor, no município de Jardim de Piranhas, com 23,6%. Outro ponto que merece destaque é o fato de não haver nenhum IFDM do Seridó superior à mediana do IFDM brasileiro, que é 0,7603, conforme o quadro 5.

Município		IFDM		
		2000	2009	Varição
RN	Caicó	0,5258	0,6676	27,0%
RN	Ipueira	0,4541	0,6911	52,2%
RN	Jardim de Piranhas	0,4623	0,5712	23,6%
RN	São Fernando	0,3750	0,6324	68,7%
RN	São João do Sabugi	0,4751	0,6535	37,5%
RN	Serra Negra do Norte	0,4763	0,6255	31,3%
RN	Timbaúba dos Batistas	0,4349	0,6228	43,2%

Quadro 4 – IFDM dos municípios do Seridó Ocidental

Fonte: adaptado de Firjan (2011).

No quadro 5, tem-se um comparativo entre o desempenho dos municípios do Seridó Ocidental com relação ao IFDM, em um ranking nacional, o que permite perceber como está o desempenho desses sete municípios na variável Educação.

Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (ranking)		Municípios		IFDM	Emprego e Renda	Educação	Saúde	
		Brasil			0,7603	0,7286	0,7506	0,8018
		Mediana dos municípios			0,6388	0,3770	0,7229	0,8003
		Máximo dos municípios			0,9303	1,0000	1,0000	1,0000
2009		Mínimo dos municípios		0,3413	0,0000	0,3923	0,4272	
IFDM	Educação	Municípios		IFDM	Emprego e Renda	Educação	Saúde	
1.677°	433°	RN	Ipueira	0,6911	0,2657	0,8809	0,9267	
2.478°	674°	RN	São João do Sabugi	0,6535	0,2642	0,8556	0,8408	
3.084°	1.666°	RN	Timbaúba dos Batistas	0,6228	0,2689	0,7888	0,8107	
2.172°	2.281°	RN	Caicó	0,6676	0,4268	0,7525	0,8235	
3.038°	2.442°	RN	Serra Negra do Norte	0,6255	0,3048	0,7430	0,8288	
2.909°	2.515°	RN	São Fernando	0,6324	0,3220	0,7387	0,8366	
4.047°	3.564°	RN	Jardim de Piranhas	0,5712	0,2320	0,6794	0,8022	

Quadro 5 – Comparativo entre o Ranking do IFDM e o da Educação

Fonte: adaptado de Firjan (2011).

Com base nestes dados, nota-se que apenas Caicó tem um desempenho melhor no Ranking do IFDM (2.172^o), inferior ao Ranking da Educação (2.281^o). Todos os outros melhoraram suas posições, com destaque para o município de Ipueira e de São João do Sabugi, que, no Ranking da Educação, conseguem ficar na posição 433^o e 674^o, respectivamente.

No quadro 6, a análise é feita comparando o desempenho dos sete municípios do Seridó Ocidental com os municípios brasileiros levando-se em conta o IFDM e o Ranking da Saúde. Neste aspecto, é possível observar que no quesito saúde, Ipueira tem um indicador de 0,9267, um resultado entre os 10% dos municípios mais bem posicionados no Brasil.

Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (ranking)		Municípios		IFDM	Emprego e Renda	Educação	Saúde
IFDM	Saúde						
1.677 ^o	414 ^o	RN	Ipueira	0,6911	0,2657	0,8809	0,9267
2.478 ^o	2.037 ^o	RN	São João do Sabugi	0,6535	0,2642	0,8556	0,8408
2.909 ^o	2.110 ^o	RN	São Fernando	0,6324	0,3220	0,7387	0,8366
3.038 ^o	2.260 ^o	RN	Serra Negra do Norte	0,6255	0,3048	0,7430	0,8288
2.172 ^o	2.357 ^o	RN	Caicó	0,6676	0,4268	0,7525	0,8235
3.084 ^o	2.595 ^o	RN	Timbaúba dos Batistas	0,6228	0,2689	0,7888	0,8107
4.047 ^o	2.748 ^o	RN	Jardim de Piranhas	0,5712	0,2320	0,6794	0,8022

Quadro 6 – Comparativo entre o Ranking do IFDM e da Saúde

Fonte: adaptado de Firjan (2011).

No quadro 7, é feita uma comparação entre os municípios do Seridó com os resultados nacionais, no que se refere à dimensão específica Emprego e Renda. Nesse quesito, pode-se avaliar que a região teve resultados baixos, chamando a atenção o fato de todos eles estarem muito abaixo do resultado brasileiro e bem próximos do mínimo encontrado no Brasil. Nesse caso, chama a atenção o município de Ipueira, que esteve em um patamar bem alto nas dimensões de Educação e Saúde, enquanto na dimensão Emprego e Renda ficou com um índice muito baixo, na posição 4.913^o. Cabe salientar que essa foi a única dimensão em que Caicó melhorou seu resultado com relação ao IFDM (2.172^o) e ao Emprego e Renda (1.910^o).

Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal(ranking)		Municípios		IFDM	Emprego e Renda	Educação	Saúde
IFDM	Emprego e renda						
2.172º	1.910º	RN	Caicó	0,6676	0,4268	0,7525	0,8235
2.909º	3.940º	RN	São Fernando	0,6324	0,3220	0,7387	0,8366
3.038º	4.268º	RN	Serra Negra do Norte	0,6255	0,3048	0,7430	0,8288
3.084º	4.886º	RN	Timbaúba dos Batistas	0,6228	0,2689	0,7888	0,8107
1.677º	4.913º	RN	Ipueira	0,6911	0,2657	0,8809	0,9267
2.478º	4.940º	RN	São João do Sabugi	0,6535	0,2642	0,8556	0,8408
4.047º	5.198º	RN	Jardim de Piranhas	0,5712	0,2320	0,6794	0,8022

Quadro 7 – Comparativo entre o Ranking do IFDM e o de Emprego e Renda

Fonte: adaptado de Firjan (2011).

A própria Firjan apresenta uma possível explicação para esse cenário:

Ano de novo mandato para as 5.565 prefeituras brasileiras, 2009 foi marcado pelos efeitos negativos da crise econômica mundial, que culminaram em forte retração da atividade ao redor do globo. No Brasil, a crise dividiu o ano em duas partes distintas. Enquanto na primeira metade observou-se deterioração de diversos indicadores econômicos, na segunda metade o nível de atividade voltou a crescer movido pelo aquecimento do consumo e da construção civil, em resposta a incentivos fiscais e monetários concedidos pelo governo federal. (FIRJAN, 2011, p. 11).

Em contraste ao quadro econômico desfavorável, o país manteve os avanços na esfera social, em que pesem os grandes desafios ainda existentes. Na saúde, os indicadores de atenção básica deram sequência à evolução verificada ao longo da década, retratada pelo aumento das consultas pré-natais e pela redução dos óbitos infantis. No que diz respeito à educação, houve aumento do número de matrículas na educação infantil e do percentual de docentes com curso superior, além de redução na taxa de abandono no ensino fundamental em 2009 (FIRJAN, 2011).

Nesse quadro, de acordo com os dados da Firjan (2011), chamou a atenção o crescimento de 8% da média do resultado da nova rodada do Ideb para o ensino fundamental, fruto dos avanços das escolas públicas brasileiras, que atingiram, em 2009, as metas programadas para 2011 nesse nível de ensino.

Apesar desses avanços, no Brasil ainda morrem crianças por conta da ausência de atenção básica em saúde, haja vista que as doenças do aparelho respiratório e as doenças infecciosas e parasitárias continuaram como os principais fatores responsáveis pela mortalidade infantil (FIRJAN, 2011).

Ao fim desta análise comparativa, pode-se observar que os municípios do Seridó Ocidental, localizados em uma região semiárida com grave suscetibilidade à desertificação, conseguem ter indicadores acima da média brasileira no que se refere às dimensões Saúde e Educação. No entanto, na dimensão Emprego e Renda, o baixíssimo desempenho com certeza influenciou no IFDM, baixando o índice e a posição no ranking.

Na tabela 2, são apresentados os componentes relacionados com o desempenho econômico dos estados do Nordeste. Pode-se observar que o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* dos estados nordestinos está bem inferior ao PIB brasileiro. No caso específico do Rio Grande do Norte, local desta pesquisa, o PIB *per capita* é de R\$ 7.607,00, aproximadamente a metade do PIB *per capita* brasileiro, que é de R\$ 14.465,00. Com relação ao desempenho dos setores econômicos, o setor de serviços é o mais representativo para todos os estados, inclusive para o Brasil, e, no caso do Rio Grande do Norte, a indústria supera o setor agropecuário, mas fica ainda muito abaixo do setor de serviços.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto por Valor Adicionado Bruto – Brasil e Nordeste – 2007

Unidade geográfica	PIB setorial (R\$ milhão)				PIB <i>per capita</i> (R\$ 1,00)
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	
Maranhão	5.271	5.059	17.991	2.8321	5.165
Piauí	1.035	2.134	9.433	12.602	4.662
Ceará	2.736	10.409	31.024	44.169	6.149
Rio Grande do Norte	1.027	4.869	14.342	20.238	7.607
Paraíba	1.118	4.464	14.353	19.935	6.097
Pernambuco	2.544	11.702	39.067	53.313	7.337
Alagoas	1.090	3.916	10.963	15.969	5.858
Sergipe	700	4.640	9.828	15.168	8.712
Bahia	8.221	26.793	60.147	95.161	7.787
Nordeste	23.742	73.986	207.148	304.876	6.749
Brasil	127.267	636.280	1.524.311	2.287.858	14.465

Fonte: BNB (2010, p. 19).

5.1.1 Dados dos municípios do Seridó Ocidental

Com relação aos dados estatísticos do Seridó Ocidental, pode-se observar, no quadro 8, o Produto Interno Bruto *per capita* e o IFDM de cada município, não é diretamente proporcional, pois o maior PIB dos municípios investigados é o de São Fernando, que tem um resultado intermediário com relação ao IFDM, ficando na quarta colocação. O município de Caicó consegue ter um resultado bastante homogêneo nos três indicadores, estando em segundo no PIB *per capita*, segundo no Ranking do IFDM e primeiro na Receita Orçamentária.

Município	PIB <i>per capita</i>	Ranking PIB	IFDM 2009	Ranking IFDM	Receita Orçamentária	Ranking Receita Orçamentária
Caicó	7.685,39	2º	0,6676	2º	56.055.977,93	1º
Ipueira	6.282,29	3º	0,6911	1º	6.021.296,50	7º
Jardim de Piranhas	5.256,88	5º	0,5712	7º	16.136.132,27	2º
São Fernando	9.052,27	1º	0,6324	4º	7.048.439,54	6º
São João do Sabugi	5.108,88	6º	0,6535	3º	7.402.852,84	5º
Serra Negra do Norte	4.591,04	7º	0,6255	5º	9.503.062,05	3º
Timbaúba dos Batistas	6.176,08	4º	0,6228	6º	7.070.976,91	4º

Quadro 8 – Municípios do Seridó Ocidental, relação entre IFDM, Produto Interno Bruto *per capita* e Receita Orçamentária Municipal

Fonte: elaborado pelo autor, adaptado de IBGE (2012) e Firjan (2011).

De acordo com o quadro 8, os municípios de Caicó e Jardim de Piranhas têm as melhores posições no ranking de receita orçamentária, com um valor expressivo quando comparado com o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), sendo que Caicó teve um valor de FPM de R\$ 17.823.988,46 e uma Receita Orçamentária de R\$ 56.055.977,93 e Jardim de Piranhas teve um FPM de R\$ 7.426.661,91 e uma Receita Orçamentária de R\$ 16.136.132,27.

Dessa forma, não se pode afirmar, com esses dados, que, quanto maior o PIB, maior o desempenho no IFDM. A amostra não permite um estudo estatístico mais preciso. No entanto, chama a atenção o fato de que o desempenho econômico de um município e o seu desempenho nas dimensões do IFDM não são diretamente proporcionais, existindo nos municípios, uma grande variação nos rankings. Então, não é possível comprovar, com esses dados, a associação de um bom desempenho

econômico (PIB e Receita Orçamentária) com um bom índice de desenvolvimento (IFDM).

No quadro 9, percebe-se que a maioria dos domicílios já acessam a rede elétrica e isso, com certeza, garante uma maior qualidade de vida para as famílias. Entretanto, ainda existe um déficit relativamente alto com relação à rede de água em todos os municípios, dimensão que ainda pode ser considerada um problema grave, pois afeta, diretamente, a saúde das pessoas, influenciando no número de casos de diarreia, verminose, hepatite, entre outras doenças relacionadas com a falta de saneamento básico.

Também é possível observar que, dos sete municípios da região, a maioria pode ser considerada de pequeno porte, sendo que Ipueira apresenta a menor população residente, com 2.077 habitantes, e Caicó, o maior número, totalizando 62.709 habitantes.

Ao estudar o Seridó Ocidental através dos dados estatísticos e dos indicadores de desenvolvimento, foi possível conhecer melhor a realidade dos municípios e assim entender quais são os principais avanços e principais desafios que se apresentam para as pessoas que vivem nesta região. Entretanto, os dados não conseguem explicar toda a realidade, eles têm limitações, pois não são feitos para analisar realidades complexas e diversas, e na tentativa de padronizar resultados, fatores importantes saem do alcance dos órgãos de pesquisa.

A realidade do desenvolvimento do Seridó Ocidental descrita através destes dados, demonstra que existem mudanças significativas acontecendo, principalmente no que se refere à melhoria dos indicadores sociais. Porém, as questões econômicas ainda estão em níveis considerados baixos, inclusive influenciando negativamente a média geral.

Por fim, tanto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, utilizam dados secundários retirados dos órgãos oficiais. Neste sentido, a informação disponível nem sempre retrata o melhor ponto de vista para a realidade investigada. Um exemplo disto é a dificuldade de se quantificar a economia informal, que movimenta grandes divisas nos pequenos municípios, mas não cria registros de emprego formal e nem tributos nos órgãos de fiscalização financeira e tributária. Esta situação está a margem dos registros oficiais, mas é impactante no dia a dia das pequenas cidades.

	Unidade	Ipueira	Jardim de Piranhas	São Fernando	São João do Sabugi	Serra Negra do Norte	Timbaúba dos Batistas	Caicó
Domicílios particulares permanentes	Domicílios	640	3.857	1.003	1.839	2.151	675	18.618
Domicílios particulares permanentes – abastecimento de água – rede geral	Domicílios	587	3.165	825	1.506	1.443	584	17.189
Domicílios particulares permanentes – energia elétrica – tinham	Domicílios	638	3.827	999	1.821	2.139	673	18.528
População residente	Pessoas	2.077	13.506	3.401	5.922	7.770	2.295	62.709
População residente – homens	Pessoas	1.038	6.724	1.737	2.923	3.901	1.145	30.373
População residente – mulheres	Pessoas	1.039	6.782	1.664	2.999	3.869	1.150	32.336
População residente alfabetizada	Pessoas	1.467	9.474	2.346	4.402	5.483	1.672	49.544
Área da unidade territorial	km ²	127,347	330,530	404,425	277,010	562,394	135,453	1.228,576
Eleitorado	Eleitores	1.663	10.010	2.823	4.943	5.938	2.035	41.874
PIB <i>per capita</i> a preços correntes	Reais	6.282,29	5.256,88	9.052,27	5.108,88	4.591,04	6.176,08	7.685,39
Nascidos vivos – registrados – lugar do registro	Pessoas	-	180	50	78	94	4	801
Receitas orçamentárias realizadas – correntes	Reais	6.021.296,50	16.136.132,27	7.048.439,54	7.402.852,84	9.503.062,05	7.070.976,91	56.055.977,93
Despesas orçamentárias empenhadas – correntes	Reais	5.129.549,69	14.347.672,30	6.433.654,92	5.832.797,31	7.880.628,95	5.173.444,57	50.185.968,41
Valor do Fundo de Participação dos Municípios	Reais	4.455.996,57	7.426.661,91	4.455.997,11	4.455.997,11	4.455.997,11	4.622.866,76	17.823.988,46

Quadro 9 – Características da população e dos domicílios: Com base no Censo Demográfico 2010

Fonte: adaptado de IBGE (2012).

5.2 O campo organizacional das organizações que trabalham com desenvolvimento no Seridó

5.2.1 As organizações estudadas no campo organizacional

O estudo dos campos organizacionais oferece a possibilidade de se conhecer diversas interações entre os participantes de um mesmo espaço, compondo um cenário onde as ações de cada um dos integrantes deste campo refletem sobre os outros participantes.

Para DiMaggio e Powell (1991), como parte dos elementos necessários para definir, institucionalmente, os campos organizacionais, pode-se citar: o aumento na extensão da interação entre as organizações no campo organizacional, o surgimento de estruturas de dominação e padrões de coalizões interorganizacionais. Além disso, também foram observados o aumento da carga de informação com a qual as organizações devem lidar, e o desenvolvimento de uma conscientização mútua entre os participantes.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que essas organizações representadas na figura 4 e a seguir listadas no quadro 10 participam de um campo organizacional em que a temática do semiárido e do desenvolvimento faz parte das suas áreas de atuação, e a disputa por poder e por recursos, mesmo que não esteja tão aparente, é algo que faz parte dos principais desafios dessas organizações.

Visualizando essa imagem, nota-se que as organizações endógenas ao Seridó não estão totalmente separadas das organizações nacionais e dos apoiadores nacionais e estrangeiros; por outro lado, esse tipo de relação é pouco comum. Desta forma, mesmo não aparecendo relações diretas entre as organizações do Seridó, elas podem existir de forma indireta.

Na forma de articulação vertical, nota-se que as organizações exógenas assumem um papel de coordenação e possuem alguns poderes que as organizações endógenas não possuem, principalmente no que se refere à gestão de informações e de recursos. Das sete organizações exógenas estudadas, cinco estão localizadas em Recife, capital do estado de Pernambuco, e duas em Caicó, no Rio Grande do Norte; elas são intermediárias entre as organizações do Seridó e organizações públicas, privadas e não governamentais, sejam elas nacionais ou estrangeiras.

Entidade	Objetivos das organizações	Local da sede	Endereço eletrônico
<p>Fundação Joaquim Nabuco</p> <p>Núcleo de Estudos e Articulação sobre o Semiárido (Nesa)</p>	<p>A proposta do Nesa é de articular pesquisadores envolvidos com o estudo do Semiárido brasileiro, na busca da congregação de esforços e de conhecimentos para a realização de ações combinadas e objetivas. Procura promover a articulação entre instituições de pesquisa, de planejamento e intervenção, e de representação social que tenham por objeto a atenção à região semiárida do país.</p>	<p>Av. Dezesete de Agosto, 2187 - Casa Forte - Recife PE - CEP: 52061-540</p>	<p><http://www.fundaj.gov.br></p>
<p>Cáritas Brasileira – Nordeste II</p>	<p>A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural.</p>	<p>Rua Monte Castelo, 176 - Boa Vista - Recife - PE CEP: 50050-310</p>	<p><http://www.caritasne2.org.br></p>
<p>Articulação do Semiárido (ASA)</p>	<p>A Articulação do Semiárido Brasileiro é uma rede formada por cerca de 750 organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. Sua missão é fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o semiárido referenciados em valores culturais e de justiça social.</p>	<p>Rua Nicarágua, 111, Espinheiro Recife - PE CEP: 52020-190</p>	<p><http://www.asabrasil.org.br></p>
<p>Diaconia</p>	<p>A Diaconia é uma organização social brasileira, sem fins lucrativos e de inspiração cristã, que tem por objetivo a promoção da justiça e do desenvolvimento social.</p>	<p>Rua Marques do Amorim, 599, Ilha do Leite - Recife - PE - CEP: 50070-330</p>	<p><http://www.diaconia.org.br/></p>

(continua)

(conclusão)

Entidade	Objetivos das organizações	Local da sede	Endereço eletrônico
Agência de Desenvolvimento do Seridó (Adese)	A Adese é uma Instituição da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), criada com o objetivo de empreender as ações de interesse do desenvolvimento sustentável da região do Seridó do Rio Grande do Norte. Para isso, ela pode atuar em todo o território potiguar, no Seridó paraibano e na bacia hidrográfica do Piranhas-Açu.	Rua José Evaristo de Medeiros, 800 Penedo - Caicó RN CEP: 59300-000	< http://www.adese.com.br/ >
Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (Seapac)	O Seapac quer apoiar e fortalecer as organizações representativas dos empobrecidos do campo e a produção familiar, estimulando a construção de uma nova ética reguladora da sociedade, base do modelo de desenvolvimento economicamente solidário, politicamente democrático, socialmente justo e ecologicamente sustentável.	Largo Dom Manuel Tavares, s/n, Bairro Paraíba - Caicó - RN CEP: 59300-000	< http://www.diocesedecaico.com.br/seapac/ >
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) Projeto Dom Helder Câmara (PDHC)	O compromisso do Projeto Dom Helder Câmara é o de ensinar e de aprender, fazendo. Aprender a construir a pluralidade na diversidade. Romper com a verticalização do planejamento e do monitoramento, estimulando a participação ativa, o trabalho com tranquilidade e qualidade, investindo na complementaridade e no desenvolvimento da autonomia dos sujeitos.	Rua Francisco Alves, 84 - Ilha do Leite - Recife - PE - CEP. 50070-490	< http://www.projetodomhelder.gov.br/ >

Quadro 10 – Organizações que participaram das entrevistas

Fonte: elaborado pelo autor.

Organização - Razão Social	Áreas atendidas	Município
Faculdade Católica Santa Terezinha	Microrregião	Caicó
Banco Nordeste do Brasil – Agência Caicó	Microrregião	Caicó
Loja Maçônica de Caicó	Município	Caicó
Banco do Brasil – Agência Caicó	Microrregião de Caicó	Caicó
Casa da Amizade – Rotary Club	Caicó	Caicó
Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS)	7 municípios do Seridó	Caicó
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)	16 municípios	Caicó
Cooperativa das Bordadeiras e Artesãos do Seridó (Cobarts)	8 municípios	Caicó
Casa do Empresário	5 municípios	Caicó
70º Grupo Escoteiro Rio Piranhas	Município	Jardim de Piranhas
Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas – Gabinete do Prefeito	Município	Jardim de Piranhas
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Sabugi	Município	São João do Sabugi
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipueira	Município	Ipueira
Prefeitura Municipal de Ipueira – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação	Município	Ipueira
Coordenadoria de Cultura e Articulação Selo Unicef	Município	Ipueira
Prefeitura Municipal de São Fernando – Controladoria e Finanças	Município	São Fernando
Associação dos Produtores Rurais de Umarizeiro	Distrito de Umarizeiro	São Fernando
Conselho Tutelar de Timbaúba dos Batistas	Município	Timbaúba dos Batistas
Associação das Bordadeiras de Timbaúba dos Batistas	Município	Timbaúba dos Batistas
Prefeitura Municipal de São João do Sabugi – Secretaria de Ação Social	Município	São João do Sabugi
Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Serra Negra	15 km de raio	Serra Negra do Norte
Sindicato Rural de Serra Negra do Norte	Município	Serra Negra do Norte
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Negra do Norte	Município	Serra Negra do Norte

Quadro 11 – Organizações pesquisadas com sede e atuação no Seridó Ocidental – endógenas

Fonte: elaborado pelo autor.

A figura 4 mostra uma configuração que pôde ser observada a partir das pesquisas de campo.

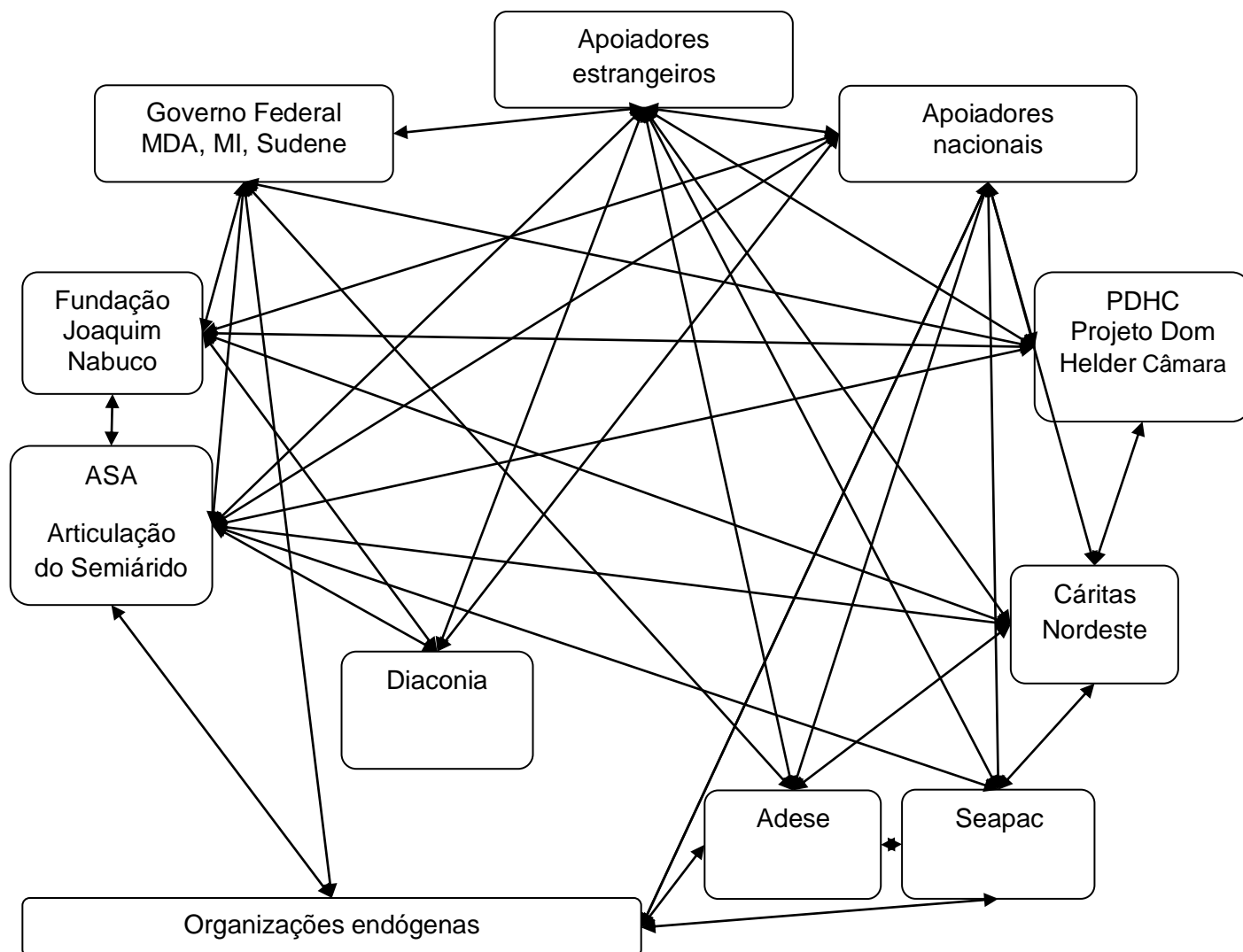


Figura 4 – A estrutura formada entre as organizações estudadas

Fonte: elaborada pelo autor.

Estas organizações estão mais bem descritas a seguir:

- *Apoiadores nacionais*: são organizações públicas, privadas ou da sociedade civil organizada que oferecem apoio para as organizações que atuam com o desenvolvimento do Seridó, como, por exemplo: Fundação Banco do Brasil, universidades, doadores particulares, ONGs ligadas a empresas, como a Fundação Bradesco, órgãos de pesquisa, dentre outros;

- *Apoiadores estrangeiros*: neste grupo estão as grandes organizações de financiamento internacional, como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, órgãos de apoio à pesquisa, Fundação Ford, IICA, ONGs internacionais, instituições ligadas a religiões, Misereor – (Igreja Católica), Visão

Mundial – (Protestantes) etc. Este grupo tem diminuído muito o valor dos recursos financeiros para projetos no Brasil, pois, na opinião dessas organizações, o país já tem uma estrutura capaz de autossustentar seus projetos, de modo que a prioridade passa a ser os países africanos;

- *Governo Federal*: desde o primeiro governo do presidente Lula, em 2002, tem havido um aumento significativo de recursos para serem aplicados em projetos que interferem no desenvolvimento do Seridó. Muitos editais têm sido lançados e as organizações podem participar com projetos. Aqui, nota-se uma dificuldade das pequenas organizações participarem desses projetos, as quais têm ficado na dependência de receber o benefício de forma indireta, através das parcerias;

- *Fundação Joaquim Nabuco*: é um exemplo de organização que atua muito mais na elaboração de materiais de formação, de estudos acadêmicos, na massificação de conceitos, do que na operacionalização de projetos práticos. Mas, sem sombra de dúvidas, a Fundação Joaquim Nabuco tem contribuído para a discussão do desenvolvimento do semiárido brasileiro, em especial do Seridó;

- *Diaconia e Cáritas*: também atuam com o desenvolvimento no semiárido, são participantes dos grandes fóruns de discussão sobre o tema e possuem vários projetos em andamento no semiárido. Chama a atenção o fato de elas serem ligadas a organizações religiosas, sendo a Diaconia ligada às Igrejas Protestantes e a Cáritas ligada à Igreja Católica; nesse sentido, essas duas organizações tentam articular as comunidades para resolverem seus desafios e, de certa forma, difundem seus conceitos, valores e posições morais;

- *Projeto Dom Helder Camara (PDHC)*: sediado no Recife, tem se mostrado uma experiência muito interessante. Está ligado diretamente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Governo Federal, e é responsável por pesquisar e difundir experiências capazes de influenciar positivamente a realidade das comunidades do semiárido brasileiro, sendo que uma de suas atribuições é contribuir na organização dos trabalhos do território da cidadania. Entretanto, no momento da pesquisa, havia uma preocupação sobre a continuidade do projeto, e, até o momento da aplicação do instrumento de pesquisa, entre os meses de fevereiro e março de 2012, não houve confirmação sobre a sua renovação;

- *Articulação do Semiárido (ASA)*: é um tipo interessante de organização, pois está formalizada juridicamente como o Projeto 1 Milhão de Cisternas, que executa, junto com organizações parceiras, um projeto de captação de água potável das

chuvas em cisternas de placas. Este projeto teve grande aceitação pela sociedade e pelos órgãos financiadores; a ideia está disseminada por grande parte do semiárido e está sendo replicada em outras áreas secas ou semiáridas do mundo.

Entretanto, ressalta-se que a ASA também é um qualificado fórum de discussão sobre o semiárido e cria espaços para a troca de experiências e a formulação e defesa de políticas públicas que possam contribuir com a convivência do semiárido. Desta forma, a ASA tem parceiros no Seridó e suas discussões ajudam na divulgação de conceitos e na institucionalização de valores;

- *Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC)*: organização sediada em Caicó e ligada diretamente à Diocese. Possui um forte vínculo com as pautas levantadas pelos movimentos católicos de mobilização social, suas ações demonstram grande influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Teologia da Libertação.

O SEAPAC tem um papel muito importante na articulação das associações e sindicatos rurais, integra o Colegiado do Território da Cidadania do Seridó, e o dirigente pesquisado também faz a ligação com outras organizações, sendo o representante da ASA na região;

- *Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Seridó (ADESE)*: tem sido, desde a sua fundação, uma organização capaz de agrupar os mais diversos grupos do Seridó para a promoção do desenvolvimento sustentável. Sua fundação surge da necessidade de se colocar em prática o que foi levantado no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó, uma iniciativa das esferas pública federal, estadual e municipal, em parceria com o IICA, que aconteceu no final dos anos 90 e início dos anos 2000.

No momento da pesquisa, a ADESE tinha papel importante nas discussões sobre o desenvolvimento do Seridó, contribuindo, inclusive na organização do Território da Cidadania do Seridó, cabendo-lhe o papel de apoio na articulação das atividades;

- *Organizações endógenas*: neste estudo, são consideradas aquelas que se localizam no Seridó e exercem o papel de organizar as comunidades e executar projetos, que acontecem em sua maioria com organizações parceiras.

Outro fator que deve ser levado em consideração é a questão do poder, expressa principalmente pela capacidade das organizações de se relacionar com os governos e de poder exercer suas ideologias políticas. Neste aspecto, nota-se que

as organizações pesquisadas, em sua maioria, se posicionam em uma linha ideológica que aprova o desenvolvimentismo de Estado, ou seja, uma maior participação do governo nas questões ligadas ao desenvolvimento.

Essa análise se encaixa no que Bordieu (2004) chama de *habitus*, que é ao mesmo tempo um sistema de produção de práticas e um sistema de percepção e apreciação das práticas. Para essas organizações, a possibilidade de estarem mais presentes na definição, na elaboração e na execução das grandes políticas públicas é considerada uma conquista recente, pois o Brasil, em especial o semiárido, ainda sofre com a concentração de poder nas mãos de grupos políticos, que se revezam no poder e não tem interesse em mudar a realidade local, muito menos alterar a relação de forças em seus redutos eleitorais.

Nas atividades dos Territórios da Cidadania, é possível observar um tipo de disputa entre os representantes das prefeituras municipais e os representantes das organizações da sociedade civil organizada. Em alguns momentos, os prefeitos e seus representantes deixam de participar das reuniões, em uma tentativa de não legitimar as decisões tomadas nas reuniões e nos fóruns deliberativos do Território da Cidadania.

A forma como as organizações vêm estruturando o seu *habitus* não está livre dos antagonismos, pois, para Bordieu (2004), o mundo social pode ser dito e construído de diferentes maneiras, de acordo com diferentes princípios de visão e divisão. No Seridó, a tensão entre os grupos ligados ao poder municipal e as organizações da sociedade civil é bem visível, mas, não se pode afirmar que exista uma estratégia de enfrentamento, de um ou de outro lado. Ao que parece, as disputas estão mais vinculadas à conquista e à execução de recursos, principalmente no que se refere à aplicação de projetos vindos do Governo Federal.

5.2.2 O relacionamento entre as organizações no Campo Organizacional

Interpretando os dados coletados junto às organizações que trabalham com o desenvolvimento no Seridó Ocidental, pode-se perceber que existe uma rede de contato entre elas, expressa, principalmente, na participação em espaços e fóruns de articulação, como o Colegiado do Território da Cidadania, na Articulação do Semiárido (ASA) ou nos conselhos regionais dos quais muitas delas também são participantes.

Além da participação nesses espaços já estruturados e com caráter oficial, também foi possível observar, nas respostas aos questionários e na entrevista, que existe uma série de conexões entre essas organizações que torna possível a troca de informações, mesmo fora dos espaços formais de discussão e reunião, podendo acontecer a formação de conceitos e a definição de apoios e arranjos organizacionais necessários à construção de um cenário favorável aos objetivos das mesmas.

Um fato que chamou a atenção na estrutura das organizações foi a forte influência de fatores externos na fundação, na descrição do estatuto, na definição dos objetivos e na forma de atuar das mesmas. Nesse sentido, o entrevistado representante da ADESE afirmou que é comum observar um rearranjo dos estatutos sociais nas organizações em decorrência da necessidade de elas se adequarem a novas exigências legais ou de participação em editais. Dessa forma, a mudança de estatuto passa a ser muito mais uma necessidade de adequação às exigências externas do que uma reflexão baseada por motivações internas.

Essa atenção aos documentos e a necessidade de definir, legalmente, a organização são características que, segundo Scott (1995), direcionam uma ênfase maior no pilar regulativo, que é descrito pelas regras, leis e sanções, sendo, assim, indicadores significativos e representativos desse tipo de pilar institucional.

Os representantes do SEBRAE, da ASA e da Cáritas reforçam que, muitas vezes, as comunidades solicitam apoios para a legalização e formalização de documentos internos das suas organizações e que, nesse processo, ainda é comum verificar a utilização de modelos prontos, que, muitas vezes, são pensados para serem amplos e os mais genéricos possíveis, ou seja, que sejam capazes de adequar as realidades internas com o maior número de oportunidades externas.

Ainda segundo Scott (1995), nesse tipo de pilar regulativo, os mecanismos de coerção são bem aparentes, e, no caso das organizações pesquisadas, uma das evidências disso é que, para sobreviver e ter acesso a editais e, conseqüentemente, a recursos, é necessário se submeter às exigências e ao poder de outras organizações, principalmente externas ao Seridó.

Outro fator importante que deve ser levado em consideração, é que as organizações pesquisadas estão articuladas e suas ações e posicionamentos se refletem entre elas, podendo ser descritas como redes, que se articulam horizontal e verticalmente, a fim de alcançar seus objetivos e defender seus interesses.

A restrição de recursos financeiros foi levantada pelo PDHC, pela Cáritas e pela Diaconia como um ponto crítico. Os entrevistados dessas organizações afirmam que a diminuição de recursos financeiros de organizações estrangeiras tem se caracterizado como um problema que vem se agravando nos últimos anos, e isso se explica pela recente crise econômica mundial e pela considerável melhoria da economia brasileira nesse mesmo período.

Essa conjuntura mundial de crise, associada ao momento favorável na economia brasileira, tem sido um obstáculo para a captação de recursos para os projetos dessas organizações, e isso acaba refletindo inclusive em um problema de legitimidade junto às organizações parceiras, que passam a não contar com esses recursos financeiros para solucionar seus problemas.

Essa dificuldade de manutenção das atividades e a forte dependência de recursos externos demonstram uma vulnerabilidade de grande parte das organizações investigadas, que, segundo Scott (1991), pode variar de acordo com as incertezas e com a dependência de recursos. Desta forma, nota-se que, no grupo investigado, todos vêm sofrendo com as mudanças ambientais devido a um quadro de mudanças, que reflete diretamente na forma de poder e de financiamento das organizações, o que tem sido visto como uma ameaça para várias organizações.

Analisando o relacionamento entre as organizações, nota-se, através das falas dos respondentes, que é forte a aproximação entre elas, havendo uma boa interação entre os participantes. Essa característica é observada por Silva e Gonçalves (1999) quando descrevem as condições de incerteza e dependência, considerando que o fato de haver uma maior interconexão entre as organizações pode afetar diretamente as incertezas do ambiente.

Entretanto, o cenário não é de homogeneidade, e algumas lideranças disseram ter pouco relacionamento, ou relacionamento apenas eventual com outras organizações. Percebe-se que essas organizações são mais passivas e esperam ser convidadas, mas que, sempre que possível, participam das atividades em conjunto, ou seja, não rejeitam a parceria, mas sua estratégia tem sido mais reativa do que proativa; podendo, também, ser aquelas que ainda estão em processo de institucionalização.

Nesse sentido, esse isolamento que também é percebido entre as organizações que trabalham com o desenvolvimento do Seridó, deixam claro que, mesmo em um ambiente similar, em um campo organizacional com características parecidas, é possível verificar diferenças consistentes entre as organizações, conforme pode-se observar na fala de um dos entrevistados.

A organização X atua de maneira isolada, mas na medida do possível participa das reuniões (LÍDER DA ORGANIZAÇÃO X, 2012).

Na tentativa de analisar as interações entre as organizações, perguntou-se se as organizações do Seridó eram mais parceiras ou concorrentes, e as respostas foram que as dificuldades de relacionamento levantadas geralmente se referem a problemas pontuais ou de estrutura interna para participar das atividades.

Entre as organizações que responderam que havia mais parceria, nota-se que o sentimento de pertencimento ao Seridó é um dos motivos que levam a isso. Outra questão levantada é a noção de complementariedade, ou seja, a percepção de parceria acontece porque, provavelmente, as disputas por espaços ou por poder estão acontecendo em dimensões diferentes, e não diretamente, caso onde a concorrência seria o padrão esperado. Essa percepção corrobora o que é descrito por Souza (2012, p. 113): “o poder é algo inerente à ação, que é explicitamente exercido por um agente sobre outro e depende dos recursos de que pessoas ou organizações dispõem”. Como afirma os entrevistados,

São mais parceiras, se complementam, as instituições não invadem a área das outras. (LÍDER DA ORGANIZAÇÃO B, 2012).

São parceiras, não há disputa, todos os grupos vão juntos atrás de recursos. (LÍDER DA ORGANIZAÇÃO C, 2012).

Alguns, porém, responderam que havia concorrência e, conseqüentemente, uma disputa pela dominação dos recursos, o que leva a uma análise pelo domínio institucional. Sendo assim, esse domínio leva em conta os princípios gerais que configuram os sistemas de significação, dominação e legitimação social (SILVA; GONÇALVES, 1999). Sendo assim, a disputa por informação privilegiada, os interesses pessoais das lideranças e a possível entrada de novas organizações nesse espaço geram concorrências, ou seja, disputas por poder no domínio da ação, e por dominação, no domínio institucional.

De modo a entender como se dão essas parcerias, perguntou-se para os representantes das organizações se eles já tinham recebido formações, recursos ou financiamentos de outras organizações, fossem elas públicas, fossem privadas ou da sociedade civil organizada (Terceiro Setor).

A partir das respostas obtidas nos questionários e entrevistas, buscaram-se também indícios de um processo de homogeneização das organizações, que, segundo DiMaggio e Powell (1991), pode ser conceituado como isomorfismo institucional, que se dá através do isomorfismo coercitivo, mimético e normativo.

Nas falas a seguir, nota-se que a percepção da escassez e da concentração dos recursos deixa mais aparente as contradições e as diferenças entre as organizações.

São mais concorrentes. Com relação principalmente à informação. (LÍDER DA ORGANIZAÇÃO D, 2012).

São mais concorrentes, elas defendem o seu, existem interesses pessoais que sobressaem e pode ser o financeiro. (LÍDER DA ORGANIZAÇÃO E, 2012).

Sendo assim, ao analisar os dados, pode-se perceber que a transmissão de conhecimentos através de cursos e formações foi algo representativo para os respondentes e que se pode caracterizar, inclusive, como uma estratégia de isomorfismo mimético, em que as organizações oferecem aos parceiros, treinamentos e outros tipos de capacitações.

A entidade faz capacitação e existe a capacitação da juventude, técnico agrícola em Jundiá, do SEAPAC, do INCRA, MDA, do SENAI, os resultados são bons (LÍDER DA ORGANIZAÇÃO U, 2012).

Para Souza (2012, p. 119), “todo indivíduo ou organização necessita de recursos para sobreviver e crescer”. Nesse sentido, é comum as organizações receberem recursos de outras organizações; entretanto, pode-se observar, nas organizações estudadas, que o maior número de parcerias tem acontecido para o fornecimento de formações através de cursos, treinamentos e qualificações e um menor número em recursos financeiros ou materiais.

No tocante à doação de recursos materiais e financeiros, nota-se que este foi um fator pouco citado, o que merece um maior aprofundamento em outros estudos, pois, em primeiro lugar, isso pode ser decorrente de uma grande retração dos recursos no ambiente externo e, em segundo, um maior direcionamento dos recursos para um menor número de organizações.

No que se refere ao isomorfismo normativo, buscou-se conhecer como as parcerias eram vistas pelas organizações e se havia diferenças entre as organizações públicas, privadas e do terceiro setor, se estavam localizadas dentro e fora do Seridó, bem como se a profissionalização caracterizada por essas organizações podia influenciar e gerar mudanças internamente.

Notou-se, pelas respostas, que os respondentes das organizações investigadas percebem diferenças entre as organizações de dentro (endógenas) e de fora (exógenas) do Seridó. Aspectos como organização, fatores culturais e métodos de trabalho são levantados como características que diferenciam as organizações.

As organizações são diferentes, as organizações maiores parecem ter mais conhecimento (LÍDER DA ORGANIZAÇÃO A, 2012).

No exterior o pessoal é mais metódico, mais em cima de normas e regras, é importante a diferença para o aprendizado (LÍDER DA ORGANIZAÇÃO C, 2012).

Diante desses depoimentos, pode-se observar que para as Lideranças que participaram da pesquisa existem diferenças na forma de trabalhar das organizações parceiras, mas elas consideram que essas diferenças vão sendo resolvidas com o passar do tempo, que existe um esforço mútuo para que as arestas sejam reduzidas e que as organizações possam realizar seus trabalhos. É uma troca de experiência que gera aprendizado tanto nas organizações exógenas como nas endógenas: “As

organizações têm sua cultura, mas aqui chegam, elas se regionalizam. A empresa formatada tem característica caicoense, o moderno não acaba com o tradicional, ele convive com o tradicional” (LÍDER DA ORGANIZAÇÃO E, 2012).

Esse isomorfismo mimético estimula a homogeneização dos conceitos, dos valores, e o processo de institucionalização, apoiando a consolidação de algumas organizações, como aquelas capazes de servir de referência para as demais. Dessa forma, oferece a legitimação necessária para que possam ser definidas as organizações que terão maior ou menor poder no campo organizacional.

No que se refere ao isomorfismo coercitivo, é possível observar que, para realizar algumas mudanças no campo organizacional do desenvolvimento no Seridó, algumas organizações se utilizam de seu poder para elaborar regras, leis e sanções, assim como descreve Scott (1995), de modo que a base de legitimação é o legalmente sancionado.

Cabe salientar que as organizações estudadas estão vivenciando mudanças no que se refere às políticas públicas para o desenvolvimento do semiárido, na estruturação de redes e de fóruns, e isso vem alterando a forma de entender diversos problemas da região e de agir na superação deles.

Uma das principais construções conceituais que hoje vêm ganhando espaço nas estratégias de desenvolvimento do semiárido é a afirmação de que se deve conviver com o semiárido e não combater a seca. Esta forma de pensar estimula uma nova percepção da realidade e abre uma gama de possibilidades para a otimização dos esforços no desenvolvimento do semiárido.

Dessa forma, os grupos ou organizações que defendem políticas paliativas e que se aliam aos grupos conservadores, que ainda detêm o poder de mando por meio das prefeituras de muitos municípios do semiárido, estão, agora, sendo pressionados para se adaptarem à perspectiva da convivência e não do combate à seca.

Nesse sentido, os embates vêm acontecendo, e o isomorfismo coercitivo e o normativo ainda são reflexos de ações e de ideias vindas de fora do Seridó. Mesmo caracterizando-se como ideias inovadoras e com grande potencial para a mudança positiva da realidade, não se pode afirmar que a sociedade local esteja totalmente convencida disso.

Esta análise demonstra que o campo organizacional onde atuam as organizações que trabalham com o desenvolvimento no Seridó está em um

processo avançado de institucionalização. As organizações estão aumentando a extensão das suas interações e notam-se disputas de poder envolvendo, principalmente as organizações públicas (prefeituras, órgãos de governos estaduais e federais) e as organizações sem fins lucrativos, que buscam ampliar suas esferas de poder ou de manutenção de um *status quo*.

As trocas de informações estão aumentando significativamente, são realizadas constantemente reuniões, são distribuídos materiais informativos impressos, e através da internet, estão se formando verdadeiras redes de discussão sobre as temáticas do desenvolvimento. Para algumas organizações, essa tem sido a maior contribuição das organizações parceiras.

Por fim, o termo “desenvolvimento” ainda não está consolidado; existem vários conceitos e opiniões que remetem a ideologias que precisam ser trabalhadas antes da definição do que, de fato, deve-se entender por desenvolvimento.

5.3 A legitimidade do desenvolvimento no Seridó Ocidental

A legitimidade será aqui estudada através da perspectiva dos representantes das organizações que trabalham com o desenvolvimento. Para este estudo, partiu-se do princípio de que as organizações são componentes importantes de uma sociedade e que elas refletem diversos aspectos culturais, valores, mitos, códigos morais, éticos. Por isso, conhecer as opiniões e pontos de vista das pessoas que atuam nas organizações que trabalham com o desenvolvimento é importante para se analisar esse fenômeno, elas possuem uma *expertise* que as torna mais preparadas para responder às questões mais específicas sobre a dinâmica do campo organizacional a que elas pertencem.

Por outro lado, alguns cuidados devem ser tomados. Esse profundo conhecimento do assunto pode viesar a coleta dos dados, os respondentes podem omitir informações importantes ou relatar os casos e situações com filtros que distorçam a realidade. Para evitar essas distorções, foi necessário pensar um questionário que preservasse o anonimato do respondente, e, no momento das respostas, estas seriam complementadas e checadas em partes diferentes do questionário. No caso de dúvida ou de mal-estar em responder a alguma questão, permitiu-se que ela não fosse respondida.

Na análise dos dados coletados nos questionários e entrevistas, pôde-se perceber uma boa representação empírica da abordagem feita por Scott (1995), destacando-se as influências diretas na estabilidade, coerência e significado do comportamento social. Para o autor, as instituições são transportadas por diferentes meios: cultura, estrutura e rotinas. Nesse sentido, uma forma de compreender melhor as instituições é observar como estão definidos os pilares regulativo, normativo e cognitivo em meio ao campo organizacional estudado.

No que se refere à legitimidade, segundo Scott (1995), esta aparece fortemente relacionada com o grau de apoio cultural que obtém a organização. Nessa perspectiva, entender a realidade local através das dimensões culturais torna possível uma análise mais acertada de como estão legitimadas as organizações e, em especial, a “instituição” desenvolvimento.

Para melhor compreender esse fenômeno, também foram estudadas as questões de identidade e de poder que influenciam as pessoas, bem como as questões culturais locais, que podem contribuir no entendimento dos assuntos relacionados com a legitimidade no Seridó Ocidental do Rio Grande do Norte.

No quadro 12, observa-se uma sistematização que ajuda a compreender a questão da legitimidade. Estes dados se referem ao que, na opinião dos respondentes, tornava uma organização legítima e aceita em uma comunidade.

Dimensões	Termos
Legitimidade regulativa	Mostrar resultados para os órgãos parceiros
	Cumprir o estatuto
	Cumprir as leis
	Ter uma boa gestão
	Trabalhar pelos objetivos propostos
	Utilizar recursos de forma honesta
	Divulgar as ações
Legitimidade normativa	Tratar bem as pessoas
	Credibilidade
	Ética
	Seriedade
	Compromisso
	Ser honesto
Legitimidade cognitiva	Trazer benefícios para a comunidade
	Estar sempre ouvindo a comunidade
	Solucionar os problemas da comunidade
	Atender às demandas da comunidade
	Lutar pela melhoria da qualidade de vida

Quadro 12 – Descritores apresentados sobre a legitimidade das organizações
Fonte: pesquisa de campo (2012).

A partir desses dados, mesmo que em alguns casos as dimensões tenham termos que sejam parecidos ou que poderiam se encaixar em um ou outro tipo de legitimidade, foi possível observar, nas três dimensões, aspectos importantes para se conhecer melhor a percepção das pessoas que atuam nas organizações que trabalham com o desenvolvimento, o resultado das suas ações ou como a sociedade as avalia.

Na dimensão da legitimidade regulativa, nota-se que as respostas destacam bem o ponto de vista legal e o tipo de postura que as organizações têm que ter para não sofrer penalidades. O pilar regulativo tem uma ênfase maior na fixação de regras, nas ações de sanção e coerção. Essas regras podem ser formais ou informais e se apresentam através de costumes ou leis. Esse pilar tem como elementos centrais a força, o temor e o oportunismo (SCOTT, 1995).

No pilar cognitivo, consideram-se os indivíduos e as organizações como realidades socialmente construídas, com distintas capacidades e meios para a ação, e objetivos que variam de acordo com seu contexto institucional (SCOTT, 1995). Na dimensão da legitimidade cognitiva, foi possível perceber um tipo de postura voltada para os objetivos pelos quais as organizações foram criadas e para o tipo de respostas elas têm que dar para a comunidade, pois, de certa forma, elas seriam representantes das comunidades.

Por fim, a dimensão normativa tem uma relação muito próxima com as questões culturais, com normas e valores, e tem nos aspectos éticos e morais as principais referências. O pilar normativo, segundo Scott (1995), apresenta as concepções do preferível e do desejado junto com a construção dos princípios com os quais estruturas e comportamentos existentes podem ser comparados e avaliados. A acreditação indica o mecanismo de funcionamento da organização.

Nessa perspectiva, conhecer as identidades e como elas influenciam na legitimação das organizações e nos processos de institucionalização é algo que ajuda no melhor conhecimento da realidade de um campo organizacional, neste caso especial, do Seridó.

Com relação à dimensão cultural, Santos (1986, p. 7) afirma que a “cultura diz respeito à humanidade como um todo e, ao mesmo tempo, a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos. Cada realidade cultural tem sua lógica interna”. Ainda segundo Santos (1986), é necessário relacionar a variedade de

procedimentos culturais com os contextos em que são produzidos. Deve-se buscar conhecer a lógica interna de cada realidade cultural para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam.

Vale salientar que a cultura é um tema complexo e que não será objeto principal desta pesquisa, mas com certeza receberá a atenção devida, pois, sem sombra de dúvidas, é um conceito que qualifica o estudo sobre as questões de identidade e de legitimidade.

5.3.1 A legitimidade cognitiva do desenvolvimento no Seridó Ocidental

A legitimidade cognitiva está intimamente relacionada com o que as organizações representam para a sociedade. Organizações públicas, privadas e privadas sem fins lucrativos, para serem legítimas, precisam dar respostas compatíveis com o que é esperado delas pela sociedade.

Na formação histórica e cultural dos habitantes do Seridó, foram sendo construídos valores que podem ajudar a entender como essa região tem conseguido alguns resultados positivos, mesmo com as adversidades geográficas e, principalmente, climáticas. *“A formação religiosa do seridoense ainda hoje interfere nas decisões das pessoas... A lógica da caridade, da solidariedade ainda é forte.”* (Entrevistado A, 2012).

Neste ponto, as análises corroboram a opinião de Jan Pieterse (1996), para quem a cultura local é peça-chave para o desenvolvimento, destacando inclusive a necessidade de se manter os aspectos culturais que são típicos de determinado local, evitando a padronização.

Na fala de alguns respondentes, é possível observar um sentimento de pertencimento muito grande ao local. Em alguns casos, eles chegam a afirmar que são realmente “bairristas” e que gostam do local onde vivem.

Segundo as respostas, o seridoense se descreve com as seguintes palavras: corajoso, destacado, lutador, autônomo, tem tradições, fechado ao novo, povo hospitaleiro, acolhedor, prestativo, receptivo. *“O seridó é elogiado, é um povo hospitaleiro, com produtos reconhecidos, queijo, carne de sol.”* (Líder da Organização F, 2012).

As tradições, festas, artesanatos e comidas também demonstram o que é ser seridoense, tendo realmente grande destaque na região os produtos que têm origem nesse local, especialmente o bordado, a carne de sol e o queijo.

Como afirma Moncayo Jimenez (2002), o compromisso cívico consiste em um alto grau de identificação dos cidadãos com os interesses da comunidade em que vivem. Patriotismo, solidariedade, virtudes cidadãs são aqui conceitos centrais. O compromisso cívico se manifesta através da associação, ou seja, a propensão dos cidadãos em participar de associações que buscam o bem comum. As virtudes encontradas na fala dos participantes desta pesquisa também reforçam o que o autor afirma.

O Seridó é um espaço geográfico que tem características bem marcantes de clima, relevo e vegetação. O terreno pedregoso, com muitas rochas, é bastante comum. A vegetação de caatinga, muito devastada na época da cultura do algodão, agora sofre com o desmatamento e com a mineração, e as dificuldades hídricas ainda persistem. O ano é dividido entre meses chuvosos e meses secos, e, periodicamente, acontecem as grandes secas, que podem resultar em anos sem chuvas.

Registros de secas são frequentes, e as pessoas que habitam o semiárido sabem dessas condições. Os primeiros moradores da região marcavam em cavernas e nas pedras as mudanças que a região sofria, mas foi com o colonizador europeu que o registro se tornou mais efetivo. Os índios tinham características nômades, e o europeu quis se fixar e replicar o modelo que ele conhecia. Isso foi determinante para se entender os desafios naturais do semiárido, e, na medida em que a população aumentava, as consequências das secas puderam ser reconhecidas em toda a sua essência.

Para diminuir os efeitos das secas, foram construídos grandes reservatórios de água, canais e adutoras, foram perfurados poços e grandes recursos foram e ainda continuam sendo investidos para disponibilizar água e alimento para a população nos períodos de maior estiagem.

Cabe destacar que o semiárido brasileiro não é homogêneo, existem diversas microrregiões com características geográficas, climáticas, de relevo, solo e vegetação bem distintas. Só isso já seria suficiente para afirmar que fórmulas usadas para desenvolver uma microrregião do semiárido não necessariamente seriam adequadas para outra microrregião, e, quando são colocados os aspectos

humanos, nas mais diversas dimensões, a generalização das soluções se mostra pouco eficiente.

Nesse sentido, o Seridó, apesar das características gerais que se apresentam pelo fato de pertencer ao semiárido do Nordeste brasileiro, tem características bem peculiares, que o tornam específico. O seridoense desenvolveu suas estratégias próprias para viver nesse espaço e isso influenciou o seu modo de ver o mundo, a sua cultura, a sua identidade e o seu modo de ser. De acordo com essa perspectiva, Anjos (2012) descreve identidade cultural como sendo a ideia de pertencimento a um determinado grupo social, o que pressupõe compartilhamento de traços culturais, costumes, valores e crenças.

Segundo Castells (2010), identidade é o processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou, ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado. Sendo assim, o seridoense se ampara em um processo histórico, em que vários fatores e momentos críticos foram influenciando as percepções das pessoas, no que se refere aos seus valores, seus mitos, suas formas de ver o mundo.

Complementando essa afirmação, Froehlich e Vendruscolo (2012) afirmam que o conceito de identidade pressupõe, mesmo que inconscientemente, a ideia de um “eu” e “outro”, ou seja, as minhas perspectivas de mundo e as perspectivas dos outros, e, sendo assim, existe uma possibilidade de conflito ou de disputa de poder.

No que se refere à construção da identidade, Hall (2008, p. 109) afirma que:

As identidades são construídas dentro e não fora do discurso e é preciso compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.

O autor complementa afirmando que as identidades também emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e, por isso, são mais o resultado da marcação das diferenças e da exclusão do que de uma unidade naturalmente constituída, de uma identidade em seu significado natural (HALL, 2008).

Nesse sentido, os descritores constantes no quadro 13 apresentam, em três grandes dimensões, como os respondentes desta pesquisa percebem a identidade do seridoense. Considerando-se as características das pessoas, dos produtos locais

e das festividades, pode-se ter uma visão melhor de como as pessoas que trabalham com organizações que promovem o desenvolvimento percebem os aspectos culturais e de formação das pessoas que habitam o Seridó.

Dimensões	Termos
Produtos locais	Bom artesanato (bordado)
	Gastronomia (carne de sol, queijo)
Características das pessoas	Alegres
	Cuidadasas
	Corajosas
	Lutadoras
	Autônomas
	Fechadas ao novo
	Interioranas
	Bairristas
	Educadas
	Hospitaleiras
Festividades	Tranquilas
	Carnaval
	Festas religiosas (Festa de Sant'Ana)

Quadro 13 – Descritores apresentados sobre a identidade do seridoense
Fonte: pesquisa de campo (2012).

Como se vê, a construção da identidade cultural do seridoense se deu através dos ciclos produtivos do gado e do algodão, da religião, que se expressa nas festas dos santos padroeiros, da presença sentida até hoje dos judeus e holandeses protestantes, que ali encontraram refúgio, do índio e do negro que ajudaram a compor esse caldeirão.

A primeira dimensão trata dos produtos locais. Para as pessoas que responderam à pesquisa, o bom artesanato é um descritor que ajuda a entender a identidade do seridoense. Nessa dimensão, enquadram-se, perfeitamente, os bordados que ali são produzidos, vendidos para todo o Brasil e até exportados, sendo motivo de orgulho para o seridoense saber que esses trabalhos são reconhecidos e utilizados na decoração e na indústria da moda.

A produção de bonés também tem destaque na região, e o Seridó, em especial a cidade de Caicó, caracteriza-se por ser um dos maiores polos boneleiros do Brasil. A região se adaptou a esse novo tipo de assessorio, mas sempre se destacou na produção de chapéus, principalmente do tradicional chapéu de couro do vaqueiro nordestino, que teve seu auge no ciclo do gado, em que o couro dos animais abatidos tinha uma variedade de utilidades, desde o vestuário (chapéus, bolsas, sandálias, gibões), passando pela construção de móveis (cadeiras,

tamboretetes, camas, baús), até outros artigos de trabalho (selas, arreios, chicotes etc.).

Outra questão que compõe essa dimensão é a gastronomia, também identificada como um aspecto cultural importante para o Seridó. Nesse ponto, pode-se destacar a carne de sol e o queijo, itens que remetem também ao ciclo do gado, em que o aproveitamento do leite e da carne e a necessidade de criar formas de armazenar os produtos incentivaram a criação de algumas receitas locais, que tornaram esses produtos feitos no Seridó conhecidos pela qualidade. Também existem tipos de bolachas e doces que são tradicionais.

Com relação aos selos de origem, ou à criação de indicações geográficas para alguns produtos, esse aspecto ainda é algo que está sendo discutido, mas nota-se que já existem organizações com interesse em trabalhar com produtos que tenham “identidade cultural”.

As festividades também aparecem como um grande fator de identidade cultural, sendo que as festas religiosas são aquelas que se destacam, podendo-se observar, nesse período festivo, o retorno de muitas pessoas que saíram para outras cidades.

Esse momento de comemoração aproxima as famílias, que se organizam para rever aqueles que foram morar longe. Nos meses que antecedem a festa, são feitas reformas nas casas, a igreja é pintada e todos os preparativos são feitos para as festividades, que se dividem em momentos religiosos, com a realização de missas em homenagem ao santo ou à santa padroeira, novenas, missas em memória dos antepassados e a realização de batizados, já que muitos padrinhos estavam fora e vieram para a festa.

A parte popular geralmente inclui eventos para arrecadação de dinheiro para as obras da Igreja. São feitos bailes, jantares, leilões, bingos e rifas. A juventude também tem seus espaços e contribui para a organização da festa, sendo sempre destacada a importância de os jovens participarem, para haver a renovação das equipes e o prosseguimento desse momento importante para a identidade cultural do Seridó.

A festa de Sant’Ana em Caicó é uma das mais festejadas da região, sempre conta com um grande número de participantes, atrai muitos turistas e tem aumentado enormemente a sua estrutura, inclusive com eventos paralelos, como feiras de artesanatos, produtos e serviços do Seridó.

Essa festividade tem uma grande relação com o mito criador da cidade de Caicó. Segundo consta, um vaqueiro saiu atrás de um animal perdido e, sem encontrá-lo, ele foi se afastando do caminho conhecido, o que o levou a se perder. No momento de maior angústia, já quase sem forças devido à fome, à sede e ao cansaço, ele prometeu fazer uma capela em homenagem a Sant'Ana, a mãe da Virgem Maria, caso ele conseguisse sair daquela dificuldade. Pouco depois, ele se deparou com um poço, com água abundante, e encontrou o animal perdido. Cumprindo sua promessa, construiu uma capela perto desse poço e, a partir daí, começou a se formar a vila que deu origem à cidade de Caicó.

O carnaval também atrai muitas pessoas para a região, com festividades em quase todas as cidades. Caicó também se destaca nesse evento e tem se orgulhado de fazer uma festa capaz de atrair muitos foliões sem perder a tranquilidade.

No que se refere às características que identificam o seridoense, os respondentes destacaram vários adjetivos, entre os quais a alegria, a hospitalidade, a tranquilidade e a educação do povo são referências que apresentam um lado positivo da identidade seridoense, que remete ao contato com as outras pessoas e com a vontade de aproveitar bem as coisas boas da vida.

As características que definem o seridoense como cuidadoso, corajoso, lutador e autônomo já indicam tratar-se de alguém que precisa lutar para alcançar seus objetivos e que não se intimida com as adversidades, mesmo que, para isso, não tenha a quem recorrer.

Já a afirmação de ser fechado ao novo, interiorano e bairrista, em um primeiro momento, remete a aspectos negativos, demonstrando uma dificuldade do seridoense em se adequar aos aspectos ditos “modernos” e “globalizantes”. Entretanto, defender a forma de ser local não é, necessariamente, ruim, mas algo que ajuda a manter a cultura local e preservar a identidade de uma sociedade.

A legitimação do desenvolvimento, então, passa por essas questões. A identidade de um povo, neste caso o seridoense, pode perceber a instituição desenvolvimento como um fator favorável e apoiá-la, legitimando-a. Por outro lado, pode considerá-la estranha à sua realidade e, assim, resistir, não legitimando-a. Nesse sentido, Castells (2010) fala de identidade de resistência, que é criada por atores que se encontram em condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência.

.5.3.2 A legitimidade normativa do desenvolvimento no Seridó Ocidental

A legitimidade normativa descreve as questões morais que permeiam uma instituição, aqui, a consciência enquadra o que é ou não aceito. No caso estudado, é possível observar nos discursos uma série de construções sociais que norteiam as ações e o processo decisório das pessoas que compõem o campo organizacional do desenvolvimento do Seridó.

As obrigações de cada um desses setores passaram por uma série de modificações nos últimos anos; hoje se espera da iniciativa privada uma responsabilidade e um compromisso maior com a comunidade, promovendo, por exemplo, projetos de responsabilidade social e ambiental. Das organizações da sociedade civil, assim como das do setor público, espera-se um bom uso dos recursos, de modo a realizar bem sua missão, realizando, para isso, uma gestão eficiente, eficaz e efetiva.

Para Green (2009, p. 21), “a interação entre indivíduos, famílias, comunidades e estados pode abrir caminhos para a conquista de direitos, segurança e prosperidade ou condenar comunidades à vulnerabilidade e à pobreza”. O autor afirma, ainda, que “estados efetivos se referem a um poder público capaz de garantir um crescimento econômico inclusivo, que possa ser responsabilizado pelo usufruto de direitos por parte dos seus cidadãos e garanti-los”.

Nesse sentido, o setor público, que antes era o principal responsável por planejar, agir e controlar, teve que descentralizar seu poder administrativo em busca de legitimação, delegando para as esferas regionais e locais algumas atribuições que eram exclusivas do Estado-Nação (CASTELLS, 2010).

No decorrer deste estudo, foram levantados alguns descritores de desenvolvimento (Quadro 14) que ilustram como as pessoas que trabalham nas organizações que atuam no Seridó percebem os fatores mais importantes para se alcançar o desenvolvimento. Nesta pesquisa, não foram levantadas prioridades, e as respostas foram dadas espontaneamente à pergunta: “Na sua opinião, o que é desenvolvimento?”

Dimensões	Termos
Social	Conhecimento
	Bem-estar da comunidade
	Progresso
	Saúde
	Educação
	Cultura
	Aprendizado
	Inovação
	Tecnologia
Ambiental	Meio ambiente
Econômica	Indústria
	Emprego e renda

Quadro 14 – Descritores do desenvolvimento levantados na pesquisa

Fonte: pesquisa de campo (2012).

As pessoas que participaram da pesquisa demonstraram, pelas suas respostas, que as questões relacionadas com os aspectos sociais são as mais lembradas e que podem ser aquelas que precisam ser mais bem atendidas nos projetos de desenvolvimento. Dessa forma, a legitimidade pode estar associada ao modo como essas dimensões são atendidas e como elas se relacionam com os aspectos culturais e com a identidade do seridoense.

Também se percebem, nas respostas, alguns termos que estão na dimensão social e que tratam da necessidade de se resolver algumas urgências relacionadas com a exclusão social de muitas pessoas que vivem no semiárido brasileiro, como, por exemplo, a pouca disponibilidade ou baixa qualidade dos serviços básicos, como saúde, educação, trabalho e segurança, que refletem diretamente nos baixos indicadores da região.

Na dimensão social, aparecem termos como “conhecimento”, “aprendizado”, “inovação” e “tecnologia”. Esses termos mostram a necessidade de a comunidade local se enquadrar nos padrões da sociedade em rede, que aproxima o local das questões globais (CASTELLS, 2010). Para isso, é importante acompanhar os avanços tecnológicos e ter conhecimento para inovar e ser ativo nessa dinâmica.

Alguns destaques também são vistos nos indicadores de desenvolvimento da região, sendo que, no IFDM, mesmo com uma média ainda baixa, nas dimensões sociais, que refletem as questões da escolaridade e da saúde, ela tem tido um bom desempenho, ficando a desejar nas questões relacionadas à economia e à geração de emprego. Dessa forma, pode-se perceber que, quando se fala de pilar cognitivo,

existe um interesse das pessoas que vivem no Seridó em manter seus valores sociais.

Na dimensão econômica, a geração de emprego não pode ser considerada menos importante, e, como possível resposta a essa necessidade, a indústria ainda é lembrada como o tipo de organização capaz de gerar os empregos necessários para movimentar a economia, transformando matérias-primas em produtos acabados com maior valor agregado. Essa lógica, de certa forma, está associada ao mito neossaint-simoniano descrito por Morin (1984), segundo o qual as sociedades que atingirem o estágio industrial vão reduzir seus antagonismos, os seus conflitos e as suas desigualdades extremas, garantindo aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode conceber.

Na dimensão ambiental, o meio ambiente aparece como um descritor de desenvolvimento. Nessa região que, constantemente, sofre com os problemas ocasionados pela seca, saber aproveitar os recursos disponíveis e criar estratégias de convivência com o semiárido e com a seca pode ser determinante na legitimação das organizações e dos conceitos de desenvolvimento que são implantados no Seridó.

Ainda sobre a dimensão ambiental, nota-se que, durante muito tempo, o meio ambiente foi considerado um adversário das pessoas que habitavam o semiárido; para muitas delas, a seca era um mal que precisava ser combatido. Com relação à mata nativa, a caatinga era considerada um tipo de vegetação que tinha pouco valor e que precisava ser retirada e, se possível, substituída por outros tipos de plantas exóticas, mais valorizadas, como a algaroba, planta de origem africana que foi trazida para o local por se adaptar bem a climas secos e fornecer alimento para os animais.

Hoje, esse tipo de abordagem que valorizava o combate à seca está caindo em desuso, e os efeitos dessas batalhas não foram tão favoráveis ao ser humano, de modo que atualmente fala-se em convivência. Para isso, foi necessário reunir todo o conhecimento gerado pelas comunidades para aproveitar os recursos e, assim, propor novas tecnologias e inovações para se alcançar melhores resultados nesse tipo de ambiente.

Por outro lado, esse tipo de abordagem ainda é recente, e ainda é possível observar propostas de desenvolvimento que estimulam práticas econômicas pouco adaptadas ao semiárido, com o desmatamento e exposição do solo aos fatores

climáticos, a retirada de madeira para as olarias, a cerâmica e a exploração das mineradoras. Essas práticas vêm aumentando a vulnerabilidade do Seridó à desertificação.

A abordagem que leva em consideração a ecologia e a sustentabilidade é bem trabalhada no conceito de desenvolvimento sustentável, que, segundo Cazella (2012), tem vários fatores que exigem articulação, tais como: o conhecimento dos diversos ecossistemas e seu potencial de uso, a limitação do consumo de combustíveis fósseis e dos recursos não renováveis, o incentivo à reciclagem dos recursos e o incentivo à busca de tecnologias menos poluentes, além da criação de regras visando à proteção ambiental.

Dessa forma, no estudo da legitimidade do desenvolvimento, nas mais diversas abordagens, deve-se levar em consideração que a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder, formando, assim, um tipo de identidade legitimadora, que dá origem a uma sociedade civil, com organizações e instituições que, mesmo conflitantes, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural (CASTELLS, 2010).

Na fala dos respondentes, evidencia-se o sentimento de união e compromisso das pessoas com a defesa do Seridó.

São mais parceiras, são muito bairristas, quando se juntam em um ponto. Todos se juntam para alcançar. (Líder da Organização J, 2012).

Existem as discussões dos objetivos, mas quando eles têm um objetivo em comum eles trabalham em parceria. (Líder da Organização Z, 2012).

Através da análise desses pilares, nota-se que, no Seridó, o desenvolvimento tem características de uma instituição, sendo que a comunidade local tem um senso de comprometimento social e cria as condições para que os seus valores, crenças e demais construções sociais sejam mantidos e levados em consideração na hora de se discutir aonde o Seridó pode chegar.

5.3.3 A legitimidade regulativa do desenvolvimento no Seridó Ocidental

No Seridó, a legitimidade regulativa das organizações relacionadas com o desenvolvimento também vem sofrendo forte influência dessa redefinição do Estado-Nação, sendo que as políticas de desenvolvimento promovidas recentemente, após a redemocratização, têm um discurso mais relacionado com a participação da comunidade do que aquelas que eram adotadas no período militar.

Naquele período, o poder estava muito centralizado, o Brasil vivia uma ditadura e a maioria dos programas de desenvolvimento obedecia a uma lógica que estava sendo implantada na época e que ficou conhecida como o Milagre Econômico. Nesse momento, grandes obras estruturantes foram implantadas e o Estado assumiu o papel de indutor do crescimento, que, mesmo tendo tido vários resultados favoráveis, mostrou-se concentrador, aumentando as desigualdades sociais entre pobres e ricos e entre as regiões.

As análises feitas por Bursztyn (2008) descrevem um processo de legitimação dos projetos de desenvolvimento realizados no Nordeste brasileiro, nos anos 70 e 80, no qual o poder central utilizava-se do clientelismo e do paternalismo para fazer uso do poder dos coronéis junto às comunidades locais. O autor também destaca que, com o passar do tempo, os técnicos das agências de desenvolvimento, fossem eles da esfera pública (por exemplo, Emater, bancos, universidades etc.), fossem de organizações sem fins lucrativos (como ONGs, associações, cooperativas etc.), passariam a disputar com os “coronéis” o poder de conseguir recursos e de promover os projetos na região.

As pessoas que incorporam esse título de “coronel”, mesmo que não aceitem serem chamadas como tais, ainda assombram muitas comunidades do Nordeste brasileiro, em especial do semiárido, pois, como afirma Bourdieu (2004, p. 163),

as relações objetivas de poder tendem a se reproduzir nas relações de poder simbólico. Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais exatamente, pelo monopólio da nomenclatura legítima... Assim, os títulos de nobreza, bem como os títulos escolares, representam autênticos títulos de propriedade simbólica que dão direito às vantagens de reconhecimento.

Esse poder dos “coronéis”, durante muito tempo, possuiu uma identidade legitimadora, que, segundo Castells (2010, p. 24), “é introduzida pelas instituições

dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais”. Por outro lado, segundo o autor, há também a identidade de resistência, que é criada pelos atores que se encontram em posições desvalorizadas pela lógica da dominação, construindo trincheiras de resistência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições.

Para Castells (2010), para buscar a transformação de toda a estrutura social, ou seja, alterar uma identidade legitimadora, os atores sociais podem se utilizar de uma identidade de projeto, ou seja, quando estes se utilizam de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance para construir uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade.

Dessa forma, as organizações investigadas nesta pesquisa atuam em um campo organizacional em que ainda é possível observar a força de algumas famílias poderosas, que resistem em perder poder sobre vários aspectos da comunidade, principalmente na gestão de recursos e do poder político.

No caso do Seridó do Rio Grande do Norte, as organizações que compõem o campo organizacional do desenvolvimento descrevem, nas respostas aos instrumentos de pesquisa, as formas como o pilar regulativo influencia a dinâmica das organizações.

Inicialmente, as organizações destacam que existe uma exigência “cartorial” para se confirmar a existência de uma organização. Elas precisam ter atas registradas em cartório, precisam de registros na Receita Federal, através do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), além de estatutos que comprovem suas finalidades, entre outras exigências que podem aumentar de acordo com o interesse da organização em participar de financiamentos públicos.

Analisando esse caso, pode-se perceber que esses tipos de regras, mesmo sendo necessárias para os controles governamentais, interferem na dinâmica do desenvolvimento, pois excluem do processo algumas formas de organização que não preenchem esses requisitos, mas poderiam contribuir fortemente no melhor entendimento da realidade das comunidades mais excluídas.

Outra situação que perpassa as regras estabelecidas é a abordagem das práticas organizativas, que são descritas por Appendini e Nuijten (2008) como distintas ações e estratégias de que as pessoas fazem uso para se manter e desenvolver sua subsistência cotidiana e seus projetos de vida, como pode ser observado na fala a seguir: *“Aqui existe um grupo de mães, que não está*

formalizado, mas elas estão se organizando e elas trabalham muito para conseguir as coisas.” (Entrevistado A, 2012).

Os órgãos fiscalizadores possuem uma força muito grande. Os relatórios, a forma de aplicação de recursos e a prestação de contas são uma preocupação constante nas organizações entrevistadas. Para eles, o excesso de burocracia dificulta a democratização dos projetos, que acabam ficando só com as organizações que possuem maior conhecimento técnico e melhor estrutura para gerenciá-los.

Além disso, a estrutura, para manter a burocracia do projeto, muitas vezes retira recursos que seriam mais bem aplicados se fossem colocados a favor das comunidades, retirando recursos humanos e materiais do objetivo final do projeto, a exemplo do que é comentado na fala a seguir: *“Quando nós fazemos uma parceria com uma organização local, nós passamos um tempo lá, treinando as pessoas para elas usarem a nossa metodologia, senão depois fica difícil controlar.”* (Entrevistado B, 2012).

Prosseguindo nessa dimensão regulativa, nota-se que muitas dessas regras e leis são criadas fora do local onde atuam as organizações. Muitas vezes, as pessoas que elaboram as diretrizes e as grandes políticas têm que pensar em algo que seja aplicável nas mais diversas regiões do país. Porém, as características continentais do Brasil, somadas às complexidades locais, tornam-se um empecilho às organizações e suas ações de desenvolvimento.

Nesse sentido, a Constituição de 1988 consolidou algumas leis que estão ajudando no processo de ampliação da cidadania e da democratização do poder, pois, com a implantação dos conselhos municipais (Tutelar, de Educação etc.), têm sido criados espaços onde é possível discutir diversos temas importantes para a localidade, e, mesmo que eles ainda não tenham alcançado o grau de maturidade e independência em vários municípios, já se pode afirmar que aconteceram avanços significativos.

A experiência dos Territórios da Cidadania, programa ligado ao Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, também vem produzindo efeito na redistribuição de forças no Seridó, pois, nesse programa, são formados colegiados que se reúnem periodicamente para discutir diversos temas de interesse da sociedade, promovendo uma gestão social no Território da Cidadania do Seridó.

A gestão social no âmbito territorial acontece a partir da organização construída para a realização da discussão, debate, planejamento, organização social e econômica, implantação, monitoramento e avaliação das políticas públicas introduzidas por meio das estratégias de desenvolvimento. Dessa forma, significa gerir interesses colocando-os em negociação com o objetivo de compartilhar o poder de decisão entre o Estado e a Sociedade Civil, sobre as ações que visam o desenvolvimento territorial. (NUNES; GONDIM; NUNES, 2012, p. 14).

Como as reuniões são promovidas com a participação de vários membros representativos dos Territórios da Cidadania, nem sempre o ambiente é tranquilo e podem acontecer divergências e conflitos, que, de certa forma, são positivos e servem para amadurecer as instituições democráticas locais. Além disso, um impacto direto desses colegiados é a perda de poder dos gestores municipais, que passam a ter que discutir com a sociedade civil o direcionamento de recursos e das políticas públicas.

Por outro lado, as organizações que se opõem aos gestores municipais em termos ideológicos e políticos tentam ganhar espaço nas organizações que estão representadas no colegiado dos Territórios, podendo dispor de um espaço para continuar defendendo suas posições políticas.

Outras questões também aparecem como indutoras de processos de mudança no Seridó. Duncan Green (1999) afirma que um processo de mudança, seja em âmbito nacional, seja local, envolve uma combinação de quatro elementos diferentes: contexto, instituições, agentes e eventos. No local em que as mudanças ocorrem, os agentes são as organizações e os indivíduos, as instituições são as regras e as normas formais ou informais que regem o comportamento dos agentes e, por fim, os eventos são ocorrências que podem gerar mudanças em determinados locais, como desastres ambientais, conflitos, eleições, entre outros.

Nesse sentido, o desenvolvimento no Seridó está trilhando um caminho mais democrático e, mesmo com a resistência das antigas lideranças políticas, já se nota um processo de mudança. A falta de protagonismo local na elaboração e implantação de algumas ações pode dificultar o comprometimento com o bom resultado dessas iniciativas que visam ao desenvolvimento, fato ilustrado nesta resposta: “Às vezes a gente vai para as reuniões e só sabe o que tem que fazer quando chega lá... Tem tido muita conversa e a gente tá ficando cansado de tanto blá-blá-blá.” (Entrevistado C, 2012).

As mudanças nas regras também influenciam no processo de institucionalização do desenvolvimento, pois, no decorrer da história, as organizações responsáveis por planejar e executar o desenvolvimento no Brasil, através de meios coercitivos, forçaram conceitos junto às comunidades, que ficaram arraigados e que nem sempre se desinstitucionalizam facilmente.

Dessa forma, apesar de, em alguns casos, os processos participativos permitirem algumas mudanças, um desenvolvimento democrático não necessariamente acontecerá, pois existe uma grande incerteza sobre os resultados dessas mudanças. Para Silva e Gonçalves (1999), no caso da sociedade brasileira, a forte tradição patrimonialista, associada aos longos períodos autoritários durante seu período de formação sociocultural, tem conferido especial destaque aos mecanismos coercitivos de manutenção e transformação social.

Utilizando mecanismos coercitivos, o pilar regulativo demonstra como a institucionalização do desenvolvimento no Seridó pode ser mais bem interpretada. As organizações são compostas por pessoas que já vivenciaram uma série de experiências que visavam ao desenvolvimento da região.

É importante destacar que o pilar regulativo descreve uma realidade ainda de coerção e de excesso de poder por parte de alguns atores que compõem o campo organizacional do desenvolvimento do Seridó. São exemplos disso: as regras, leis e diretrizes de políticas públicas que não respeitam a realidade local e ditam condições, muitas vezes, excludentes para a participação de organizações locais. Além disso, o poder econômico de algumas organizações é exercido direcionando seus recursos para aquelas outras organizações que aceitarem os modelos propostos.

Nesse sentido, o desenvolvimento como instituição está em um campo organizacional onde há um desequilíbrio de forças entre os atores e, apesar do favorável ambiente institucional, ainda existem aspectos incutidos na cultura local que geram alguns contratempos nos processos de mudança para a institucionalização de uma proposta de desenvolvimento mais democrático e justo.

5.4 O processo de institucionalização do desenvolvimento

Nos estudos sobre o desenvolvimento, tem surgido uma série de trabalhos que apresentam a importância das instituições para o desenvolvimento, sendo muito comum associar o estágio do desenvolvimento de um local com a quantidade ou qualidade das instituições existentes. Neste trabalho, sugere-se uma perspectiva diferente de análise. Aqui o foco é analisar a institucionalização do termo “desenvolvimento” e entender o processo de sedimentação desse conceito junto a uma comunidade.

A institucionalização, como o próprio nome diz, busca tornar algo institucionalizado, ou seja, algo que será tipificado. Nesse caso, “a tipificação envolve o desenvolvimento recíproco de definições compartilhadas ou significados que estão ligados a estes comportamentos habituais” (TOLBERT; ZUCKER, 1999, p. 204).

O objetivo deste tópico é conhecer e analisar como está acontecendo o processo de institucionalização do desenvolvimento entre as organizações que compõem o campo organizacional do desenvolvimento do Seridó Ocidental. Fez-se, inicialmente, um levantamento dos dados obtidos na pesquisa documental e nas respostas dos questionários e das entrevistas, e estas foram separadas em categorias de análise, de acordo com o tema abordado pelos entrevistados. Após essa etapa, fez-se uma análise entre o aporte da teoria e o que se coletou na pesquisa.

Na análise das informações coletadas na bibliografia especializada e nos documentos e dados oficiais, verifica-se que, durante muito tempo, o Seridó, assim como todo o semiárido, vem sendo alvo de inúmeras ações, que prometem o desenvolvimento da região e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Esses projetos formaram, no decorrer da história, um rico conjunto conceitual, repleto de definições e estratégias que surgem, muitas vezes, como milagrosas, mas nem sempre alcançam os objetivos propostos.

Como suporte teórico para a análise desse processo, foram utilizados os preceitos sugeridos por Tolbert e Zucker (1999), nos quais são descritos os principais fatores determinantes na variação dos níveis de institucionalização. Os estágios da institucionalização podem ser observados no quadro 15.

Processo	Habitualização	Objetivação	Sedimentação
	Pré-institucionalização	Semi-institucionalização	Institucionalização total

Quadro 15 – O processo de institucionalização

Fonte: adaptado de Tolbert e Zucker (1999).

Os resultados apresentados a seguir indicam uma situação em que o conceito de desenvolvimento e as organizações investigadas estão ainda em processo de institucionalização, inclusive com características de desinstitucionalização e pré-institucionalização. As mudanças que vêm ocorrendo nas dimensões sociopolíticas, econômicas e ambientais têm criado as condições ideais para se rever alguns conceitos. Neste caso em especial, foi possível identificar importantes características que definem o seridoense. Valores como educação, solidariedade e valorização do local podem significar um diferencial capaz de influenciar, positivamente, em momentos de mudança.

Neste trabalho, foi possível observar que o campo organizacional estudado tem um número grande e heterogêneo de atores que trabalham com o desenvolvimento, caracterizando-se, assim, como um fator relevante para este estudo. São organizações públicas, privadas e da sociedade civil organizada que se comprometem a realizar projetos de desenvolvimento no Seridó.

Verificou-se que o campo organizacional ultrapassa as limitações geográficas e que as organizações, mesmo estando localizadas a algumas centenas de quilômetros, relacionam-se e recebem influências mútuas. Esse relacionamento entre as organizações é um fator que chamou a atenção nesta pesquisa.

Destaca-se também o fato de, entre as organizações investigadas, existirem organizações que têm uma estrutura bem definida e pode-se dizer que estão em um estágio bem avançado de gestão, contando com um bom número de colaboradores e possuindo recursos adequados para realizar seus objetivos.

No outro extremo, estão pequenas organizações, sem quadro funcional definido, que vêm se mantendo com muita dificuldade, cujos dirigentes, muitas vezes, precisam dispor de recursos próprios para a execução das atividades da organização. Em alguns momentos, organizações vizinhas têm muita dificuldade para se relacionar devido à fragilidade de suas estruturas físicas e dos poucos recursos disponíveis.

Também foram identificadas organizações que são apenas escritórios executores e que têm pouca liberdade para tomar decisões; geralmente, o relacionamento delas com as outras organizações é limitado, não havendo grandes margens para ação sem a consulta prévia às instâncias superiores.

Nesse sentido, pode-se afirmar que é um grande desafio coordenar esforços em um cenário tão complexo e heterogêneo como este em análise, e, mesmo com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, em alguns casos as organizações têm limitações inclusive de recursos para manter seus telefones funcionando ou para comprar passagens ou combustível para os deslocamentos.

Outro dado importante é o fato de que, no campo organizacional das organizações que trabalham com desenvolvimento no Seridó, não existe um consenso sobre o que seja desenvolvimento. Esse termo, apesar de muito debatido, parece ainda estar em processo de institucionalização.

Segundo Tolbert e Zucker (1999), a institucionalização também pode ser observada em graus diferentes, de modo que, quando uma institucionalização é alta, a transmissão da ação, a manutenção desta ação e sua resistência à mudança também são altas, sendo o contrário também verdadeiro.

5.4.1 O processo de institucionalização através dos projetos e ações de desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento apresentado pelas organizações não está, literalmente, enquadrado nos conceitos teóricos de desenvolvimento. Pode-se notar, nas respostas, que a questão de desenvolvimento para as organizações assume um contexto mais prático, mais aplicado, em que o ato de desenvolver está intimamente relacionado com o ato de resolver problemas urgentes das comunidades.

Com base nessas análises, pode-se perceber que o termo “desenvolvimento” vem passando por um processo de desinstitucionalização para um processo de pré-institucionalização, ou seja, mais uma vez, o ambiente trouxe inovações que tornaram necessária a reorganização dos conceitos de desenvolvimento, pois, historicamente, diversas foram as abordagens sobre o que era e como se poderia avançar no processo de desenvolvimento.

Nesta análise sobre os fatores que podem influenciar no processo de institucionalização, deve-se levar em consideração o fato de que o Governo Federal

brasileiro assume um papel estratégico na gestão das políticas de desenvolvimento. Nesse sentido, nota-se que, nos últimos quarenta anos, muitas abordagens e ações foram testadas, com várias vertentes ideológicas servindo de base para a elaboração e implantação dos planos de desenvolvimento. Nos quadros a seguir, é possível observar as ações propostas pelos projetos de desenvolvimento dos anos 70 até os dias atuais.

No quadro 16, que se refere aos anos 70 e 80, percebe-se que o Estado assumia uma presença mais autoritária. Era um período de ditadura militar e, neste caso, tal como na descrição weberiana, o papel assumido pelo Estado era de detentor do monopólio da violência simbólica legítima, violência que se via extremada pela situação da época (BORDIEU, 2004). Nesses projetos, nota-se, além da centralização do poder pelo Governo Federal, um discurso que remete à modernização, ao crescimento econômico e à ocupação das áreas inexploradas do norte do Brasil.

Projetos de desenvolvimento nos anos 70 e 80	Principais ações trabalhadas
PoloNordeste	Fixação do homem a terra; Modernização da economia; Criação de polos geradores de desenvolvimento; Modernização das atividades agropecuárias.
Projeto Sertanejo	Aumento da resistência dos estabelecimentos rurais; Construção de barragens e açudes; Criação de infraestrutura para pequenos e médios agricultores; Estabelecimento de polos.
Plano de Integração Nacional	Transferência do excedente de mão de obra para o norte do Brasil; Ocupação de áreas isoladas.
Plano de Desenvolvimento Industrial	Fortalecimento industrial do Nordeste; Formação de complexos industriais integrados; Integração entre a transformação industrial e agropecuária;
Frentes de emergência	Ações paliativas contra os efeitos da seca através da abertura de estradas, construção de açudes e barragens.
Formação de conselhos e fóruns	Criação de mecanismos da sociedade civil para organização e controle social.

Quadro 16 – Projetos de desenvolvimento para o Nordeste nas décadas de 70 e 80

Fonte: elaborado pelo autor (2013).

Em 1975, após um projeto piloto realizado em 1973 no Rio Grande do Norte e apoiado pelo Banco Mundial, foi criado o Projeto PoloNordeste, do Governo Federal, que tinha como ideia central a criação de alguns polos rurais de desenvolvimento espalhados estrategicamente na região Nordeste. Sua meta era fixar o homem na

terra e modernizar a economia, tendo como objetivo central: “promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias, transformando progressivamente a agropecuária tradicional do Nordeste em moderna economia de mercado” (BURSZTYN, 2008, p. 155).

Para Bursztyn (2008), a ideia central do Projeto Sertanejo era aumentar a resistência dos estabelecimentos agrícolas contra os efeitos das secas em algumas áreas estrategicamente selecionadas para desempenhar o papel de polos de desenvolvimento. Para isso, seriam construídas barragens e açudes e infraestrutura de irrigação, podendo ser beneficiários pequenos e médios proprietários, além de produtores sem terra.

Também foram implantados programas que visavam transferir pessoas do Nordeste para servir de mão de obra em outras regiões, em especial para a região Norte do país. O Plano de Integração Nacional (PIN) tinha esse objetivo; ele visava a resolver o problema da mão de obra no Norte transferindo a mão de obra excedente do Nordeste.

Por outro lado, Bourdieu (2004) afirma que, na luta pela imposição da visão legítima do mundo social, os detentores de uma autoridade burocrática nunca obtêm um monopólio absoluto, mesmo quando aliam a autoridade da ciência à autoridade burocrática. Comprovando essa premissa, muitas críticas foram feitas a esses planos, pois não houve uma mudança transformadora na dinâmica social da região Nordeste e, em alguns casos, apenas se transferiram os problemas sociais para outros locais.

Muitas críticas também foram feitas à Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste. Criada para ser um órgão capaz de planejar e coordenar os esforços de desenvolvimento na região Nordeste, foi responsável por inúmeros projetos. No seu auge, ajudou a consolidar bases produtivas na região, entretanto suas conquistas acabaram ficando concentradas em locais específicos e nas mãos de alguns grupos privilegiados.

Com a redemocratização do Brasil na década de 80, surgem novas possibilidades de participação social. A Constituição garante uma série de avanços para que as pessoas pudessem ser mais cidadãs e, assim, serem mais atuantes nas questões de interesse comunitário.

Nesse sentido, o pilar regulativo, que era o mais visível no campo organizacional do desenvolvimento, foi dividindo o espaço com os pilares cognitivos

e miméticos, o que acarretou em um formato diferente na forma de agir de várias organizações, apoiando o protagonismo e a maior participação das pessoas nos processos de desenvolvimento. A década de 90 do século XX começava com uma redução do tamanho do Estado.

Nota-se, também, que nesse período existia uma grande influência das definições de desenvolvimento sustentável, principalmente com relação aos fatores propostos na Agenda 21, um dos maiores legados da Conferência das Nações Unidas à Rio 92, em que fatores como a identidade, a cultura e os interesses das comunidades locais são valorizados e considerados ingredientes básicos na gestão do desenvolvimento sustentável.

Projetos de desenvolvimento na década de 90	Principais ações trabalhadas
Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável Comunidade Ativa	Articulação entre os governos Federal, Estadual e Municipal, junto com a iniciativa privada; Garantia de uma agenda de desenvolvimento sustentável local; Formação de um pacto de desenvolvimento local para atender às prioridades do município; Definição das ações de cada um dos parceiros.
Farol do Desenvolvimento	Agentes de desenvolvimento articulam e mobilizam comunidades em torno de vocações econômicas; Realização de treinamentos e capacitações.
Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda	Elaboração de planos de negócios; Apoio à comercialização; Apoio à organização produtiva das comunidades.
Programa Sebrae de desenvolvimento local	Promoção do protagonismo local; Foco na geração de emprego e renda; Criação de um fórum de desenvolvimento local; Realização de capacitações em planejamento participativo e gestão compartilhada do desenvolvimento local; Apoio aos pequenos empreendimentos existentes e criação de novos.

Quadro 18 – Projetos de desenvolvimento para o Nordeste na década de 90

Fonte: elaborado pelo autor (2013).

Esses valores aparecem na análise dos dados, mostrando que as dimensões econômicas, políticas, culturais, institucionais, ecológicas e ambientais fazem sentido e podem bem conceituar o desenvolvimento. Isso pode ser explicado pela quantidade de informação que foi lançada nos meios de comunicação e também pelo grande esforço que foi feito pelos governos nas décadas passadas, logo após a Eco-92, para se legitimar esses conceitos. Como se pode observar nas palavras de um entrevistado, o desenvolvimento: “*Tem a ver com o crescimento, evolução, num sentido amplo: econômico, cultural, ambiental, todos os aspectos.*” (Líder da Organização E, 2012).

No final dos anos 1990, o modelo neoliberal estava enfraquecido, a diminuição do tamanho do Estado não foi capaz de dar todas as respostas que a sociedade precisava, e, assim, ganharam espaço propostas que defendiam uma maior participação dos governos na solução das demandas sociais.

Nos anos 2000, mesmo com a maior participação dos governos nas ações de desenvolvimento, o protagonismo conquistado com a redemocratização não diminuiu as atividades das organizações sociais e, em alguns casos, até ampliou a redistribuição de forças nos espaços locais.

Projetos de desenvolvimento dos anos 2000 aos dias atuais	Principais ações trabalhadas
Projeto Fome Zero	Atuação integrada dos ministérios possibilita ação planejada e articulada com melhores possibilidades de assegurar o acesso à alimentação; Expansão da produção e do consumo de alimentos saudáveis; Geração de ocupação e renda; Melhoria na escolarização, nas condições de saúde, no acesso ao abastecimento de água, tudo sob a ótica dos direitos de cidadania.
Programa Territórios da Cidadania	Promoção do desenvolvimento econômico; Universalização dos programas básicos de cidadania.
Programa Brasil sem Miséria	Garantia de renda; Inclusão produtiva; Inclusão em serviços públicos; Aumento da produção dos agricultores; Qualificação de mão de obra.
Política Nacional de Desenvolvimento Regional	Redução das desigualdades regionais; Dinamização das regiões; Distribuição das atividades produtivas no território.
Projeto de Integração do Rio São Francisco	Assegurar a oferta de água para 12 milhões de pessoas.

Quadro 19 – Projetos de desenvolvimento para o Nordeste dos anos 2000 aos dias atuais
Fonte: elaborado pelo autor (2013).

Atualmente, está-se usando muito o conceito de desenvolvimento territorial, principalmente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, entretanto não se pode afirmar que ele esteja institucionalizado; pelo contrário, seria mais coerente afirmar que ele se encontra também em um estágio de pré-institucionalização, não sendo possível perceber uma homogeneização nem uma sedimentação desse conceito.

Uma possível explicação para isso pode ser a novidade do conceito. Enquanto o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável, junto com a ecologia, foram bem mais trabalhados nas décadas passadas, o conceito de desenvolvimento territorial aparece mais recentemente e ganha destaque com a crise do modelo neoliberal. Essa terminologia foi se difundindo nos anos 2000 e,

com a eleição de Lula, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário passa a utilizá-lo de forma mais ampla.

Quando feita a pergunta sobre o entendimento das pessoas acerca dessas mudanças conceituais, a resposta do Líder da Organização X (2012) é bem esclarecedora, ele afirma que: “*Umas percebem e outras não, o aspecto econômico ainda é muito usado, e o conceito de desenvolvimento sustentável vem mudando isso.*” (Líder da Organização X, 2012).

Alguns exemplos que ilustram essa diversidade de conceitos podem ser vistos nas falas a seguir sobre o que é desenvolvimento:

É o crescimento de uma região com base na riqueza natural e conhecimento da população.(Líder da Organização A, 2012).

Desenvolvimento é tudo o que faz alguém ou a cidade crescer. (Líder da Organização B, 2012).

Procurar no setor, no campo, na área rural. Procurar políticas públicas para o homem do campo crescer. (Líder da Organização D, 2012).

Atingir a melhoria da qualidade de vida das pessoas em vários aspectos sociais, envolvendo principalmente a geração de renda como motor desse desenvolvimento. (Líder da Organização M, 2012).

Tudo é a tecnologia, desenvolvimento associado a tecnologia. (Líder da Organização G, 2012).

O desenvolvimento do Seridó está avançando junto com outras instituições do município, esse elo de articulação entre as organizações é importante para o bom desenvolvimento. (Entrevistado A, 2012).

Nota-se, então, a pouca vinculação entre os conceitos debatidos sobre o desenvolvimento e as questões práticas vivenciadas pelas pessoas e pelas organizações. Isso pode ser algo preocupante, pois as grandes políticas que são discutidas nacionalmente e que levam em consideração conceitos e vários debates ideológicos não têm chegado à base, nas comunidades.

Neste caso em especial, nota-se, nas respostas dos participantes da pesquisa, que o termo “desenvolvimento” pode estar sofrendo um processo de desinstitucionalização e que outro processo de institucionalização talvez esteja acontecendo, como se houvesse uma renovação das ideias através do choque entre perspectivas estabilizadas (TOLBERT; ZUCKER, 1999).

Os meios de comunicação influenciam na difusão do conhecimento e hoje realmente existe uma maior possibilidade de as pessoas se informarem, seja pela imprensa, como rádio, TV, jornais e revistas, seja através de reuniões, palestras ou pela internet. Isso tem influenciado o conhecimento das mudanças, entretanto a aplicabilidade desses conceitos parece ser algo distante para muitas pessoas que responderam a esta pesquisa.

Um fator interessante que apareceu nas análises foi a associação do desenvolvimento com o conhecimento, com o aprendizado e com a educação, tornando-se, estes, valores básicos capazes de influenciar o desempenho de uma comunidade. Esses valores se aproximam do conceito de desenvolvimento como liberdade, expresso por Sen (1999, p. 10):

A importância intrínseca da liberdade humana em geral, com o objetivo supremo do desenvolvimento, é acentuadamente suplementada pela eficácia instrumental de liberdades específicas na promoção das liberdades de outros tipos. Os encadeamentos entre diferentes formas de liberdades são empíricos e causais, e não constitutivos e compositivos.

As análises feitas por Bursztyn (2008) em meados dos anos 80 já descreviam uma superposição de diferentes políticas e agências na região, inclusive com a necessidade de legitimação das ações promovidas, com ênfase na utilização do clientelismo e paternalismo pelo poder central junto às comunidades locais e através dos “coronéis”, que representariam o poder local.

Esse tipo de desenvolvimento, durante muito tempo, foi sendo institucionalizado na região, e o processo de desinstitucionalização que aqui está sendo descrito deve levar em consideração esse fato. Apesar de muitos resultados positivos, estes não foram suficientes para mudar velhas estruturas locais que impedem mudanças mais profundas na região (BURSZTYN, 2008).

Para Kentenich (1999, p. 86),

o homem como ser social deve crescer numa comunidade. O indivíduo é levado pela comunidade, assim como ele leva a comunidade. A comunidade dá ao indivíduo segurança e amparo, mas também um controle consequente.

Nesse sentido, a sociedade civil foi criando estratégias de enfrentamento de uma realidade imposta. Um exemplo disso é o caso da construção de cisternas pela Articulação do Semiárido (ASA), que foi desenvolvendo e criando um modelo de mobilização social, de resgate da cidadania e de controle social. Esse processo inclusive serviu de base para o Governo Brasileiro na construção de políticas de intervenção no semiárido.

O representante da ASA esclarece que a convivência com o semiárido é o DNA do programa. Em 1999, organizações de vários tipos se juntaram pelo compromisso com o semiárido e o fio condutor foi a temática da água, pois esta sempre foi moeda de troca na região.

Como afirmam Tolbert e Zucker (1999), para a reversão do processo de institucionalização, será necessária uma grande mudança no ambiente, que poderá permitir a um grupo de atores sociais, cujos interesses estejam em oposição à estrutura, opor-se-lhe conscientemente ou explorar suas fraquezas.

O tempo necessário para sedimentar os novos conceitos é relativo, sendo que a institucionalização total do termo “desenvolvimento” pode ser algo inalcançável. Dessa forma, é importante entender esse processo de institucionalização e suas consequências para a sociedade, já que muitos recursos são envolvidos e faz-se necessário que, urgentemente, o semiárido alcance um patamar relevante de qualidade de vida e de sustentabilidade econômica para os milhões de pessoas que ali habitam.

5.4.2 O desenvolvimento no Seridó Ocidental: Uma instituição em construção

No decorrer deste trabalho, foi possível observar que, na descrição do desenvolvimento, é comum a utilização de termos relacionados com as instituições de uma sociedade, para delimitar e identificar quais são os itens que devem ser valorizados ou que devem balizar a legitimação do desenvolvimento.

Entretanto, o próprio termo “desenvolvimento” assume características de uma instituição, ou seja, valores, regras, mitos, heróis, e uma série de componentes

subjetivos reforça o tipo de percepção que as pessoas têm do que é ou não desenvolvimento.

Nesse sentido, ao buscar entender melhor esse processo de institucionalização do desenvolvimento, verificou-se que seria necessário estabelecer uma metodologia para esta análise. Sendo assim, delimitou-se um campo organizacional, verificou-se a relação entre os componentes deste campo, buscou-se conhecer as formas de legitimação da instituição desenvolvimento e, por fim, o processo de institucionalização do desenvolvimento neste campo organizacional. Ao final de cada uma das etapas da investigação, foi se criando um cenário que ajudava a entender como acontecia a institucionalização do desenvolvimento em um campo organizacional.

No decorrer da pesquisa, alguns pontos se mostraram críticos. A pesquisa precisava registrar as respostas e as opiniões de atores diversos, espalhados em vários municípios, e às vezes os contatos eram articulados por outras organizações, o que poderia gerar alguns vieses indesejados.

As soluções para resolver esses problemas foram surgindo no decorrer da pesquisa. Um exemplo disso foi o entendimento de que, no campo organizacional do desenvolvimento no Seridó, haveria uma maior concentração de organizações nas cidades-polo e que a restrição de organizações nas cidades pequenas já poderia ser considerada um resultado para a pesquisa. A forma institucionalizada de desenvolvimento naquele local, principalmente nas cidades pequenas, direcionava a organização social para a formação de cooperativas e associações, e estas nem sempre se mantinham atuantes, pois a sua formação era resultado de alguma necessidade específica, como a conquista de recursos junto a órgãos de fomento.

Algumas organizações informais, ou seja, sem registros em cartórios ou em órgãos públicos, também se fizeram presentes nesta pesquisa. Por vezes, essas organizações, mesmo não tendo o seu registro formal, mostravam-se legítimas para as pessoas da comunidade, pois estavam discutindo e atuando na resolução de problemas locais. Esse tipo de protagonismo desvinculado de uma estrutura formal se apresenta como terreno fértil para o fortalecimento das instituições e da cidadania, impactando no desenvolvimento do local.

Nesse sentido, ao estudar as organizações e as instituições em campo organizacional tão complexo como o do desenvolvimento, deve-se prestar atenção às construções sociais que podem estar naquele local e que não necessariamente

estão claras e na superfície; deve-se apurar o olhar para os indícios mais sutis e, assim, enriquecer a coleta dos dados.

Ao tentar entender as dimensões ligadas à legitimidade das organizações, foi possível observar que o contexto cultural, em especial as identidades das comunidades, reflete-se um tipo de percepção mais ou menos otimista do desenvolvimento, dependendo de como a pergunta é feita, do momento econômico ou do nível de instrução do respondente. Sendo assim, optou-se por levantar os dados todos de uma vez, sem criar espaços prolongados entre as aplicações de entrevistas e questionários, além de construir grupos de temas comuns para analisar os dados, utilizando as falas específicas como ilustração de um ponto de vista e nunca como generalização de uma ideia.

As respostas demonstraram uma percepção muito favorável às questões de identidade local, destacando-se, também, uma percepção bem positiva do que caracterizaria o seridoense. Essa visão otimista das identidades locais chamou a atenção nas respostas, pois, ao se tratarem de municípios que apresentam baixo dinamismo econômico e problemas sociais relacionados com a saúde e a educação, esperava-se que a opinião dos representantes das organizações fosse mais crítica ao comportamento das pessoas.

Na discussão sobre a institucionalização do desenvolvimento, verificou-se que existe um número elevado de conceitos e de percepções sobre o que é e como deve se chegar ao desenvolvimento. As teorias do desenvolvimento comprovam isso. Entretanto, para as organizações locais, dominar o conceito exato e saber as diferenças entre cada um dos conceitos parece não ser muito importante. Para elas, o que importa é o resultado e como os seus problemas serão resolvidos.

Existem algumas possíveis explicações para esse desinteresse, uma delas remete ao fato de que, durante muito tempo, as políticas de desenvolvimento vieram de cima para baixo, sem se levar em consideração as peculiaridades locais, muito menos criar espaços para o protagonismo das pessoas na construção de propostas apropriadas à sua realidade. O autoritarismo, a coerção e o excesso de poder por um dos lados deixou marcas no comportamento das pessoas.

A transição para um tipo de proposta de maior participação social nas questões relacionadas ao desenvolvimento é, de certa forma, bem recente e também começou em um período complicado de reestruturação do Estado brasileiro. As crises dos anos 80, associadas com às propostas neoliberais, fizeram

com que as organizações buscassem ocupar esse espaço, mas a ausência de recursos e a falta de preparo das pessoas para essa nova realidade dificultaram a expansão do protagonismo local nesse período.

Com base nessas percepções, espera-se que, no Seridó Ocidental, o campo organizacional do desenvolvimento, ao receber essas influências do ambiente externo, possa construir uma proposta local que ajude a interagir melhor com as oportunidades criadas e, assim, resolver melhor os problemas do ambiente interno.

Esta pesquisa não teve como foco a comparação entre um campo organizacional ou outro nem teve a pretensão de medir o nível de desenvolvimento. Neste estudo, buscou-se entender o processo que ocorre em um cenário específico, no qual o desenvolvimento deveria ser um alvo comum a todas as organizações. Entretanto, as relações não são sempre construtivas, e algumas disputas internas podem gerar transtornos para o desenvolvimento do local.

Vale a pena destacar que a disputa ideológica, o contraditório, o debate de ideias são algo imprescindível em ambientes democráticos, então, o que se deve evitar é a concentração de poder em um ou outro lado, de modo que se restrinja a capacidade das pessoas de participarem do processo expondo seus pontos de vista.

O cenário que se encontra no Seridó é de um campo organizacional onde o desenvolvimento está sendo debatido e onde, mesmo recebendo influências externas, as identidades locais estão sendo guardadas. Não é possível afirmar quais serão as consequências disso a médio e longo prazo, mas, sem sombra de dúvidas, hoje as organizações locais estão fazendo o seu papel e construindo uma base mais firme para as mudanças futuras.

6 CONCLUSÕES

O estudo do fenômeno do desenvolvimento é um terreno rico e com grande potencial para novas pesquisas. O caminho não está totalmente trilhado, mas o desafio de pavimentar conhecimentos capazes de contribuir na construção do avanço científico e no consequente embasamento teórico para novas tecnologias sociais e políticas públicas é um forte estimulante para não se abater em face das dificuldades.

Durante toda a estruturação da tese, diante dos diversos textos consultados, o referencial teórico já indicava a necessidade de aprofundar o conhecimento em

direção às instituições representadas através das regras, valores, normas sociais e significados compartilhados, pois estes aspectos são tidos como importantes para se alcançar melhores resultados, fossem nas organizações, fossem nas comunidades.

Diante disso, foi comum observar trabalhos que tentavam associar determinadas instituições com o sucesso ou não de uma comunidade. Nesta tese, foi possível avançar um pouco mais, e, através de análises que levaram em consideração a importância das instituições, da institucionalização e da legitimação do desenvolvimento, pode-se trazer novas perspectivas para o estudo dessa temática.

O próprio termo “desenvolvimento” é polêmico, e existem inúmeros adjetivos que o complementam. Fala-se em desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano, desenvolvimento econômico, desenvolvimento territorial, desenvolvimento local, desenvolvimento local sustentável, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento holístico, entre tantos outros que muitas vezes são encontrados na literatura e no dia a dia das comunidades e das organizações.

Mas, quando se fala de desenvolvimento, não se tem um tipo padrão de desenvolvimento máximo que se deve alcançar. Existem alguns valores universais que são aceitos, como a questão da liberdade, do acesso à saúde, à alimentação, moradia, à educação, e nesse caminho alguns indicadores tentam ilustrar o que se espera do desenvolvimento.

Diante disso, optou-se por não trabalhar com nenhum tipo específico de desenvolvimento, sendo também um dos desafios desta pesquisa analisar a institucionalização do conceito de desenvolvimento. Nesse sentido, a pergunta de pesquisa que se buscou responder foi: como se dá o processo de institucionalização e legitimação do desenvolvimento no Seridó do Rio Grande do Norte?

Para responder a essa pergunta, além da pesquisa de campo, foram feitas várias pesquisas bibliográficas e documentais, em que foi possível conhecer vários conceitos que poderiam ajudar a explicar um processo de institucionalização e legitimação, não só nos aspectos teóricos gerais, mas também com um resgate das questões geográficas e históricas que ajudam a compreender como se construiu o Seridó e o seridoense.

Na descrição do Seridó, em especial do Seridó Ocidental, local desta pesquisa, buscou-se, através dos dados oficiais alguns indicadores que pudessem descrever a realidade atual do desenvolvimento nos sete municípios estudados.

Para isso, utilizaram-se dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados do Banco do Nordeste do Brasil, do Governo Federal e da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). Através do Índice Firjan de desenvolvimento municipal, pode-se conhecer a realidade do local pesquisado.

Entre os resultados encontrados, observa-se que no Seridó Ocidental existe uma enorme distorção entre as dimensões Saúde e Educação quando relacionadas com a dimensão Emprego e Renda. Destaque-se a situação de Ipueira, que teve um resultado muito ruim no indicador de Emprego e Renda, enquanto a Saúde e a Educação estavam em níveis bem elevados.

Com relação às possíveis explicações para esse cenário, nota-se que o Seridó, nos últimos dez anos, vem apresentando grandes avanços nas dimensões sociais, tendo alcançado resultados significativos nos índices oficiais da educação e saúde. Esse fato pode ser explicado pela mudança nas políticas públicas implantadas nos últimos anos pelo Governo Federal, mas não se deve deixar de lado o potencial pré-existente nessa microrregião, que sempre se destacou pela grande motivação das pessoas em buscar conhecimento e a educação formal, e, principalmente, a propensão à criação de estratégias e ações de solidariedade mútua, algo que foi muito incentivado pelas organizações locais, em especial as religiosas.

Esse aspecto de criação de estratégias de solidariedade e ajuda mútua nesse espaço geográfico é um desafio para os próximos pesquisadores, merecendo uma atenção mais cuidadosa em outros estudos. Cada vez menos, o simples recorte e a análise dos dados tradicionais de índices econômicos e/ou de desenvolvimento humano explicam o comportamento “relativamente menos favorável” dos aspectos sociais em uma realidade econômica tão adversa.

A dimensão econômica reflete uma dificuldade do Seridó em gerar empregos e renda em um cenário de semiárido e de distância dos grandes centros consumidores, o que torna essa região um espaço periférico com pouca significância para os grandes investidores capitalistas. Além disso, vocações tradicionais, como a cotonicultura e a pecuária, antes geradoras de grandes divisas para região, hoje assumem papéis secundários na economia, tendo sido praticamente abandonado o cultivo do algodão. Outras oportunidades vêm surgindo, no turismo, na mineração, na indústria têxtil (redes e bonés) e na produção de bens artesanais e regionais, tais como: os bordados, os derivados de leite e a produção de carne de sol. Entretanto,

os dados estão mostrando que esses segmentos ainda não estão conseguindo responder positivamente na dimensão Emprego e Renda do IFDM. Esse fato pode significar também uma dificuldade da metodologia utilizada nesse índice em captar outras formas de ocupação e geração de renda pelas pessoas da região.

Após essa análise inicial contextualizando o Seridó, buscou-se analisar as relações interorganizacionais e o campo organizacional do desenvolvimento na região do Seridó Ocidental. Esse estudo do campo organizacional das organizações que trabalham com o desenvolvimento no Seridó Ocidental demonstrou que existe, de fato, um processo de institucionalização acontecendo e que é possível perceber as interações e disputas inerentes a esse processo.

Outro fator que deve ser levado em consideração é a questão do poder, expressa principalmente pela capacidade das organizações de se relacionarem com os governos e de poderem exercer suas ideologias políticas. Nesse aspecto, nota-se que as organizações atuais se posicionam em uma linha ideológica que aprova o desenvolvimentismo de Estado.

Para essas organizações, a possibilidade de estarem mais presentes na definição, elaboração e execução das grandes políticas públicas é considerada uma conquista recente, pois o Brasil, em especial o semiárido, ainda sofre com a concentração de poder nas mãos de grupos políticos, que se revezam no poder e não têm interesse em mudar a realidade local, muito menos alterar a relação de forças em seus redutos eleitorais.

Nesse sentido, a estratégia das organizações endógenas e exógenas ao Seridó passa a ser a de criar estruturas capazes de se fortalecer de modo a enfrentar a ameaça de retorno a um tipo de política de características excludentes, ou de perda de espaço para grupos que representem o interesse de pessoas que não têm tradição em trabalhar democraticamente e para o bem comum.

Nas atividades dos Territórios da Cidadania, é possível observar um tipo de disputa entre os representantes das prefeituras municipais e os representantes das organizações da sociedade civil organizada. Em vários momentos, os prefeitos e seus representantes deixam de participar das reuniões, em uma tentativa de não legitimar as decisões tomadas nas reuniões e nos fóruns deliberativos do Território da Cidadania.

As organizações investigadas estão em estágios diferentes e algumas já possuem uma gestão bem profissional; conseguindo obter mais recursos e

influenciar outras menores para orbitarem em sua área de influência.

A principal disputa, no entanto, está entre as organizações ligadas às esferas de Governo Municipal e as organizações da sociedade civil. As prefeituras e câmaras de vereadores ainda são espaços relacionados com as antigas elites conservadoras, conhecidas no Nordeste por “coronéis”. Nesse caso, durante muito tempo, a luta foi desigual, pois a maior parte dos recursos que vinham para a região passava pelas mãos dos coronéis e, quanto mais influência este tivesse, mais recursos conseguia.

Hoje, algumas estratégias vêm ocorrendo para diminuir o poder dessas lideranças, e a própria formação e ampliação desse campo organizacional é uma estratégia, pois, à medida que novos atores entram nesse espaço, existe um enfraquecimento do modelo antigo. O Governo Federal, através da formação dos Territórios da Cidadania, de certo modo estimula o fortalecimento das organizações da sociedade civil no campo organizacional do desenvolvimento.

Nesse sentido, nota-se com as respostas dadas nesta pesquisa, que o conceito de desenvolvimento está no contexto de uma disputa de ideologia e de poder, e as organizações estão participando para expressar seus pontos de vista e opiniões. Entretanto, esse processo ainda é recente, pois a participação das pessoas no Seridó, assim como em outras regiões do semiárido brasileiro, sempre foi muito vigiada e pouco democrática.

Após contextualizar o campo organizacional do desenvolvimento no Seridó, analisou-se como as organizações viam a legitimidade do desenvolvimento. Para isso, buscou-se, inicialmente, conhecer as perspectivas culturais e as identidades que melhor expressavam a condição do seridoense.

Na categorização dos dados, verificou-se a importância, na identidade do seridoense, do bom artesanato, da gastronomia e das festividades. Também aparecem como grandes fatores de identidade cultural a alegria, a hospitalidade, a tranquilidade e a educação do povo. As respostas também apresentam o seridoense como cuidadoso, corajoso, lutador e autônomo.

Além disso, apareceram entre as respostas características como: ser fechado ao novo, interiorano e bairrista, que, em um primeiro momento, remetendo a aspectos negativos, demonstrando uma dificuldade do seridoense em se adequar às questões ditas “modernas” e “globalizantes”. Entretanto, defender a forma de ser

local não é necessariamente ruim; mas é algo que ajuda a manter a cultura local e preserva a identidade de uma sociedade.

A legitimação do desenvolvimento, então, perpassa pela identidade de um povo, que pode perceber a instituição desenvolvimento como um fator favorável e apoiar, legitimando-o, ou considerar estranho à sua realidade e, assim, resistir, deslegitimando.

Entre as respostas, ressaltam-se alguns termos que estão na dimensão social e que tratam da necessidade de se resolver logo algumas urgências relacionadas com a exclusão social de muitas pessoas que vivem no semiárido brasileiro, como, por exemplo, a pouca disponibilidade ou baixa qualidade dos serviços básicos, como saúde, educação, trabalho e segurança, que refletem diretamente nos baixos indicadores da região.

Na dimensão social, aparecem termos como “conhecimento”, “aprendizado”, “inovação” e “tecnologia”. Esses termos mostram a necessidade da comunidade local de se enquadrar aos padrões da sociedade em rede, que aproxima o local das questões globais (CASTELLS, 2010). Para isso, é importante acompanhar os avanços tecnológicos e ter conhecimento para inovar e ser ativo nessa dinâmica.

Na dimensão econômica, a geração de emprego não pode ser considerada menos importante, e, como possível resposta a essa necessidade, ainda se considera a indústria o tipo de organização capaz de gerar os empregos necessários para movimentar a economia, transformando materiais-primas em produtos acabados com maior valor agregado.

Nessa região que, constantemente, sofre com os problemas ocasionados pela seca, a dimensão ambiental é muito importante, pois saber aproveitar os recursos disponíveis e criar estratégias de convivência com o semiárido e com a seca pode ser determinante na legitimação das organizações e dos conceitos de desenvolvimento que são implantados no Seridó.

Dessa forma, no estudo da legitimidade do desenvolvimento, nas mais diversas abordagens, deve-se levar em consideração que a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder, formando, assim, um tipo de identidade legitimadora, que dá origem a uma sociedade civil, com organizações e instituições que, mesmo conflitantes, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural (CASTELLS, 2010).

A legitimidade regulativa está intimamente relacionada com as regras e com a parte legal que a sociedade observa ao avaliar as instituições e o que as organizações representam. Organizações públicas, privadas e privadas sem fins lucrativos, para serem legítimas, precisam dar respostas compatíveis com que é formalizado pelas regras e leis da sociedade.

No Seridó, a legitimação regulativa das organizações e das instituições relacionadas com o desenvolvimento também vem sofrendo forte influência dessa redefinição do Estado-Nação. As políticas de desenvolvimento promovidas recentemente, após a redemocratização, têm um discurso mais relacionado com a participação da comunidade do que aquelas que eram implantadas no período militar.

Porém, as organizações investigadas nesta pesquisa atuam em um campo organizacional onde ainda é possível observar a força de algumas famílias poderosas, que resistem em perder poder sobre vários aspectos da comunidade, principalmente na gestão de recursos e no poder político. Nesse sentido, o desenvolvimento atualmente no Seridó trilha um caminho mais democrático e, mesmo com a resistência das antigas lideranças políticas, já se nota um processo de mudança.

No terceiro objetivo específico, o foco foi analisar a institucionalização do termo “desenvolvimento” e entender o processo de sedimentação desse conceito no Seridó.

Um dos dados percebidos nessa análise da institucionalização destaca, no pilar regulativo, a exigência “cartorial” para se confirmar a existência de uma organização: elas precisam ter Atas registradas em cartório, registros na Receita Federal, através do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), estatutos que comprovem suas finalidades, entre outras exigências que podem aumentar de acordo com o interesse da organização em participar de financiamentos públicos.

Analisando esse caso, pode-se perceber que esses tipos de regras, mesmo sendo necessários para os controles governamentais, interferem na dinâmica do desenvolvimento, pois excluem do processo algumas formas de organização que não preenchem esses requisitos, mas poderiam contribuir fortemente no melhor entendimento da realidade das comunidades mais excluídas.

Os órgãos fiscalizadores possuem uma força muito grande. Os relatórios, a forma de aplicação de recursos e a prestação de contas são uma preocupação

constante nas organizações entrevistadas. Para elas, o excesso de burocracia dificulta a democratização dos projetos, que acabam ficando só com as organizações que possuem maior conhecimento técnico e melhor estrutura para gerenciá-los. Isto gera um isomorfismo coercitivo das grandes organizações financiadoras de fora do Seridó em direção às organizações locais mais estruturadas, e destas em direção às organizações menores, que compromete a horizontalidade e isonomia da participação no desenvolvimento.

Além disso, a estrutura para manter a burocracia do projeto muitas vezes retira recursos que seriam mais bem aplicados se fossem colocados a favor das comunidades, suprimindo recursos humanos e materiais do objetivo final do projeto.

Prosseguindo nessa dimensão regulativa, nota-se que muitas dessas regras e leis são criadas fora do local onde atuam as organizações. Muitas vezes, as pessoas que elaboram as diretrizes e as grandes políticas têm que pensar em algo que seja aplicável nas mais diversas regiões do país, o que, no Brasil, com suas características continentais, somadas às complexidades locais, é um empecilho capaz de se transformar em um grande transtorno.

As mudanças nas regras também influenciam no processo de institucionalização do desenvolvimento, pois, no decorrer da história, as organizações responsáveis por planejar e executar o desenvolvimento no Brasil, através de meios coercitivos, forçaram junto às comunidades conceitos estes que ficaram arraigados e que nem sempre se desinstitucionalizam facilmente.

O pilar normativo descreve as questões morais que permeiam uma instituição, aqui a consciência enquadra o que é ou não aceito. Na formação histórica e cultural dos habitantes do Seridó, foram sendo construídos valores que podem ajudar a entender como essa região tem conseguido alguns resultados positivos mesmo com as adversidades geográficas e, principalmente, climáticas.

Dessa forma, pode-se perceber que, quando se fala de pilar cognitivo, existe um interesse das pessoas que vivem no Seridó em manter seus valores sociais. Além disso, é dada uma importância muito grande à educação. Inclusive, nos dados apresentados pelo IFDM (2011), nota-se que apenas um município teve resultado menor que a mediana brasileira, na dimensão educação, sendo que os outros municípios estiveram bem próximos da média brasileira.

Através da análise desses pilares institucionais, nota-se que, no Seridó, o desenvolvimento tem características de uma instituição. A comunidade local tem um

senso de comprometimento social e cria as condições para que os seus valores, crenças e demais construções sociais sejam mantidos e levados em consideração na hora de se discutir aonde o Seridó pode chegar.

É importante destacar que o pilar regulativo descreve uma realidade ainda de coerção e de excesso de poder por parte de alguns atores que compõem o campo organizacional do desenvolvimento do Seridó. São exemplos disso: as regras, leis e diretrizes de políticas públicas que não respeitam a realidade local e ditam condições muitas vezes excludentes para a participação de organizações locais; e o poder econômico de algumas organizações que direcionam seus recursos para aquelas organizações que aceitarem os seus modelos propostos.

Nesse sentido, o desenvolvimento como instituição está em um campo organizacional onde há um desequilíbrio de forças entre os atores e, apesar do favorável ambiente institucional, ainda existem aspectos incutidos na cultura local que geram alguns entraves nos processos de mudança para a institucionalização de uma proposta de um desenvolvimento mais democrático e justo.

Nos resultados apresentados, também é possível observar uma situação em que o conceito de desenvolvimento e as organizações investigadas estão ainda em processo de institucionalização, inclusive com características de desinstitucionalização e pré-institucionalização.

É possível observar que o campo organizacional estudado tem um número grande e heterogêneo de atores que trabalham com o desenvolvimento, caracterizando-se, assim, um fator relevante para este estudo. São organizações públicas, privadas e da sociedade civil organizada que se comprometem a realizar projetos de desenvolvimento no Seridó.

O conceito de desenvolvimento apresentado pelas organizações não está literalmente enquadrado nos conceitos teóricos de desenvolvimento. Pode-se notar nas respostas que a questão de desenvolvimento para as organizações assume um contexto mais prático, mais aplicado, em que o ato de desenvolver está intimamente relacionado com o ato de resolver problemas urgentes das comunidades.

Outro dado importante é o fato de que, no campo organizacional das organizações que trabalham com desenvolvimento no Seridó, não existe um consenso sobre o que seja desenvolvimento. Esse termo, apesar de muito debatido, parece ainda estar em processo de institucionalização.

Este processo de institucionalização implica a desinstitucionalização de um padrão de desenvolvimento e a institucionalização de outro. Ainda não existe um padrão institucional, pois o desenvolvimento no Seridó encontra-se em uma fase de transição que envolve a mudança em três elementos básicos do desenvolvimento: a base de legitimação das políticas, programas e ações de desenvolvimento; as relações de poder e de interesses envolvidos; e o conteúdo central do que seria o fundamento do desenvolvimento em uma região de semiárido.

Quanto à base de legitimação, passa-se por uma transição do padrão tecnocrático de desenvolvimento, cuja legitimação é Legal-Racional (que empodera as autoridades burocraticamente constituídas no aparato estatal), para um padrão mais endógeno, local e territorial de desenvolvimento, cuja base de legitimação é a participação social local.

Quanto às relações de poder e os interesses envolvidos, transita-se de um modelo de desenvolvimento que empoderava as oligarquias locais e favoreciam seus interesses, para um modelo que empodera a sociedade local e inclui novos atores sociais (como ONG's, associações etc) como protagonistas do desenvolvimento.

Por fim, quanto ao conteúdo do que seria o fundamento do desenvolvimento em uma região do semiárido, apresenta-se uma mudança de perspectiva do desenvolvimento, de um modelo que priorizava o combate à seca, para um modelo que tem desenvolvido estratégias de convivência com a seca, dentro de uma visão de que a seca é uma condicionante e não um obstáculo ao desenvolvimento.

Nesta fase de transição, tanto as definições como as políticas e ações de desenvolvimento mesclam estes elementos do passado com os elementos novos que tem emergido, expressando-se, muitas vezes, em dissensos e conflitos que são um obstáculo adicional ao desenvolvimento do Seridó.

Com base nessas análises, pode-se perceber que o termo “desenvolvimento” vem passando de um processo de desinstitucionalização para um processo de pré-institucionalização, ou seja, mais uma vez, o ambiente trouxe inovações que tornaram necessária a reorganização dos conceitos de desenvolvimento, pois, historicamente, diversas foram as abordagens sobre o que era e como se poderia avançar no processo de desenvolvimento.

O tempo necessário para se sedimentar os novos conceitos é relativo, sendo que a institucionalização total do termo “desenvolvimento” pode ser algo

inalcançável. Dessa forma, é importante entender esse processo de institucionalização e suas consequências para a sociedade, já que muitos recursos são envolvidos e faz-se necessário que, urgentemente, o semiárido alcance um patamar relevante de qualidade de vida e de sustentabilidade econômica para os milhões de pessoas que ali habitam.

REFERÊNCIAS

1. ABRAMOVAY, R. Capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.
2. ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
3. ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007.
4. AB'SABER, A. N. Os sertões: a originalidade da terra. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro: SBPC, p. 4-14, maio de 1992. (Volume especial Eco-Brasil).
5. ANJOS, F. S. Indicações geográficas, identidade e desenvolvimento. In: FROELICH, J. M. (Org.). **Desenvolvimento territorial: produção, identidade e consumo**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2012. p. 53-84.
6. APPENDINI, K.; NUIJTEN, M. El papel de las instituciones en contextos locales: cuestiones metodológicas en investigación de campo. In: APPENDINI, K.; BARRIOS, R. G.; HERNANDEZ, B. T. (Org.). **Instituciones y desarrollo: ensayos sobre la complejidad del campo mexicano**. Cuernavaca: UNAM, CRIM; El Colegio de México; Universidad Autónoma Chapingo, 2008. p. 251-180.
7. ASABRASIL, Projeto 1 Milhão de Cisternas. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/portal/informacoes.asp?cod_menu=1150>. Acesso em: 9 fev. 2013.
8. AUGUSTO, J. **Seridó**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954
9. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. BNB. **Nordeste do Brasil: sinopse estatística**. Fortaleza: BNB, 2010.
10. BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.
11. BELLEN, Hans Michael van. Indicadores de desenvolvimento sustentável: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2002, Salvador. **Anais...** Salvador, 2002. 1 CD-ROM.
12. BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
13. BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
14. BRITO, D. C.; RIBEIRO, T. G. **A modernização na era das incertezas: crise e desafios da teoria social**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n2/a09v5n2.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

15. BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudo para uma sociedade sustentável. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. p. 29-40.
16. BURSZTYN, M. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no nordeste. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
17. CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 5, set./out. 2004.
18. CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.
19. CARDOSO JR., J. C.; SIQUEIRA, C. H. R. A história como método e a centralidade do estado para o desenvolvimento das nações. In: **Desafios do desenvolvimento brasileiro**: contribuições do conselho de orientação do Ipea. Brasília: Ipea, 2009.
20. CARDOSO, G. C. C. **A atuação do estado no desenvolvimento recente do Nordeste**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2007.
21. CARVALHO, C. A.; SACHS, T. R. A internacionalização da economia chega ao terceiro setor: as relações (de)pendentes entre as ONGs do Sul e do Norte. **O&S. Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 8, n. 20, p. 107-123, 2001.
22. CARVALHO, C. A. P.; VIEIRA, M. M. F.; LOPES, F. D. Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, 23., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 1999.
23. CASTELLS, M. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2010. v. 2.
24. CAZELLA, A. A. As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa. In: **Desenvolvimento territorial**: produção, identidade e consumo. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2012. p. 13-52.
25. DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.
26. DiMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE**, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.
27. DiMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality. In: DiMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 63-82.

28. DINIZ, N. M. M. **Velhas fazendas da Ribeira do Seridó**. 2008. 205 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
29. DRUMMOND, J. A. A primazia dos cientistas naturais na construção da agenda ambiental contemporânea. **RBCS**, v. 21, n. 62, out. 2006.
30. DUPAS, G. **Atores e poderes na nova ordem global**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2005.
31. DUQUE, J. G. **O nordeste e as lavouras xerófilas**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1973.
32. DURHAN, E. **Cultura e ideologia**. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5497&Itemid=378. Acesso em: 16 de jun. de 2013
33. EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. **Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.
34. FERRO, V. F.; GONÇALVES, S. A. Ambiente organizacional e instituições: a emergência do mercado no ensino superior brasileiro no período de 1970 a 2007. **Revista Perspectivas Contemporâneas**, Campo Mourão, PR, p. 85-120, out. 2010. (Edição especial).
35. FIRJAN. **Índice Firjan de desenvolvimento municipal 2011: ano-base 2009**. Rio de Janeiro: Sistema Firjan, 2011.
36. FLIGSTEIN, N. Habilidade social e a teoria dos campos. **RAE**, São Paulo, v. 47, n. 2, abr./jun. 2007.
37. FRANCO, A. **Capital social e desenvolvimento local (2004)**. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20Cidadania/Capital%20social%20e%20desenvolvimento%20local.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2010.
38. FROEHLICH, J. M. O local na atribuição de sentido de desenvolvimento. **Textos CPDA**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 1-17, maio 1999.
39. FROEHLICH, J. M.; VENDRUSCULO, R. A construção social da identidade territorial Quarta Colônia: tramas e sentidos da narrativa. In: FROEHLICH, J. M. (Org.). **Desenvolvimento territorial: produção, identidade e consumo**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2012. p. 305-352.
40. FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
41. GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
42. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

43. GREEN, D. **Da pobreza ao poder**: como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo. São Paulo: Cortez: Oxfam Internacional, 2009.
44. GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995a.
45. GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995b.
46. HALL, S. Quem precisa de identidade. In: SILVA, T. T (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 103-133.
47. HANNAN, M.; FREEMAN, J. The population ecology of organizations. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 5, Mar.1977.
48. HARE, F. K. et al. **Desertificação**: causas e consequências. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.
49. HOLANDA, A. N. C. **O desenvolvimento do Nordeste**: desempenho recente e perspectivas para 1980. Fortaleza: BNB, 1974.
50. IICADESERTIFICATION. Disponível em: <<http://www.iicadesertification.org.br/lendo.php?sessao=MTA3>>. Acesso em: 3 abr. 2012.
51. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 14 abr. 2012.
52. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm> Acesso em: 30 de abr. 2013
53. INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. IICA. **Plano de desenvolvimento sustentável do Seridó**. Disponível em: <<http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/PlanoDesenvolvimentoSustentavelSerid%C3%B3-Volumel.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2011.
54. INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS APLICADAS. IPEA. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2048:catid=28&Itemid=23. Acesso em 30 Abr. 2013
55. JEPPEPERSON, R. L. Institutions, institutional effects, and instituonalism. In: DiMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 143-163.
56. KENTENICK, J. **Que se faça o novo homem**. Santa Maria: Centro Mariano, 1999

57. MAINGUET, M. La desertification: expression de la décadance? In: **L'Home et la secheresse**. Paris: Masson, 1995. p. 285-296.
58. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. MDA. **Territórios da cidadania - Seridó/RN**. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/seridrn/one-community?page_num=0>. Acesso em: 25 jan. 2011.
59. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. MDS. **Programa Brasil Sem Miséria**. Disponível em: <<http://www.brasilsemiserial.gov.br/apresentação>>. Acesso em: 9 fev. 2013.
60. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO. **Plano Nacional de Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/politica-nacional-de-desenvolvimento-regional-pndr>>. Acesso em: 9 fev. 2013.
61. MELO, J. A. B.; PEREIRA, R. A.; NETO, J. D. Atuação do estado brasileiro no combate à seca no nordeste e ampliação das vulnerabilidades locais. In: SEMINÁRIO LUSO BRASILEIRO SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E DESERTIFICAÇÃO, 2., 2008, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2008.
62. MENDES, B. V. **Uso e conservação da biodiversidade no semi-árido: GT1 Recursos naturais e meio ambiente – Projeto Áridas**. Fortaleza: Projeto Áridas, 1994.
63. MEYER, J. M.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. In: DiMAGGIO, P. J.; POWEL, W. W. **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 41-62.
64. MONCAYO JIMÉNEZ, E. **Nuevos enfoques teóricos, evolución de las políticas regionales e impacto territorial de la globalización**. Santiago de Chile: ONU/Cepal/Ilpes, 2002.
65. MORAIS, I. R. D. **Seridó norte-rio-grandense: uma geografia de resistência**. Caicó: Autora, 2005.
66. MORIN, E. **Sociologia**. Lisboa: Publicações Europa-America, 1984.
67. MOURA, Maria Suzana et al. Desenvolvimento local sustentável: o que sinalizam as práticas. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2002, Salvador. **Anais...** Salvador, 2002. 1 CD-ROM.
68. NOGUEIRA, S. Poder, cultura e hegemonia: Elementos para uma discussão. **Extraprensa**. São Paulo, Vol. 1, No 6 (4), jun. 2010
69. NUNES, E. M.; GONDIN, M. F.; R.; NUNES, K. F. G. O índice de capacidades institucionais (ICI) como mecanismo da gestão social e da governança nos territórios rurais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE

- ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 50., Vitória, 2012, **Anais...** Vitória, 2012. 1 CD-ROM.
70. PIETERSE, J. N. The cultural turn in development: questions of power. **The European Journal of Development research**, London: Frank Cass, v. 7, n. 1, p. 176-193, Dec. 1996.
71. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD. **Relatório de desenvolvimento humano 2010: a verdadeira riqueza das nações – vias para o desenvolvimento humano**. Nova York: Pnud, 2010.
72. POPOV, V. Quais são as lições das economias em transição para o sucesso do desenvolvimento: colocando os casos de sucesso no mundo pós-comunista em uma perspectiva mais ampla. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília: Ipea, v. 1, n. 1, dez. 2009.
73. RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
74. ROCHA, J. D. **Estratégias territoriais de desenvolvimento e sustentabilidade no semi-árido brasileiro**. 2008. 334 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)–Centro de Desenvolvimento sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
75. SÁ, I. B.; SILVA, P. C. G. **Semiárido brasileiro: pesquisa desenvolvimento e inovação**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2010.
76. SÁ, V. C. **Fatores críticos de sucesso em assentamentos rurais numa perspectiva do desenvolvimento sustentável: um estudo de caso**. 2004. 92 f. Dissertação (Mestrado em Administração)–Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.
77. SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.
78. SANTANA, M. O. (Org.) **Atlas das áreas susceptíveis à desertificação do Brasil**. Brasília: MMA/SRH/UFPB, 2007.
79. SANTOS, J.L. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986
80. SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Desenvolvimento territorial e agroecologia. In: ALVES, A. F. et al. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 15-31.
81. SARDAR, Z. Beyond development: an islamic perspective. **The European Journal of Development Research**. London: Frank Cass, v. 8, n. 2, p. 36-55, 1996.
82. SCOTT, W. R. **Institutions and organizations**. London: Sage Publications, 1995.

83. SCOTT, W. R. The adolescence of institutional theory. **Administrive Science Quaterly**, New York: Cornell University, v. 32, n. 4, p. 493-511, 1987.
84. SCOTT, W. R. Unpacking institutional arguments. In: POWELL, W. W.; DiMAGGIO, P. J. (Ed.). **The new institutionalism in organizational analysis**. London: University of Chicago Press, 1991. p. 108-140.
85. SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
86. SICSU, J.; CASTELAR, A. **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2009.
87. SILVA, C. L. M.; GONÇALVES, S. A. Nota técnica: a teoria institucional. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD. W. R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1, p. 220-226.
88. SILVA, P. C. G. da et al. **Semiárido brasileiro**: pesquisa desenvolvimento e inovação. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2010.
89. SOUZA, R. S. de. **A condição organizacional**: o sentido das organizações no desenvolvimento rural. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2012.
90. TOLBERT, P. S; ZUCKER, L. G. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD. W. R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1, p. 196-219.
91. TUCKER, Vincent. A cultural perspective of development. **The European Journal of Development Research**, London: Frank Cass, v. 8, n. 2, p. 1-21, Dec. 1996.
92. VIEIRA, V. P. P. B. **A água e o desenvolvimento sustentável no nordeste**. Brasília: Ipea, 2000.

ANEXO 1 (QUESTIONÁRIO)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Senhor(a),

Este questionário foi construído com a intenção de obter dados que possam contribuir na elaboração de uma tese de doutorado vinculado ao Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Este estudo pretende discutir a temática do desenvolvimento sobre a ótica das pessoas que atuam em organizações voltadas para o desenvolvimento do Seridó/RN.

Desta forma, agradecemos a vossa participação e destacamos que os dados serão tratados de forma conjunta, e não serão descritos os casos de forma isolada, de modo a preservar a identidade dos respondentes. Destacamos que não existem respostas certas ou erradas e que todo posicionamento é representativo para fins desta pesquisa.

Vinícius Claudino de Sá

Doutorando

Dr. Renato Santos de Souza

Orientador

I Descrição do Respondente

- 1- Nome: _____
- 2- Cargo que ocupa na organização: _____
- 3- Escolaridade: _____
- 4- Formação: _____
- 5- Tempo na organização: _____

II Descrição da organização

- 1- Razão social: _____
- 2- Data de fundação: _____
- 3- Quantos sócios (integrantes)? _____

4- Quantos membros da diretoria? _____

5- Quantos funcionários? _____

6- Quantas famílias atendidas? _____

7- Áreas atendidas(cidades, bairros, comunidades) _____

8- Atividades descritas no estatuto social:

III Percepção do respondente sobre o desenvolvimento do Serido/RN

1- Na sua opinião, o que é desenvolvimento?

2- Na sua opinião, como está o desenvolvimento do Seridó?

3- O Sr(a) tem algum exemplo de local que esteja bem desenvolvido? Qual e Porque?

4- Como a organização que o (a) Senhor(a) atua pode influenciar no desenvolvimento deste local e do Seridó?

IV A Relação entre as organizações

1- Como esta organização se relaciona com as organizações que atuam no desenvolvimento do Seridó/RN?

2- Esta organização já recebeu formação, recursos ou financiamento de outras organizações (públicas, privadas ou do terceiro setor)? Como foi a experiência?

3- Na sua opinião, as organizações que atuam no desenvolvimento do Seridó/RN são parceiras ou concorrentes? Comente.

4- É possível afirmar que as organizações públicas, privadas, do terceiro setor estrangeiras ou nacionais, tem forma de atuar diferente? Quais são as vantagens e desvantagens de trabalhar com cada uma delas?

5- Na sua opinião, qual o benefício que as organizações públicas, privadas, do terceiro setor estrangeiras ou nacionais têm, quando oferecem recursos, formações ou financiamentos para projetos de desenvolvimento no Seridó/RN?

6- Na hora de elaborar um projeto. Como a comunidade beneficiada é consultada?

7- No momento de prestar contas dos resultados do projeto. Como são avaliados os resultados?

V- As instituições e o desenvolvimento

1- Na sua opinião, o que faz com que algumas comunidades tenham resultados melhores do que outras em projetos de desenvolvimento?

2- Como as organizações entendem as diversas mudanças do conceito de desenvolvimento que vêm ocorrendo nos últimos anos?

3- Na sua opinião, existe diferença de valores, conceitos, códigos de ética entre as organizações de fora e as locais? Explique.

4- O(a) Sr(a) já passou por alguma situação onde um conceito ou valor da sua comunidade foi criticado, repreendido, ou ridicularizado por algum representante de organização?

5- O que torna uma organização legítima e aceita em uma comunidade?

ANEXO 2 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Solicitamos a sua colaboração em um projeto de pesquisa, respondendo o questionário a seguir. Caso positivo, solicitamos também a prévia autorização para apresentação dos resultados deste estudo em eventos e publicação em revistas científicas. Por ocasião da apresentação e publicação dos resultados, os nomes e identificações dos respondentes será mantido em sigilo.

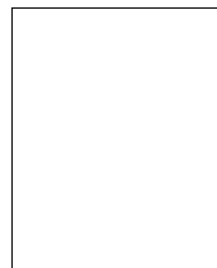
Este estudo faz parte de uma que tese buscará analisar como as organizações que atuam em projetos de desenvolvimento percebem as instituições, a institucionalização e a o processo de legitimação do desenvolvimento. Este trabalho esta sendo desenvolvido por Vinícius Claudino de Sá, aluno do Curso de Doutorado em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, sob a orientação do Prof. Dr. Renato Santos de Souza.

Com relação a finalidade deste trabalho, pode-se destacar a possibilidade das organizações locais receberem um material atualizado e com rigor científico que poderá servir de norteador para os ajustes internos, de modo que ações possam ser realizadas para fortalecer, corrigir ou reorganizar os principais pontos críticos identificados. Além disso, a academia poderia contar com mais materiais capazes de reduzir os sombreamentos sobre o papel das instituições, a institucionalização e os desafios organizacionais que as comunidades se deparam no seu dia a dia. Podendo, assim, servir de base para novos estudos, de modo que a temática do desenvolvimento possa também ser estudada sob a perspectiva das organizações e suas instituições.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, pode parar a pesquisa a qualquer momento. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal



OBERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar) digital

Assinatura da Testemunha

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contat com o pesquisador: Vinícius Claudino de Sá, email: viniciusclaudino@gmail.com, Telefone: (83) 30211068

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXO 3 DADOS DOS QUESTIONÁRIOS AGRUPADOS EM CATEGORIAS

5.1 O conceito de desenvolvimento na percepção dos representantes das organizações do Seridó Ocidental

Dimensão	Respondente	Resposta
Desenvolvimento como crescimento	Líder da Organização A	É o crescimento de uma região com base na riqueza natural e conhecimento da população.
	Líder da Organização E	Tem a ver com o crescimento, evolução, num sentido amplo: econômico, cultural, ambiental, todos os aspectos.
	Líder da Organização B	Desenvolvimento é tudo o que faz alguém ou a cidade crescer.
	Líder da Organização C	Tudo que se refere a Qualidade de vida, o melhor desempenho, crescimento econômico, desenvolvimento financeiro consistente principalmente nos negócios
	Líder da Organização F	Crescimento. É aprender para poder desenvolver tem que ter conhecimento, tem que se capacitar. Se não melhorar ameniza.
	Líder da Organização D	Procurar no setor, no campo, na área rural. Procurar políticas públicas para o homem do campo crescer.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Desenvolvimento como aprendizado, tecnologia e inovação	Líder da Organização G	Tudo é a tecnologia, Desenvolvimento associado a tecnologia
	Líder da Organização H	É criar, Buscar, inovar.
	Líder da Organização I	É o início de um aprendizado, para realizar algo, aprende e conclui algo.
	Líder da Organização J	Fortalecimento das instituições com capacitação, investimento sustentáveis para fortalecer a economia, gerando emprego e renda e Qualidade de vida
	Líder da Organização K	Desenvolvimento é ter pessoal qualificado nos setores têxteis, na bacia leiteira, na Saúde, Educação e aumentando a Qualidade de vida.
	Líder da Organização L	Aperfeiçoamento, desenvolve para algo melhor.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Desenvolvimento como qualidade de vida	Líder da Organização M	Atingir a melhoria da qualidade de vida das pessoas em vários aspectos sociais, envolvendo principalmente a geração de renda como motor desse desenvolvimento.
	Líder da Organização P	Procura meios e métodos para melhorar a qualidade de vida de todos, na saúde, educação e meio ambiente.
	Líder da Organização O	Emprego e renda, boa educação, boa saúde, escolas, boa alimentação.
	Líder da Organização N	Desenvolvimento é ter progresso, emprego para a população, boa saúde, educação. É progredir.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Desenvolvimento numa perspectiva econômica, do trabalho, emprego e renda	Líder da Organização R	Trazer recursos necessários para investir na associação para tirar sua sobrevivência da propriedade.
	Líder da Organização Q	Desenvolvimento é efetivar os instrumentos ou mecanismos que venham a alavancar a indústria, são as questões sócio econômicas e com objetivos de propiciar o bem estar da comunidade.
	Líder da Organização S	Desenvolvimento é a sustentação da família, ter seu local de trabalho e tirar seu sustento.
	Líder da Organização T	É quando você vê uma evolução é algo que melhora, tanto na cidadania, e na economia.
	Líder da Organização U	É muita coisa, é o trabalho feito no dia a dia sobre políticas públicas, para a sociedade, 48 Associações para trabalhar a agricultura familiar.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Desenvolvimento com multi dimensão	Líder da Organização V	É um processo que você começa a fazer, que tem um objetivo comum, e tem um objetivo de dar sustentabilidade.
	Líder da Organização X	A forma como a comunidade encontra para obter alguns resultados, tem várias dimensões.
	Líder da Organização Z	Desenvolvimento são possibilidades e perspectivas quando trabalhadas eficientemente trazem benefícios para os atores.

Fonte: Autor (2012)

5.2 Como está o desenvolvimento do Seridó?

Dimensão	Respondente	Resposta
Desenvolvimento do Seridó na perspectiva da produção	Líder da Organização M	Comércio e serviço forte em Caicó, com entrada de dinheiro do funcionalismo e com o apoio de algumas organizações que estão surgindo, algumas indústrias de pequeno porte como: bonelaria, bordado e laticínios.
	Líder da Organização C	Gira ao redor do bordado, da bonelaria, pano de prato. É curioso é ter perspectiva e não saturar.
	Líder da Organização E	Através do empreendedorismo presente nas pessoas, passado o ciclo do algodão, serviços ainda estão em crescimento, mas novas alternativas estão surgindo no cenário: na cerâmica, na tecelagem, derivados de leite.
	Líder da Organização J	Com a criação da ADESE, foi feito um estudo, torna-se sustentável com o distrito industrial, comércio e serviços, boné, carne e queijo.
	Líder da Organização Q	Dinâmico, algumas pesquisas indicam estagnação, mais ainda está dinâmico.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Desenvolvimento do Seridó na perspectiva da qualidade de vida e do IDH	Líder da Organização X	O Seridó se diferencia. As pessoas se identificam com a região, história, muitas organizações públicas, sociedade civil, os IDH's do Seridó tem bons índices.
	Líder da Organização S	Levando em consideração o conceito de sustentabilidade, a região vem se destacando em termo de educação e conhecimento ta bem desenvolvida.
	Líder da Organização P	Esta em constante avanço, preocupação com a qualidade de vida, com o destino do lixo, geração de renda com a instalação de negócios.
	Líder da Organização K	IDH tem os melhores resultados do estado; povo empreendedor, profissionais retornando, suporte tecnológico, políticas nacionais, transposição do São Francisco, tratamento de afluentes, boa posição na indústria têxtil.
	Líder da Organização H	Bem melhor, tem crescido, buscando indústrias, saneamento básico, infra estrutura urbana, assistência social, especialmente Serra Negra.
	Líder da Organização Z	Seridó tem avançado muito, tem havido democratização maior, o seridó tem um apego a causa, tem um senso de força.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Desenvolvimento do Seridó e as parcerias	Líder da Organização U	O desenvolvimento do Seridó está avançando junto com outras instituições do município esse elo de articulação entre as organizações para o bom desenvolvimento.
	Líder da Organização T	Cada dia que passa ele esta envolvido mais, ta para o mundo.
	Líder da Organização D	Ta bem conceituado, os territórios rurais ta sempre batalhando.
	Líder da Organização R	Bem desenvolvido, com os programas dos governos federais, estaduais, municipais, são bem aplicados os recursos, ta melhor.
	Líder da Organização L	Desenvolvimento muito grande, escotismo maior região do País.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Visão negativa do desenvolvimento	Líder da Organização G	Deveria estar melhor, deveria ser mais desenvolvido. Antigamente era muito mais.
	Líder da Organização N	Não está bom, é médio. Aqui, ainda está precisando, Caicó era a terceira cidade do Rio Grande do Norte. Hoje está no sexto, sétimo, falta renda, industria.
	Líder da Organização O	Agricultura, comercial, pecuária, mão de obra não quer trabalhar.
	Líder da Organização F	Tem coisas boas e ruins, no Seridó uma coisa grave é o desmatamento.
	Líder da Organização B	Caicó era para ter se desenvolvido, mas o seridó tem avançado.
	Líder da Organização A	A região do Seridó perdeu em crescimento, poder aquisitivo, no passado a principal fonte de renda era o algodão, zona rural foi despovoada, as cidades tão voltando para a área industrial.
	Líder da Organização I	Algumas coisas não andam, na questão ambiental as pessoas estão...
	Líder da Organização V	É uma região muito forte, poderia estar melhor, tem muitas...

Fonte: Autor (2012)

5.3 Exemplo de algum local que esteja bem desenvolvido? Qual e por quê?

Dimensão	Respondente	Resposta
Caicó	Líder da Organização M	Caicó, centro urbano.
	Líder da Organização Q	Caicó com o comércio bem desenvolvido. Jardim de Piranhas dentro do setor têxtil tem um momento com altas taxas de emprego. Caicó tem alcançado.
	Líder da Organização E	Caicó, pela diversidade de segmentos, da produção de leite e derivados, biscoitos e doces. Parelhas com cerâmica e mineração, eles conseguem as políticas públicas são complementares, o prefeito tem conseguido mais coisas, exploração da mão de obra, oportunistas.
	Líder da Organização I	Caicó, tem mais empregos e serviços, a bonelaria é um exemplo.
	Líder da Organização N	Caicó, ainda é para a região a mais desenvolvida, potencial para o turismo. Ainda deixa a desejar na saúde e educação.
	Líder da Organização T	Caicó a maior economia do Seridó, destaca-se na produção de alguns produtos, carne de sol, queijo e cachaça
	Líder da Organização A	Caicó por ser o principal polo. Serra Negra por ter uma Administração boa.
	Líder da Organização C	Caicó como cidade polo, em função de vários serviços.
	Líder da Organização H	A Ilha de Santana é o maior Pronto Atendimento do Seridó, de forma preventiva.
	Líder da Organização G	Caicó a cidade polo
	Líder da Organização S	Caicó a piscicultura
	Líder da Organização V	Caicó é um polo, na questão do comércio, saúde não era boa.
Líder da Organização J	Caicó ainda é a mais desenvolvida, mas falta muita coisa, o turismo empacou.	
Líder da Organização P	Indústria têxtil, produtos são fabricados localmente, com modernização, maquinaria moderna.	

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Serra Negra do Norte	Líder da Organização F	Serra Negra, Jardim de Piranhas pelo acesso a água são cidades com grande potencial
	Líder da Organização S	Serra Negra no perímetro irrigado
		Em Serra Negra as coisas funcionam, a economia é a base de bonés, bem organizado.
	Líder da Organização K	Setor Têxtil – Serra Negra do Norte (bonelaria), 50% zona rural e 50% zona urbana, políticas de convivência com a seca, barragens no espinharas, bovinocultura, feijão irrigado.
	Líder da Organização R	Serra Negra esta bem desenvolvida, porque tem um prefeito que esta voltado para a população, com bem estar social, saúde e educação.
	Líder da Organização D	Em Serra Negra perenizaram o rio espinharas com 11 barragens.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Jardim de Piranhas	Líder da Organização B	Jardim de Piranhas mais na indústria têxtil.
	Líder da Organização O	Na área têxtil Jardim de Piranhas.
	Líder da Organização F	Serra Negra, Jardim de Piranhas pelo acesso a água são cidades com grande potencial.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
São João do Sabugi e Timbaúba dos Batistas	Líder da Organização S	Se tratar de área irrigadas em São João do Sabugi
	Líder da Organização U	São João está bastante desenvolvido, na agricultura familiar, com crédito fundiário, o IDH está bem acima da média do estado.
	Líder da Organização D	São João do Sabugi tem um bom trabalho
	Líder da Organização X	. Timbaúba pelo artesanato.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Currais Novos, Acari, São José do Seridó (Municípios do Seridó Oriental)	Líder da Organização G	Em termos de renda São José do Seridó tem muitas fabricas, deixa dinheiro na cidade
	Líder da Organização X	Na parte da cultura é Acari, uma das primeiras cidades do Seridó, atrativos naturais
	Líder da Organização Z	Currais Novos tem crescido muito em termos econômicos, políticas avançadas.
	Líder da Organização B	Currais novos, mas em termos de economia
	Líder da Organização V	Currais Novos, artesanato, na organização, nos minerais.

Fonte: Autor (2012)

5.4 Como a organização pode influenciar no desenvolvimento deste local e do Seridó?

Dimensão	Respondente	Resposta
Com ações educativas, de capacitação e de qualificação	Líder da Organização H	Rádio comunitária- na questão de educação que na base, na questão do desmatamento, o poder público poderia utilizar melhor a estrutura da rádio.
	Líder da Organização R	Tem programas através do SENAR, capacitação, formação de pessoas, tanto na zona rural como urbana, as pessoas com conhecimento e qualificação ajudam no desenvolvimento.
	Líder da Organização I	Trazendo os artesãos, mais conhecimentos, cursos, inovações, conhecimento.
	Líder da Organização E	Transmissão do conhecimento. Fazem com que o conhecimento saia do meio acadêmico...
	Líder da Organização S	É promover a educação, partindo da opinião e tem tudo a ver com o processo de assistência técnica, o agricultor, acredita no profissional.
	Líder da Organização J	Associação comercial, CDL e Sindicato do Comercio varejista, resolveram se unir e daí por diante fazem tudo em bloco e buscando uma solução, de formação estão sempre buscando ações no seguimento do comércio e serviços. Projetos de empreendedorismo. Supermercados Rede Seridó, Peças e serviços, Compra Fácil, 03 núcleos de hospedagem.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Com ações de infra – estrutura, apoio a produção e ao crédito	Líder da Organização C	O banco tem se tornado um braço forte, hoje o banco tem o DRS, tem programas para bordadeiras, Micro Crédito Orientado, incentivando o local.
	Líder da Organização A	O DNOCS ainda é uma peça importante para o desenvolvimento das regiões secas, abastecidas pelos açudes do DNOCS. Irrigação nos principais perímetros irrigados. Sem água não tem vida.
	Líder da Organização K	Trabalho com bonelaria, acesso a feira, EMATER, Ministerio da Integração, Ministerio do Desenvolvimento Social, Ações para agricultura orgânica, projeto balde cheio, instalação de queijeira, beneficiamento do leite, acesso a comercialização e ao bordado.
	Líder da Organização P	A prefeitura investindo no esgotamento sanitário, ver o destino final dos dejetos, destino final dos rejeitos, maior parte na zona rural.
	Líder da Organização Z	Nos temos um trabalho de geração de emprego e renda, corte e costura e edificações, hortas comunitárias, alimentação das escolas e dos CRAS e diversos grupos de convivências.
	Líder da Organização Q	A influência do crédito subsidiado – FNE, o apoio financeiro aos mini e pequenos empreendimentos comercio, serviços, indústria e a área rural, apoio a pesquisa à fundo perdido e o apoio a cultura.
	Líder da Organização T	A prefeitura sempre procura melhoria, busca aplicação de impostos, isso implica no desenvolvimento
	Líder da Organização O Líder da Organização G	Estrutura, trazer o açude com parceria do governo estadual. Com mais ações fábricas, mais empresas de confecções.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Com ações de assistência e ação social	Líder da Organização B	É uma organização beneficente, 80 idosas em ação, socializando este povo.
	Líder da Organização N	Prevenção de problemas com as crianças e tem muitos deveres.
	Líder da Organização M	Projetos de prevenção aos problemas sociais, apoio aos jovens e a família, prevenção de drogas.
	Líder da Organização L	Dando a base, diretoria, a criança vai fazer positivamente a região.
	Líder da Organização F	A zona rural é muito pobre, habitação rural, pouca gente morando, as pessoas estão tendo mais a agricultura de subsistência, tem 52 famílias na zona rural.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Com ações de apoio a cultura e ao artesanato	Líder da Organização X	Apoiando e fomentando o artesanato além de promover eventos que promovem a região e a cultura seridoense, incentivam a vaquejada, festa da padroeira.
	Líder da Organização U	Para o desenvolvimento em 2009 passaram a articular uma central de comercialização da agricultura familiar e para o beneficiamento da produção.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Com apoio as organizações	Líder da Organização V	Se todos participarem dos fóruns, das agendas, o numero de participantes ainda é pouco.
	Líder da Organização D	Trabalhando com as associações, assessora a diretoria, projetos na CONAB, Igrejas, escolas.ões, assessora a diretoria, projetos na CONAB, Igrejas, escolas.

Fonte: Autor (2012)

5.5 O que faz com que algumas comunidades tenham resultados melhores do que outras em projetos de desenvolvimento?

Dimensão	Respondente	Resposta
Através de uma liderança qualificada	Líder da Organização M	A parte dos gestores, como ator principal.
	Líder da Organização Z	O desempenho dos gestores, se conseguir liderar, quem esta sendo gerido não leva adiante.
	Líder da Organização L	O papel do líder, na formação e na informação, cultura da localidade, educação.
	Líder da Organização J	Depende dos gestores e da comunidade no interesse daquele projeto, cultura de cada projeto e o provo que a comunidade.
	Líder da Organização P	Empenho das pessoas, principalmente dos líderes, nas comunidades rurais que trabalham mais que outras, as pessoas buscam mais.
	Líder da Organização N	O empenho das pessoas, quem esta a frente.
	Líder da Organização Q	Questão política, política das lideranças locais que querem mudar a situação.
Líder da Organização H	União, o zelo do gestor, vê que necessidade.	

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Através do comprometimento das pessoas	Líder da Organização E	Pelo comprometimento, algumas acolhem outras resistem.
	Líder da Organização L	Gestão de adultos, não firmou compromisso pessoas, comprometidas que o sucesso vem, ai tem que reconhecer.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Através da organização das pessoas	Líder da Organização F	A organização, como elas vivem entre eles, uma procura o bem e outras não, quem é mais organizado, traz mais coisas.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Através da força de vontade e iniciativa das pessoas	Líder da Organização G	Depende do desenrolar da pessoas, são pessoas mais ativas, e outras que são acomodadas.
	Líder da Organização S	Vontade, coragem de fazer, cisterna calçadão, de 22 famílias, 03 tem participado, são acostumados as coisas fáceis, fator humano.
	Líder da Organização T	Vontade de melhorar, vontade de desenvolver a satisfação.
	Líder da Organização D	Acreditar, se agarrar ao sonho e fazer acontecer, as comunidades e umas abraçaram e outras não tem que acreditar.
	Líder da Organização K	Parte da necessidade da comunidade querer. Tradicionalismo no trabalho, custos elevados de produção de leite, conservação de alimentos, Ipueira, artesanato em cerâmica vermelha.
	Líder da Organização B	São as pessoas que moram nelas e algumas buscam mais que outras.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Através da união, da solidariedade e do espírito de coletividade	Líder da Organização X	Algumas comunidades tem visão de coletividade, união e outras que tem um aspecto privado e isso pode ser visto mas com políticas.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Através do conhecimento e da abertura a novas e tecnologias pelas pessoas	Líder da Organização I	Buscaram mais, o conhecimento foi maior, a união foi maior, acomodado.
	Líder da Organização O	A formação do pessoal, lutar só com pessoas sem formação, descrença das pessoas, a cultura ta mudando são causados de ideias.
	Líder da Organização A	Alguns fatores, pode ter influencia em que projetou, vindas de recursos em épocas diferentes, tem comunidade que aceita melhor novas tecnologias, não se acomodam.
	Líder da Organização R	Falta de entendimento das pessoas, precisa esclarecer melhor, faltou diálogo um interesse diferente.
	Líder da Organização U	A maior quantidade de pessoas e em lugares com menos pessoas, trabalhar com o reforço das comunidades, tem que ter uma orientação.

Fonte: Autor (2012)

5.6 Diferença de valores, conceitos, códigos de ética entre as organizações de fora e as locais.

Dimensão	Respondente	Resposta
Visão do Seridó	Líder da Organização Q	Os valores são mais acentuados, alegria, hospitalidade, gastronomia.
	Líder da Organização H	O Seridó tem um zelo maior, cuidadoso, as coisas andam de um jeito.
	Líder da Organização O	O seridoense é muito corajoso. O seridoense é bem destacado, é lutador, autônomo.
	Líder da Organização X	São no seridó, são mais tradicionais tentando preservar as características e um pouco fechado ao novo, e tem as tradições.
	Líder da Organização C	Tem as preocupações neste incosciente, pessoas educadas, o bordado é muito bom.
	Líder da Organização B	É possível ver isso, tem mais tranquilidade as pessoas parecem ser mais, o carnaval cresce, tem que ser familiar.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Diferenças entre o Seridó e o que é de fora	Líder da Organização T	Ocorre, a diferença está nas formas de trabalhar.
	Líder da Organização G	Grandes centros, acho que sim, existe uma discriminação.
	Líder da Organização I	Cada região tem seus valores, existe diferenças
	Líder da Organização P	Há uma certa mudança, quem vem de fora, às vezes só pensa na pobreza do nordeste.
	Líder da Organização S	Existe, quando vem de fora, conhecem isso é por papel, esta parte adaptado.
	Líder da Organização J	Tem diferenças, Serido esta entendendo estes valores e código de ética, passam para os funcionários o que, passou a ser parceria, concorrência com ética e sustentabilidade.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Adaptação as diferenças	Líder da Organização M	Região tem cultura, as organizações utilizam dessa cultura e devem se adaptar.
	Líder da Organização F	Há diferença, cada um tem que se tratar de um jeito diferente, os parceiros tem que respeitar as diferenças.
	Líder da Organização Z	Têm, pela execução, modificam a forma de acesso.
	Líder da Organização A	No passado havia, ele não recebia as informações que recebe hoje, ele começou a ver as coisas erradas e viu que não acontecia nada.
	Líder da Organização U	Tem município que trabalhar de maneira que precisam melhorar, tem outras organizações com os códigos de conduta esperadas.

Fonte: Autor (2012)

5.7 O que torna uma organização legítima e aceita em uma comunidade?

Dimensão	Respondente	Resposta
Através de ações	Líder da Organização M	Trabalhar para o fim para o que foi criado, credibilidade, desenvolvimento.
	Líder da Organização I	Quando traz um benefício para a comunidade, a comunidade reconhece principalmente as associações.
	Líder da Organização Z	As ações que realiza e que pode trazer de boa parte da comunidade.
	Líder da Organização P	Na prefeitura, quase 90% de aprovação, na saúde teve avanços, nas obras, na educação, creches, trabalho oferecido a eles.
	Líder da Organização A	Ela tem que cumprir a parte legal, tem uma boa administração e trazer benefícios.
	Líder da Organização K	Estar no dia a dia conversando com o público e buscar solucionar os problemas da comunidade.
	Líder da Organização O	Desenvolver trabalho bem feito, ter organização, saneamento, açudes, máquinas.
	Líder da Organização Q	Era participar ativamente das questões que são importantes para a comunidade e atender a demanda da comunidade.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Seriiedade e respeito com as pessoas	Líder da Organização B	Seriiedade e compromisso.
	Líder da Organização H	Seriiedade com que você trata os problemas tem que trabalhar e mostrar o resultado para a sociedade.
	Líder da Organização R	Ser conceituado, ser honesto, Usando os recursos de forma honesta é uma coisa importante que o administrador tem que ter.
	Líder da Organização J	Credibilidade, a qualidade do serviço ético, ser correto, consolidar uma marca, o mais importante é certo correto, do cliente ao funcionário.
	Líder da Organização T	O modo como ela trabalha é essencial, como trata as pessoas.
	Líder da Organização N	De acordo com o seu trabalho e as sua transparência ela vai evoluindo e conquistando as pessoas.
	Líder da Organização S	Seriiedade no que se propõe a fazer, tentar valorizar a cultura local.
	Líder da Organização L	O estatuto, trabalhar como manda a lei, todos os órgãos da cidade devem ser informados.
	Líder da Organização C	A história, a boa marca, a integridade, a idoneidade, mkt 3.0, ver como os clientes veem, tendem a procurar estas coisas.
	Líder da Organização U	Quem assume a responsabilidade, respeito a sociedade, educador e capacitador do trabalho do dia a dia como a aceitar e o que eles confiam.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Comprometimento com o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das pessoas	Líder da Organização E	Comprometimento e a responsabilidade com o desenvolvimento regional, ela vem essa troca.
	Líder da Organização X	Quando luta por um interesse comum de uma comunidade e isso torna aceita pela comunidade, a melhoria da qualidade de vida de uma comunidade.
	Líder da Organização G	Muitas associações não desenvolve fazem tudo e não desenvolve, não tem atividade de desenvolver, para que comprar se vai acabar.
	Líder da Organização F	Todo mundo tem a visão de se organizar, a união, fazer crescer e trazer melhoria para a comunidade, poço, água, energia.

Fonte: Autor (2012)

5.8 Já recebeu formação, recursos ou financiamentos de outras organizações (públicas, privadas ou terceiro setor)? Como foi a experiência?

Dimensão	Respondente	Resposta
Não recebeu	Líder da Organização Q	Não.
	Líder da Organização M	Não.
	Líder da Organização E	Não teve
	Líder da Organização H	Não recebeu, mas gostaria de ter.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Foi uma experiência positiva	Líder da Organização O	SEAPAC. Foi positivo.
	Líder da Organização T	Já, SEBRAE, SENAI, atendeu as expectativas.
	Líder da Organização C	Cursos instrucionais e não instrucionais e são para segmentos. A experiência tem sido boa.
	Líder da Organização S	Recursos públicos, estado e federal, MDA, Ministérios, convenio com a escola agrícola e UFRN, a Experiência é positiva, capacitação constante, principalmente com as universidades.
	Líder da Organização D	FETARN que dá os treinamentos, foi boa a experiência.
	Líder da Organização K	SEBRAE nacional e do Rio Grande do Norte, as parcerias são bem vindas, Banco do Brasil participou de feiras.
Líder da Organização P	Quantidade de recursos, em vários sentidos associação da industria têxtil, SEBRAE.	

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Os parceiros foram muito exigentes	Líder da Organização G	Banco do Nordeste dá patrocínio, ganhou selo, recebe material de estudo da UNICEF, são muito exigentes, são bastante exigentes.
	Líder da Organização F	Recebe recursos, alimentos, FETARN faz vários cursos, fortalecimento não é fácil, cresce muito com isso a experiência a percepção.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Foi uma boa experiência em assessoria, formação e capacitação	Líder da Organização U	A entidade faz capacitação e existe a capacitação da juventude, técnico agrícola em Jundiá, do SEAPAC, do INCRA, MDA, do SENAI, os resultados são bons.
	Líder da Organização N	Prefeituras, CRAS, Ministério Público, trocam ideias.
	Líder da Organização Z	Recebeu muitas formações, investimentos e formação, nível estrutural do governo federal, o município com recursos próprios.
	Líder da Organização J	Federação das associações, consultoria e gestão das associações foi excelente. Não tinha preparo, primeiro lugar em gestão, duas pós graduações, Gestão de RH e Marketing.
	Líder da Organização R	Os recursos são próprios, quando vem são os recursos do SENAR, boa experiência, são cobrados as coisas necessárias, os encargos tem que estar em dia.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Equipamentos e materiais foram disponibilizados	Líder da Organização X	Filarmonica, foi uma parceria com a Funarte, mandou os instrumentos, projeto Fundação José Augusto, Boas experiências, formação na área cultural quase não existem.
	Líder da Organização V	SEBRAE, OCERN, Encontros, FBB financiou equipamentos.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Recursos financeiros	Líder da Organização I	SEBRAE, Valer, doação, financiamento para as bordadeiras.
	Líder da Organização A	O próprio DNOCS, recebe informação da EMATER, EMBRAPA, EMPARN, Psicultura com convenio da Hungria.
	Líder da Organização B	Recebem doações em alimentos, nas convenções é sempre um bom aprendizado, 30mil dólares para dependentes químicos.
	Líder da Organização L	Formação para os adultos do escotista ao dirigente, recursos financeiros, biblioteca, através de empresários e prefeitura.

Fonte: Autor (2012)

5.9. Relacionamento entre as organizações que atuam no desenvolvimento do Seridó/RN

Dimensão	Respondente	Resposta
Relacionamento Positivo entre as organizações	Líder da Organização S	Em São João do Sabugi a EMATER tem parceria com STR, Prefeitura, Associações, ADESE, Universidade, mantém parcerias.
	Líder da Organização Q	Mantém uma forte presença com as organizações, fortalecimento de parcerias e participa de todos os fóruns, agente de desenvolvimento, mantém todos este relacionamento institucional.
	Líder da Organização E	Excelente, com órgãos federais, estaduais, municipais, sistema S, casa do empresário, instituição, Igreja, a Instituição religiosa é forte com órgãos de comunicação forte, SEBRAE.
	Líder da Organização I	CRACAS, várias parcerias, A valer.
	Líder da Organização D	Trabalho com a SEAPAC, SEBRAE, IGREJA, bom relacionamento.
	Líder da Organização J	Ótimas, são boas parceiras com a ADESE, polícia, DETRAN, prefeito, tem cadeira na comissão de saúde, transporte e trânsito, quando envolve a parte financeira merece estudo mais profundo, casa do empresário passou a ser mais ouvido.
	Líder da Organização Z	Trabalho de forma eficiente, com a ADESE, SENAI, SENAR, SEBRAE, participam de fóruns, e junto com a UFRN fez vários diagnósticos.
	Líder da Organização P	CONSÓRCIO (Saúde, Resíduos Sólidos), pavimentados.
	Líder da Organização B	Aliada com trabalho junto aos grupos de serviço, fazendo campanhas, participando de fóruns.
	Líder da Organização U	Tem uma parceria com a federação, com a igreja católica, ADESE, território da cidadania, participam dos fóruns.
	Líder da Organização C	O banco, EMATER, e o DRS usam instituições como parceiros, pronaf com a EMATER, participa de vários fóruns.
	Líder da Organização R	O relacionamento é nota 10, Igreja, cooperativa, governo do estado, projetos junto com a EMATER, bom relacionamento...
	Líder da Organização K	Boa relação com as organizações, plano de desenvolvimento do seridó, focar projeto na demanda do plano de desenvolvimento, fortalecimento das associações, gestão estratégica orientado para resultados, ações do SEBRAE e parceiros.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Pouco relacionamento ou eventual	Líder da Organização H	Quando solicitada esta sempre a disposição, fóruns de rádios...
	Líder da Organização L	Toda a área, secretaria de educação, esporte, meio ambiente, conselho tutelar, recebimento de convites.
	Líder da Organização A	O DNOCS atua de maneira isolada, individualmente, mas na medida do possível participa das reuniões foi feito pela.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Algumas dificuldades no relacionamento entre organizações	Líder da Organização O	Ajuda, no início era difícil, era muita dificuldade, se deslocam, O SEAPAC começou a melhorar a associações podiam produzir.
	Líder da Organização V	Bem, so tem diferenças com as associações de timbaúba, órgãos tem tido bom relacionamento.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
OUTROS	Líder da Organização M	Estão sempre apoiando a sociedade.
	Líder da Organização T	A prefeitura sempre busca parceiros.
	Líder da Organização X	Sempre estão mantendo comunicação, apresentação de filarmônicas, coordenadores de cultura, a divulgação de atividades tem sempre este intercambio.
	Líder da Organização F	Participa dos territórios, da cooperativado Seridó, cooperativa para encontrar pessoas, minha casa minha vida.

Fonte: Autor (2012)

5.10 As organizações que atuam no desenvolvimento do Seridó/RN são mais parceiras ou concorrentes? Comente.

Dimensão	Respondente	Resposta
Organizações como parceiras	Líder da Organização N	São parceiras.
	Líder da Organização G	São mais parceiras.
	Líder da Organização I	São parceiras
	Líder da Organização T	São mais parceiras.
	Líder da Organização C	São parceiras
	Líder da Organização A	São mais parceiras.
	Líder da Organização B	São mais parceiras
	Líder da Organização E	São mais parceiras, se complementam, as instituições não invadem a área das outras.
	Líder da Organização U	São parceiras, não há disputa, todos os grupos vão juntos atrás de recursos.
	Líder da Organização J	São mais parceiras, são muito bairristas, quando se juntam em um ponto. Todos se juntam para alcançar.
	Líder da Organização X	São mais parceiras, colaboram com os irmãos.
	Líder da Organização D	São parceiras, porque elas fazem parcerias com outras organizações.
	Líder da Organização	Parceria com o sistema S, SESC.
	Líder da Organização R	São coletivas, todas trabalham juntas, não vê concorrência

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Organizações como concorrentes	Líder da Organização S	São mais concorrentes. Com relação principalmente a informação.
	Líder da Organização L	São concorrentes mas deveriam ser parceiras, em Jardim não tem concorrência.
	Líder da Organização H	São mais concorrentes, elas defendem o seu, existem interesses pessoais que sobressaem e pode ser o financeiro.
	Líder da Organização F	Neste momento estão enfrentando isso, esta sendo criado a FETRAF são concorrência.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Às vezes concorrentes, Às vezes parceiras	Líder da Organização Q	São mais parceiras. Antigamente houve isso. Hoje a lógica é outra.
	Líder da Organização O	As vezes é visto dentro dos indivíduos, dentro de alguns elementos.
	Líder da Organização Z	São as reuniões, existem as discussões dos objetivos, mas quando eles tem um objetivo em comum eles trabalham em parceria.
	Líder da Organização P	Existe uma concorrência , mas são parceiras, são imparciais com o relação ao poder público.
	Líder da Organização K	São parceiras, se acontecer concorrência isso é mínimo e não aparente é mais fácil ver isso em regiões onde tem mais ONG's.
	Líder da Organização A	A vontade é de parceria.

Fonte: Autor (2012)

5.11 É possível afirmar que as organizações públicas, privadas, do terceiros setor estrangeiras ou nacionais, tem forma de atuar diferente? Quais são as vantagens e desvantagens de trabalhar com cada uma delas?

Dimensão	Respondente	Resposta
Existem diferenças	Líder da Organização M	Existem diferenças mas não interferem em nada na organização.
	Líder da Organização A	As organizações são diferentes, as organizações maiores parecem ter mais conhecimento.
	Líder da Organização H	Sim... São mentalidades diferentes.
	Líder da Organização N	Pelas culturas devem ser diferentes
	Líder da Organização S	São mais dinâmicas, é mais favorável. A questão da experiência.
	Líder da Organização G	Talvez sim, mentalidade mais aberta, são mais humanas.
	Líder da Organização C	No exterior o pessoal é mais metódico, mais em cima de normas e regras, é importante a diferença para o aprendizado.
	Líder da Organização X	Há uma diferença, devido a um não conhecimento, a experiência da UNICEF, e eles não levam em relação com outras regiões, vale o que está escrito.
	Líder da Organização Z	As nacionais são flexíveis, são experiências positivas.
	Líder da Organização T	São poucas as diferenças
	Líder da Organização L	Na PM, as policias são diferentes a nível federal e estadual; o escotismo é feito na raça, existe diferenças na forma de trabalhar.
	Líder da Organização F	São parceiras, sempre tem parcerias, bom trabalhar. AS coisas tem que ser rigoroso, são burocráticos, tem uma forma correta de trabalhar.
Líder da Organização J	Empreender com os Alemães, trouxeram para o Brasil e quando vem avaliam	

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Não existem diferenças	Líder da Organização Q	Na esfera da agência não.
	Líder da Organização O	Não
	Líder da Organização D	Seguem a mesma forma de trabalhar
	Líder da Organização B	É uma coisa só, o Rotary internacional

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
As diferenças diminuem com a troca de experiências	Líder da Organização E	As organizações tem sua cultura, mas aqui chegam elas se regionalizam. A empresa formatada tem característica caicoense, o moderno não acaba como tradicional, ele convive com o tradicional.
	Líder da Organização I	Tem que se adaptar
	Líder da Organização U	Apesar de vir capacitar eles também estão abertos para aprender.
	Líder da Organização K	Cada uma tem sua missão, metodologia e tem que ir se adequando, as regionais tem uma melhor qualidade de relacionamento. Inclusão digital na zona rural.
	Líder da Organização	São poucas as diferenças
	Líder da Organização P	Cada um tem seu método, seu jeito de trabalhar, existe uma mudança quando alguns grupos começam.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Não opinou	Líder da Organização R	Não teve a oportunidade de conhecer...

Fonte: Autor (2012)

5.12 Qual o benefício que as organizações públicas, privadas, do terceiro setor, estrangeiras ou nacionais têm quando oferecem recursos, formações ou financiamentos para projetos de desenvolvimento no Seridó-RN?

Dimensão	Respondente	Resposta
Reconhecimento pela sociedade	Líder da Organização G	Ficar reconhecido nacionalmente a UNICEF também passas a ser reconhecida mundialmente.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Ganho de conhecimento e aprendizado	Líder da Organização S	Ela nota uma diferença grande, o programa balde cheio, e hoje referencia. O aprendizado destes projetos.
	Líder da Organização Q	Setor mineral, turismo em todos os seus produtos é uma troca de experiências.
	Líder da Organização E	Ela leva um conhecimento simples, mais prático, projetos simples e práticos, que funcionam, sabe valorizar as pessoas que contribuem, sabem reconhecer.
	Líder da Organização I	Pegar informações, conhecimento.
	Líder da Organização X	Sempre se encantam com a região, principalmente nos aspectos culturais e as experiências e o conhecimento
	Líder da Organização Z	As experiências, as vivências do Seridó e levaram muito conhecimento.,
	Líder da Organização U	Eles trazem boas experiências. O aprendizado.
Líder da Organização P	São as novas ideias, o jeito de trabalhar, discutir novas técnicas.	

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Ganho em parcerias para futuros projetos	Líder da Organização D	Eles tentam mostrar trabalho, expandir os projetos.
	Líder da Organização J	Fortalecer a economia da região, para serem futuros parceiros, cultura da sustentabilidade, fortalecer as empresas, grandes empreendedores futuros.
	Líder da Organização	Instituições vem para apoiar um progresso futuro. Ser reconhecido.
	Líder da Organização H	Conhecimento pelas culturas, que tem vontade de ensinar e existe um componente financeiro.
	Líder da Organização K	A boa aplicação do recurso. Uso pelo beneficiado, sempre em grupo.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Ganhos subjetivos por fazer o bem	Líder da Organização B	Fazem doações.
	Líder da Organização R	Sempre querem o bem da população.
	Líder da Organização F	Toda ajuda é bem vinda

Fonte: Autor (2012)

5.13 Na hora de elaborar um projeto. Como a comunidade beneficiada é consultada?

Dimensão	Respondente	Resposta
Através de reuniões e assembleias	Líder da Organização G	É feita reunião, nos setores é bem conversado.
	Líder da Organização O	São feitas reuniões, audiências públicas.
	Líder da Organização T	Através de assembleias.
	Líder da Organização D	Faz reuniões antes de começar, pergunta para a comunidade quais são as necessidades.
	Líder da Organização R	Fazer reuniões, pergunta o que eles querem e escolhe o melhor.
	Líder da Organização B	Tem reunião toda semana.
	Líder da Organização U	Vão a comunidade expor o projeto, é feita uma reunião, para explicar como é a metodologia etc.
	Líder da Organização X	Conselhos ou grupos de trabalho, são mandados ofícios e os representantes participam.
	Líder da Organização Z	Audiência pública através dos conselhos setoriais e a aprovação na camara.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Através de pesquisas	Líder da Organização E	Vão pesquisar o que é mais necessário, no bairro Frei Damião, vão prospectar, vão sentir, e tentar realizar e ver o que e que pode oferecer, conversa com as pessoas, levanta as coisas mais emergentes
	Líder da Organização J	Quando acontece a intenção de projeto é feito uma pesquisa qual a intenção e fazer o distrito industrial, as vezes a consulta é antes., são feitos memorandos para solicitar melhorias no trânsito.
	Líder da Organização P	Através de visitas, é feita uma visita no bairro uma avaliação in loco.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Através de métodos informatizados	Líder da Organização L	Tem um blog com enquetes, com os projetos diferentes, vai arborizar um leito de um rio, espaço na rádio.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Através de métodos e técnicas estruturadas	Líder da Organização S	O diagnóstico participativo, faz uma reunião com a comunidade e usa-se o DRP.
	Líder da Organização K	No GEO, sempre é convidado o público alvo, define metas e prazos.
	Líder da Organização C	No DRS, junto com os parceiros é feito um plano de ação, estão com uma opção de projetos, articulados.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Não fazem ou terceirizam	Líder da Organização Q	Tem assessorias técnicas.
	Líder da Organização I	Não é feito.
	Líder da Organização F	Não faz projeto.
	Líder da Organização A	Já trabalhou, mas atualmente. Quando tem recursos para recuperação é feito uma seleção das prioridades.

Fonte: Autor (2012)

5.14 No momento de prestar contas dos resultados do projeto. Como são avaliados os resultados?

Dimensão	Respondente	Resposta
Através de reuniões	Líder da Organização G	É feita uma reunião para avaliação financeira, prestação de contas normal.
	Líder da Organização S	Faz um diagnóstico, antes e depois, fazem reuniões, promovem eventos para avaliar.
	Líder da Organização B	Em reuniões são feitas visitas periódicas e registros.
	Líder da Organização R	São apresentados as reuniões, trazem os técnicos o que deu certo, o que não deu.
	Líder da Organização L	Faz prestação ao conselho de pais tudo o que foi feito foi bem feito.
	Líder da Organização X	Avaliação a partir dos grupos de trabalhos, momentos de audiência pública e fóruns de trabalhos.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Através de pesquisas e elaborando laudos e relatórios	Líder da Organização A	Os projetos foram feitos para recuperação os resultados foram enviados pra a direção geral.
	Líder da Organização K	Nesta metodologia, objetivos, público alvo e qual o resultado, ações são realizadas através de pesquisas são medidos resultados.
	Líder da Organização J	É feita uma pesquisa, na feira de negócios, monitoramento e o que precisa melhor, formato quando acontece.
	Líder da Organização Q	Os instrumentos criados como laudos de acompanhamento.
	Líder da Organização T	Trazer os indicadores e fazer a checagem.
	Líder da Organização C	Os indicadores e pré-requisitos de comum acordo para checagem.
	Líder da Organização Z	Nos conselhos setoriais, na camara municipal, fazendo visitas, laudos, análise encaminhamentos.
	Líder da Organização U	Os técnicos fazem o assessoramento, dando informações sobre os prazos e sobre os resultados na hora da avaliação.
	Líder da Organização D	O conselho estadual fazem visitas e avaliam, entrevistas, o conselho, faz reunião para avaliar, os resultados positivos dá vontade de trabalhar.
	Líder da Organização P	FUNASA, prestar contas, é feito um trabalho educativo.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Não é feito	Líder da Organização	Não.
	Líder da Organização I	Não é feito.

Fonte: Autor (2012)

5.15 Como as organizações entendem as diversas mudanças do conceito de desenvolvimento que vêm ocorrendo nos últimos anos?

Dimensão	Respondente	Resposta
Não percebem mudanças no conceito de desenvolvimento	<i>Líder da Organização N</i>	<i>A maior parte não percebe.</i>
	<i>Líder da Organização Q</i>	<i>Não percebem e usam os conceitos errados.</i>
	<i>Líder da Organização B</i>	<i>A grande maioria não percebe, o povo esta descrente.</i>
	<i>Líder da Organização I</i>	<i>Não sabem, para eles o significado, não é tão importante.</i>
	<i>Líder da Organização G</i>	<i>Muitos não. Muitos nem ligam.</i>
	<i>Líder da Organização O</i>	<i>Não, as pessoas precisam se informar.</i>

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Percebem as mudanças no conceito de desenvolvimento	<i>Líder da Organização F</i>	<i>Sabem, encontro, associações de todos os municípios, são discutidas as coisas, presidente das associações, informação.</i>
	<i>Líder da Organização D</i>	<i>As pessoas conhecem os conceitos e fazem de acordo.</i>
	<i>Líder da Organização J</i>	<i>Hoje um dos conceitos importantes é o conceito sustentável, é a velocidade das informações é muito rápido o desenvolvimento sustentável, velocidade das informações.</i>
	<i>Líder da Organização S</i>	<i>Chega sim, para o desenvolvimento com saúde e educação.</i>
	<i>Líder da Organização U</i>	<i>A consciência e os meios de comunicação já vão ajudando na discussão.</i>
	<i>Líder da Organização R</i>	<i>Conselho que se juntam as pessoas, titular e suplente, e discute o melhor para a comunidade.</i>

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Alguns já percebem e outros não	<i>Líder da Organização M</i>	<i>Poucos, depende dos gestores e dos sócios.</i>
	<i>Líder da Organização E</i>	<i>100% não, mas 50% sim, já tem, tal projeto tem tal repercussão, os projetos vem lançados, os agentes vão esclarecendo.</i>
	<i>Líder da Organização X</i>	<i>Umam percebem e outras não, o aspecto econômico ainda é muito usado, e o conceito de desenvolvimento sustentável vem mudando isso.</i>
	<i>Líder da Organização H</i>	<i>Não é fácil e existem resistências as mudanças, vantagens finais.</i>
	<i>Líder da Organização L</i>	<i>O entendimento precisa vir e pesquisar a melhor palestra foi de um escotista de natal, mais conhecimento sobre o desenvolvimento.</i>

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Na prática saber o conceito não faz diferença	<i>Líder da Organização T</i>	<i>Elas vivem, mas não entendem</i>
	<i>Líder da Organização Z</i>	<i>Acha que não, se adaptam e generalizam e adaptam a sua realidade.</i>
	<i>Líder da Organização A</i>	<i>Acho que pouco, para teoria faz diferença, na prática.</i>
	<i>Líder da Organização C</i>	<i>Depende da formação da pessoa, percebe o desenvolvimento para o leigo no trabalho ele não se preocupa</i>

Fonte: Autor (2012)

5.16 Já passou por alguma situação onde um conceito ou valor da sua comunidade foi criticado, repreendido, ou ridicularizado por algum representante de organização?

Dimensão	Respondente	Resposta
Não vivenciou	Líder da Organização M	Não.
	Líder da Organização O	Não.
	Líder da Organização D	Não, nunca aconteceu.
	Líder da Organização C	Não.
	Líder da Organização S	Nunca presenciou não. Informação rápida, os dois tem seu papel.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Já vivenciou	Líder da Organização N	Já escutei sim.
	Líder da Organização T	É comum.
	Líder da Organização B	Já passou, mas não abalou.
	Líder da Organização H	Tenho ouvido críticas com relação a política, famílias estão no poder a 30 anos, 40 anos e não mudam.
	Líder da Organização G	Há um membro da família que já passou por isso.
	Líder da Organização X	Com certeza, sempre as pessoas falam do interior com coisas que discriminam ao fato de ser do interior.
	Líder da Organização	Nordeste é visto como região pobre.
	Líder da Organização K	Bairrista.
	Líder da Organização U	Anteriormente , sim, mas hoje tem tido muita ajuda, e das universidades.

Fonte: Autor (2012)

Dimensão	Respondente	Resposta
Recebeu elogios e não críticas	Líder da Organização E	Ao contrário nunca teve nem um tipo de crítica, lembra o lado positivo.
	Líder da Organização Z	Já muitas críticas, existe esta visão e reconhece o Seridó, o Seridó como diferencial
	Líder da Organização Q	São mais positivas, realmente comentam.
	Líder da Organização I	Não, as pessoas fazem mais elogios, elogiam o comportamento.
	Líder da Organização F	Não, no caso é um motivo de orgulho.
	Líder da Organização J	Quando acontece. As festas grandes o turista crítica, o seridoense é acolhedor, prestativo, é bem receptivo, por onde andam é reconhecida.
	Líder da Organização L	Foram mínimas, até agora não teve. Só formas positivas.
	Líder da Organização P	Repreender, são mais através de formas positivas.
	Líder da Organização R	O seridó é elogiado, é um povo hospitaleiro, com produtos reconhecidos, queijo, carne de sol.

Fonte: Autor (2012)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ADESE – Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó
- ASA – Articulação do Semiárido
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BNB – Banco do Nordeste do Brasil
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
- CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- COOBARTS – Cooperativa das Bordadeiras e Artesãos do Seridó
- DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
- DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
- FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
- FPM – Fundo de Participação dos Municípios
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
- MI – Ministério da Integração Nacional
- MMA – Ministério do Meio Ambiente
- ONG – Organização Não Governamental
- ONGI – Organizações Não Governamentais Internacionais
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OPEP – Organização dos Países Produtores de Petróleo
- PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

PDHC – Projeto Dom Helder Camara

PIB – Produto Interno Bruto

PIN – Plano de Integração Nacional

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAPAC – Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

TSM – Temperatura da Superfície do Mar

UF – Unidade da Federação

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNEP – Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

ZCIT – Zona de Convergência Intertropical